



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

Thaís Fernanda Rabelo

Um navio no espaço: as mudanças sociais, a literatura e o feminino através da
literatura marginal de Ana Cristina Cesar

CAMPINAS

2024

Thaís Fernanda Rabelo

Um navio no espaço: as mudanças sociais, a literatura e o feminino através da
literatura marginal de Ana Cristina Cesar

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Estadual de
Campinas como parte dos requisitos exigidos para a
obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Orientador: Elide Rugai Bastos

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA PELA ALUNA THAÍS FERNANDA
RABELO, E ORIENTADA PELA PROFA. DRA.
ELIDE RUGAI BASTOS.

CAMPINAS

2024

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

R112n Rabelo, Thaís Fernanda, 1998-
Um navio no espaço : as mudanças sociais, a literatura e o feminino
através da literatura marginal de Ana Cristina Cesar / Thaís Fernanda Rabelo.
– Campinas, SP : [s.n.], 2024.

Orientador: Élide Rugai Bastos.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas.

1. César, Ana Cristina, 1952-1983. 2. Literatura marginal. 3. Ditadura. 4.
Mudança social. 5. Mulheres na literatura. I. Bastos, Élide Rugai, 1937-. II.
Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: "Um navio no espaço" : social changes, literature marginal and
female through marginal literature of Ana Cristina Cesar

Palavras-chave em inglês:

Marginal literature

Dictatorship

Social change

Women in literature

Área de concentração: Sociologia

Titulação: Mestra em Sociologia

Banca examinadora:

Élide Rugai Bastos [Orientador]

Alexandro Henrique Paixão

Mariana Miggiolaro Chaguri

Data de defesa: 25-03-2024

Programa de Pós-Graduação: Sociologia

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0009-0009-6340-7610>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/2440120934880818>



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 25 de março de 2024, considerou a candidata Thaís Fernanda Rabelo aprovada.

Prof. Dr. Alexandro Henrique Paixão
Profa. Dra. Mariana Miggiolaro Chaguri
Profa. Dra. Elide Rugai Bastos

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Aos meus avós,
Carmem e Donizete.

Agradecimentos

Como diz um poema de Manuel António Pina que acompanha a minha vida, durante a realização desta pesquisa regressei devagar em diversos sorrisos, como quem voltava para casa. São pessoas com quem estive distraída percorrendo o caminho familiar do amor e da saudade. Bia, Raíssa e Mari continuaram, desde a graduação, sendo meu chão seguro e fértil. Flávia, Bianca, Ítalo e Rafa me permitiram um novo lar. Gustavo, Sara, Fabiano, Laís, Mateus, Victória e Isolda me ensinaram a olhar para a sociologia com o coração aberto, pois a vida e a pesquisa são melhores na amizade. Lucas me amou, me fez amar e a seguir adiante quando estive cansada e receosa. Muitas linhas foram escritas mergulhadas na ternura do nosso encontro. Agradeço ao Elton, à Juliana e à Maya pelo acolhimento, trocas e risadas. Sou sortuda por tantos laços bonitos que acarinharam a realização deste trabalho. Por fim, mas não menos importante, agradeço aos meus avós, que sempre foram zelosas raízes que gentilmente me permitiram voar desde que decidi sair de casa para seguir meus sonhos. Aos meus pais, agradeço a compreensão e o carinho. Agradeço à minha irmã, que mal sabe, mas me fez querer ter uma vida melhor e realizar coisas pelas quais ela se inspirará quando tiver idade para entender minha profissão e minha vontade de contribuir para a mudança do mundo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Sou muito grata pela orientação e generosidade da Profa. Dra. Elide Rugai Bastos durante o percurso desta pesquisa. Registro meus agradecimentos à banca de qualificação, Profa. Dra. Mariana Miggiolaro Chaguri e Prof Dr. André Botelho e à banca de defesa, novamente Profa. Dra. Mariana Miggiolaro Chaguri e Prof. Dr. Alexandro Paixão.

Bastava, reza a lenda, que Medusa mostrasse todas
as suas línguas para que os homens saíssem
correndo: eles confundiam essas línguas com
serpentes.

Hélène Cixous

RESUMO

Esta pesquisa buscou encontrar uma outra história possível para as mudanças sociais, a literatura e o feminino face aos conflitos da ditadura civil-militar por meio da poética de Ana Cristina Cesar – uma das únicas mulheres escritoras do movimento de literatura marginal dos anos 1970 do Brasil. Concentrada majoritariamente no Rio de Janeiro, a geração que compôs este movimento cultural e que ficou conhecida como geração AI-5 apresentou a politização do cotidiano, o desbunde e o deslocamento da crítica social tanto no comportamento quanto na prática literária, de modo a recusar os meios oficializados de publicação e circulação da literatura brasileira e provocar as fronteiras entre arte e vida. Com uma voz autoral feminina na literatura marginal, Ana Cristina Cesar se apropriou desses elementos para explorar a intimidade, o desejo e a sexualidade durante os anos de chumbo. Nossa hipótese é a de que a poeta figurou uma outra forma de abordar as mudanças sociais da ditadura, ao refletir criticamente sobre a relação entre a linguagem e o real a partir das renovações temáticas e teóricas do seu contexto intelectual. Além da análise dos poemas, por meio da revisão bibliográfica observamos o percurso da escritora diante dos conflitos e disputas presentes nas esferas cultural e política e a forma com que os escritores marginais atuaram nessa realidade.

Palavras Chave: literatura marginal; Ana Cristina Cesar; ditadura; mudanças sociais; literatura feminina.

ABSTRACT

This research sought to find another possible story for social changes, literature and female in the face of the conflicts of the military dictatorship through the poetics of Ana Cristina Cesar – one of the only women writers of the marginal literature movement of the 1970s from Brazil. Concentrated mainly in Rio de Janeiro, the generation that made up this cultural movement and which became known as the AI-5 generation presented the politicization of everyday life, the *desbunde* and the redirection of social criticism in both behavior and literary practice, in order to refuse behavior of the official means of publication and circulation of Brazilian literature and provoke the boundaries between art and life. With a female authorial voice in marginal literature, Ana Cristina Cesar appropriates these elements to explore intimacy, desire and sexuality during the “leaden years”. Our hypothesis is that the poet figured another way of approaching social changes during this period, by critically reflecting on the relationship between language and reality based on the thematic and theoretical renewals of his intellectual context. In addition to the analysis of the poems, through bibliographical reviews we observed the writer's journey in the face of conflicts and disputes present in the cultural and political spheres in which marginal writers act in these reality.

Key words: marginal literature; Ana Cristina Cesar; dictatorship; social changes; women's literature.

SUMÁRIO

Introdução.....	11
Capítulo I – Mudanças sociais e literatura marginal através do percurso de Ana Cristina Cesar.....	24
1.1 “A subjetividade se parece com um roubo inicial”: reelaborações sensíveis de um tempo em crise.....	33
1.2 “Qualquer palavra é um gesto”: literatura como agência e estrutura de sentimentos	39
1.3 “Matéria bruta que não cabe no terceto”: o movimento de literatura marginal, a arte e a vida.....	44
Capítulo II – Redirecionamento da crítica social.....	53
2.1 “Toda palavra guarda uma cilada”: a crítica social no Brasil da ditadura.....	65
2.2 “Todos viam o poeta sonhar incólumes avenidas”: a PUC-Rio e o entre-lugar.....	72
Capítulo III – Literatura e Mulher: o público e o privado da ditadura.....	81
3.1 “Atrás dos olhos das meninas sérias”: Ana Cristina Cesar e o entre-lugar.....	92
Considerações finais.....	104
Referências bibliográficas.....	112

Introdução

é sempre mais difícil
ancorar um navio no espaço

[Ana Cristina Cesar, *Cenas de abril*, 1979]

Em 1976 foi lançada a antologia *26 poetas hoje*, organizada e publicada por Heloísa Teixeira – por muito tempo conhecida como Heloísa Buarque de Hollanda¹ – e, com ela, as ideias e os principais nomes do movimento de literatura marginal, ou geração mimeógrafo, foram difundidos para o grande público. Os escritores publicados ficaram conhecidos, em sua maioria, pela apropriação de uma linguagem coloquial e de técnicas e instrumentos populares e artesanais, como o mimeógrafo, com o objetivo de produzir literatura desvinculada do mercado editorial do período da ditadura e circular suas obras através da venda por eles próprios nas filas de teatros, cinemas e bares. Em oposição à concepção da arte como instrumento pedagógico e do artista como a voz do povo, os escritores marginais buscaram ocupar espaços públicos, se aproximar dos leitores e, como desdobramento, proporcionaram uma nova perspectiva para a literatura face ao contexto dos anos 1970 do Brasil.

26 poetas hoje foi a primeira publicação de Ana Cristina Cesar (1952-1983), escritora carioca, lançada junto aos outros nomes conhecidos como Torquato Neto, Cacaso, Francisco Alvim e Chacal, e até hoje a obra é considerada marco da poesia brasileira durante os anos 1970, ainda que tenha recebido críticas em seu lançamento devido às provocações aos moldes tradicionais da literatura. A obra publicou apenas cinco mulheres – Zulmira Ribeiro Tavares, Isabel Câmara, Vera Pedrosa e Leila Miccolis – mas somente Ana C. atingiu grande reconhecimento do público enquanto escritora. Além do mais, era a única que participava de reuniões com os outros nomes conhecidos da geração de intelectuais da PUC do Rio de Janeiro. Esse é o contexto cultural para o qual esta pesquisa se volta, como veremos adiante, e a produção intelectual e poética de Ana Cristina Cesar demonstra certa consciência crítica sobre o feminino e a condição da mulher na

¹ Embora consideremos a mudança de nome, ao longo do trabalho iremos continuar nos referindo à Heloísa Teixeira como Heloísa Buarque de Hollanda, devido às referências bibliográficas que utilizamos e que foram publicadas ainda com este segundo nome.

literatura, atenta às questões das desigualdades e limitações de gênero – embora não se afirmasse feminista.

Para chegarmos ao nosso objetivo – que é, através dos desdobramentos da voz e da personalidade poéticas da escritora, encontrar uma outra história possível para as mudanças sociais, a literatura e o feminino dos anos 1970 do Brasil – relacionamos o percurso pessoal e intelectual de Ana Cristina Cesar com as mudanças sociais da ditadura, pois, como afirmou Karl Mannheim (2013, p. 86), “[...] o processo de individualização tem lugar no próprio processo através do qual o indivíduo se identifica com grupos superpostos e conflitantes”. Isto é, o que torna o indivíduo sociologicamente relevante é seu envolvimento múltiplo na sociedade, e não seu desvinculamento. As condições conjunturais da ditadura civil-militar intensificaram as diferenças políticas e ideológicas da sociedade brasileira, ao mesmo tempo que, na prática, a polarização política não se manteve estática. A escritora apresenta em seu percurso os movimentos e contradições da época em que viveu.

Filha de intelectuais de classe média do Rio de Janeiro, Ana Cristina Cesar foi licenciada em Letras pela PUC-Rio em 1975, mestre pela Escola de Comunicação da UFRJ em 1979 e mestre em tradução literária pela Universidade de Essex, na Inglaterra, em 1980. Suas obras sempre se atentaram para o ofício literário e as diferentes formas de encarar a literatura. Por essa razão, nos voltamos tanto para suas produções poéticas, quanto intelectuais. Quando analisadas em conjunto, a obra da escritora constitui uma fuga aos esquadros literários e políticos convencionais, até mesmo dentro de seu próprio movimento literário e das discussões acadêmicas às quais participou. Não à toa, leitores e pesquisadores fascinam-se pela tentativa de “alcançá-la”. “O jogo da poesia equivale à fraude da vida”, diz Silvano Santiago², ao escrever sobre ela para o Blog da Biblioteca Virtual do Pensamento Social. Considerando a dificuldade de reduzi-la ou nivelá-la ao grupo de escritores marginais, nos apropriamos do processo de individualização de Ana Cristina Cesar para nos aproximar das complexidades da esfera cultural face à ditadura civil-militar por outro ponto de vista.

² SANTIAGO, Silvano. A falta que ama. Blog da Biblioteca Virtual do Pensamento Social, 09 de mar. de 2023. Disponível em: <https://blogbvps.com/2023/03/09/ocupacao-mulheres-2023-ana-cristina-cesar-a-falta-que-ama-por-silvano-santiago/>. Acesso em 17 jun. 2023.

Para atingir os fins acima expostos, costuramos as produções bibliográficas reconhecidas sobre o período ditatorial (Fico, 2004; Hollanda, 2004; Filho, Ridenti e Motta, 2014; Ridenti, 2010; Teles, 1999) ao percurso pessoal e intelectual da escritora. O que acontece se relacionarmos as estruturas de pensamento de determinado indivíduo com as motivações sociais de um tempo? Essa questão guiou a forma como analisamos as características singulares da escritora marginal face à ordem social da ditadura e à constituição do movimento de literatura marginal durante os anos de chumbo. Além do mais, nos apropriamos da concepção de que a linguagem social possui diversas formas e estilos e pode ecoar até mesmo nos pensamentos e expressões mais íntimos dos indivíduos (Moretti, 2008, p. 143). A poesia, por si só, é a transformação da linguagem para o estranhamento: “porque textos escritos de acordo com pretensões e expectativas mais radicais obrigariam o leitor a enxergar as coisas de uma nova maneira” (Rabaté, 2009, p. 888).

De acordo com os propósitos deste trabalho, os capítulos foram organizados da seguinte forma: 1) Apresentação do percurso de Ana Cristina Cesar e da constituição da literatura marginal face às mudanças sociais da ditadura; 2) Compreensão dos dinamismos do redirecionamento crítico, da circulação de ideias e das modificações do cenário intelectual durante os anos 1970; 3) Análise da literatura de Ana Cristina Cesar e da apropriação singular dos elementos do movimento cultural literatura marginal para uma nova perspectiva sobre as transformações culturais, políticas, econômicas e sociais dos anos de chumbo.

É significativo pontuar que Ana C. carrega um grau alto de mitificação até os dias de hoje³, pois além das transfigurações que o gênero poético permite, sua obra é “feita de opacidade, reflexos, emaranhando subjetividades alusivas, elípticas”, como afirma Michel Riaudel (2014, p. 94). Criou uma escrita caracterizada pelo intencional e calculado tom íntimo, cotidiano, sedutor e enganoso que ganha forma em uma voz autoral feminina com diversas referências de outros escritores, como Baudelaire, Oscar Wilde, Carlos Drummond de Andrade, Clarice Lispector, além daquelas escritoras pelas quais Ana C. se dedicou à tradução, como Emily Dickinson, Sylvia Plath e Katherine Mansfield. Seus poemas se apresentam no formato de textos curtos, correspondências e páginas de diários, compondo uma

³ A escritora foi a segunda mulher a ser homenageada na Feira Literária Internacional de Paraty, no ano de 2016. A primeira foi Clarice Lispector, em 2005. Este acontecimento nos mostra sua importância para a literatura do século XXI.

literatura fragmentada e coloquial. Isto é, dificilmente é possível enquadrar a autora dentro de categorizações literárias e intelectuais, pois pode-se dizer que foi pioneira em um estilo poético feminino singular, como desdobramos ao longo do trabalho. Seu estilo continua sendo inspiração para jovens escritoras (Klien, 2018).

E por que os anos 1970 são significativos para compreender as complexidades da esfera cultural face à ditadura civil-militar? Devido à impossibilidade de mobilização no debate político aberto durante os anos ditatoriais, os espaços e práticas culturais se tornaram lugar de resistência e contestação política. Diversos grupos de oposição ao golpe se apropriaram e se engajaram em manifestações artísticas, a fim de disputar ideologicamente e circular suas ideias na sociedade brasileira. Diferentes movimentos de esquerda surgiram nesse período, em diferentes condições econômicas, políticas e sociais, que influenciavam na estética, no conteúdo e na compreensão da arte e de seu papel na sociedade.

O contexto universitário ao qual Ana Cristina Cesar estava inserida no Rio de Janeiro recepcionava divergências ideológicas na esfera cultural. Como exemplo, citamos a concepção dos movimentos sucessores do Centro Popular de Cultura (CPC), organização associada à União Nacional dos Estudantes (UNE), mas extinta logo após o golpe, que era engajada na “arte popular revolucionária” (Hollanda, 2004) e que lidava com a arte como instrumento de *tomada de poder*⁴. Esta era uma posição muito comum nos movimentos estudantis das universidades públicas e federais como a Universidade Federal do Rio de Janeiro, que foi controlada pelo governo ditatorial por centralizar debates e organizações políticas consideradas “ameaças” para os valores conservadores. Não à toa, esta condição submetia as produções culturais a priorizar suas “grandes questões políticas” que levariam o Brasil à revolução para o fim da ditadura civil-militar.

Diferentemente desta concepção de arte que buscava conscientizar o povo, as manifestações concentradas na PUC-Rio gozavam de maior liberdade política e, portanto, refletiam sobre as diferentes formas de poder da sociedade, para além das reivindicações emergenciais dos grupos revolucionários. Por se tratar de uma instituição dirigida pela Igreja Católica, essa maior liberdade se deu devido à boa

⁴ “Trata-se, claramente, de uma concepção, da arte como instrumento de *tomada de poder*. Não há lugar aqui para os ‘artistas de minorias’ ou para qualquer produção que não faça uma opção de público em termos de ‘povo’. A dimensão coletiva é um imperativo e a própria tematização da problemática individual será sistematicamente recusada como politicamente inconsequente se ela não se chegar pelo problema social” (Hollanda, 2004, p. 23).

relação das representações religiosas com os militares. Afinal, um grande número de organizações católicas, preocupadas com os perigos do comunismo, se alinharam às forças anti-esquerdas, como mostra o trabalho de França (2022, p. 52). Esses grupos não eram compostos somente pela extrema direita, mas também por aqueles que apoiavam os ideais da Doutrina de Segurança Nacional. Embora após um tempo essa relação tenha passado por períodos de tensões, pois alguns setores “moderados” da sociedade encaminharam-se para a oposição à ditadura ao discordarem de determinadas ações arbitrárias do Estado, a gestão da PUC-Rio sempre manteve a boa troca com o regime ditatorial.

O medo da “comunização”, que frequentemente direcionava os grupos sociais a serem favoráveis ao golpe, como no caso de grande parte da Igreja Católica, é explicado devido aos conflitos ideológicos ocorridos ao redor do mundo a partir dos anos 1950. Com a chamada Guerra Fria (1947-1991), foi possível dimensionar as multifaceas do sistema mundial e a dinâmica das relações entre as potências políticas, econômicas e militares com os países localizados no capitalismo periférico, como o Brasil. As divergências desse contexto colaboraram para a estruturação de políticas e de mercados econômicos liberais, que, através das disputas conflitivas, estabeleceram o processo hegemônico dos Estados Unidos, junto aos seus instrumentos jurídicos e ideológicos – como a ONU e a CIA, por exemplo. Com isso, o processo da difusão ideológica americana afirmou os perigos da ameaça comunista, a partir da União Soviética, como agressiva e perigosa para o sistema internacional e para o “mundo livre” (Vizentini, 2000).

Programas de ajuda-externa dos Estados Unidos criados para o continente da América Latina, em meados de 1960, como o Aliança para o Progresso, foram resultado da intervenção do governo americano na elaboração de políticas de desenvolvimento econômico e controle das mobilizações que reivindicavam determinadas mudanças sociais durante o período. A intenção, pautada em ideais liberal-modernizantes, era conter os descontentamentos impulsionados pelos movimentos nacionalistas e populistas, que se mostravam como possibilidade de difundir o comunismo – como havia ocorrido no Estado Socialista da União Soviética a partir dos anos 1920. O Brasil, segundo Ricardo Alaggio Ribeiro (2006, p. 89), era visto com poder potencial de controlar ou influenciar os caminhos do continente latino-americano.

O desenvolvimentismo como ideologia e política pública é um elemento essencial para se entender o ambiente intelectual e político hemisférico que influenciou e moldou a recepção da ajuda externa americana no começo dos anos 60. De uma forma um tanto reducionista, costuma-se definir esta ideologia como o projeto de transformação da sociedade brasileira levado a cabo através da industrialização induzida pelo Estado, que realiza esta tarefa usando dos instrumentos do planejamento econômico e da substituição de importações seletiva (Ribeiro, 2006, p. 98).

O ponto é que, apesar dos dilemas conjunturais, a PUC-Rio, sob certa proteção dessa relação entre religiosos e militares, permitiu que a universidade concentrasse manifestações políticas e culturais de cunho contracultural – isto é, críticas aos discursos vigentes da época, mesmo em relação às esquerdas do período – e que propusessem outras perspectivas culturais sobre a experiência de vivenciar a ditadura. Dessa forma, Ana Cristina Cesar participou de um cenário em que, em oposição à literalidade militante dos movimentos das esquerdas perseguidas pela ditadura, houvesse certa renovação de sentidos. Assim nasceu o movimento cultural literatura marginal do Rio de Janeiro.

Os escritores do movimento, conhecidos como poetas marginais, eram inseridos no segmento intelectual da classe média carioca e compuseram o que Luciano Martins (2014) nomeou de *Geração AI-5*. Para o autor, é a parte da juventude que vivenciou a ditadura e que como resposta contracultural fechou-se sobre si mesma e construiu um universo próprio para tratar de questões particulares enquanto ocorriam as disputas políticas entre a esquerda e a direita do Brasil (Martins, 2014). Em outras palavras, seu conceito refere-se à geração do *desbunde*, que, como fizeram os artistas tropicalistas, provocou a fronteira entre arte e vida na produção cultural e politizou o comportamento e as pequenas questões do cotidiano. Esses conceitos, ao serem analisados a partir da perspectiva da *estrutura de sentimentos* de Raymond Williams (2011), nos permitiram compreender a literatura marginal como agência social face às transformações políticas, econômicas e culturais. Trabalhando a partir desse conceito, afirmamos que a literatura marginal apresentou elementos sobre a experiência e os sentidos vividos dos processos sociais dos anos de 1970.

Williams (2011), ao explorar a estrutura de sentimentos, referia-se centralmente às obras literárias de grupos dominantes das sociedades. Embora o movimento de literatura ao qual nos voltamos seja “marginal” no que diz respeito ao mercado editorial e aos temas e conceitos à margem das discussões hegemônicas

das esquerdas brasileiras do período, tornou-se também dominante ao ganhar centralidade no cenário cultural e na esfera social da ditadura civil-militar do Brasil. Isto é, tornou-se um elemento fundamental para compreensão do contexto até os dias de hoje. Seguimos o conceito o autor como princípio analítico para que a politização do comportamento, os novos direcionamentos da crítica social e a crítica à hierarquização das questões da vida social da literatura marginal – aspectos compreendidos como posturas indivíduo-centradas e conformistas por determinados movimentos de esquerda – sejam considerados elementos das transformações sociais desse período.

Em suma, a *estrutura de sentimentos* que opera no movimento cultural literatura marginal, e mais especificamente na obra de Ana Cristina Cesar, diz respeito a uma nova postura frente ao processo de criação literária naquele contexto político e cultural do Brasil. Ao contrário da polarização acentuada entre as concepções ideológicas, especialmente entre esquerda e direita, sua literatura sobrepõe forma e conteúdo e, portanto, configurou expressões que, sem as fronteiras entre arte e vida, são também modos de ver, de pensar, de sentir uma determinada época. Para cumprir com os objetivos desta pesquisa a partir da estrutura de sentimentos da escritora, nos voltamos aos poemas presentes na obra *A teus pés* (Cesar, 2016a), originalmente publicada em 1982, sendo a única que, em vida, Ana Cristina Cesar lançou por uma editora.

A coletânea reúne os volumes que publicou entre 1979 e 1980 à moda marginal⁵: *Cenas de abril* [1979], *Correspondência completa* [1979] e *Luvras de pelica* [1980]. No entanto, como recorte metodológico, selecionamos para análise apenas os dois primeiros títulos reunidos na obra, devido à década das publicações originais – os anos 1970 – e alguns poemas inéditos de *A teus pés* [1982], por considerá-los parte da maturidade literária da poeta e síntese de sua voz feminina na literatura. Identificamos na totalidade de sua obra a emergência conjuntural de outras formas de se colocar enquanto mulher e enquanto ser social na conjuntura política e cultural dos anos 1970. A esse respeito, o poema “sete chaves”⁶, que diz

⁵ Ou seja, com impressão, venda e distribuição artesanais e independentes.

⁶ Vamos tomar chá das cinco e eu te conto minha grande história passional, que guardei a sete chaves, e meu coração bate incompassado entre *gaufrettes*. Conta mais essa história, me aconselhas como um marechal do ar fazendo alegoria. Estou tocada pelo fogo. Mais um *roman à clé*? / Eu nem respondo. Não sou dama nem mulher moderna. Nem te conheço. / Então: / É daqui que eu tiro versos, desta festa – com arbítrio silencioso e origem que não confesso – como quem apaga seus pecados de seda, seus três monumentos pátrios, e passa o ponto e as luvras [Ana Cristina Cesar, *A teus pés*].

“Não sou dama nem mulher moderna. Nem te conheço”, é, para nós, a síntese da posição literária de Ana Cristina Cesar: esta que *desconstrói* as categorias e comportamentos convencionais do período e busca colocar em questão tanto as definições de si mesma enquanto escritora e mulher, quanto das formas literárias e práticas políticas do período, como desdobramos ao longo do trabalho.

Por ser um período de intensas mudanças nas esferas sociais, políticas, econômicas e culturais da ditadura – a começar pela caracterização da modernização do país, que, dirigida pela autocracia, era conservadora, antidemocrática, ao mesmo tempo que buscava atender as demandas do mercado internacional (Fernandes, 1979) – é preciso levar em consideração a pluralidade de forças que atuavam na vida social brasileira nesse período. Frente ao autoritarismo, o campo das esquerdas brasileiras se manteve largo, ativo e plural nesse período, havendo a atuação de comunistas, socialistas, nacionalistas, católicos, trabalhistas e organizações por via de partidos, associações estudantis, sindicatos, federações operárias ou camponesas e grupos revolucionários (Schwarcz, 2015, p. 439). Atuavam de diferentes maneiras e com dificuldade para desenvolverem um projeto de comum acordo durante a ditadura.

A classe média intelectualizada e progressista dos anos 1970 da qual Ana Cristina Cesar fazia parte, especialmente pelas condições de sua família no campo religioso e intelectual e pelo seu percurso próprio na universidade, é entendida como um grupo que não pertencia diretamente às organizações de resistência armada ao regime ou ao Partido Comunista Brasileiro. Como dizem Maria Hermínia Tavares de Almeida e Luiz Weis (1998, p. 319) sobre esse segmento⁷, tinha proximidade com as ações e pessoas envolvidas e até contribuía repassando panfletos de denúncia ou apoiando financeiramente determinados grupos políticos. O que ligava as pessoas desse segmento, politicamente, era a abominação ao golpe militar e a centralização da esfera cultural enquanto prática de oposição. No entanto, a forma de atuar política e culturalmente variava de acordo com os critérios ideológicos.

⁷ As ambiguidades descritas no trabalho de Almeida e Weis (1998) contribuem para a apreensão da vida cotidiana e dos estilos de vida da classe média intelectualizada como segmento de oposição do regime ditatorial. Eram eles, normalmente, estudantes politicamente ativos, professores universitários, profissionais liberais, artistas, jornalistas, publicitários, etc., e, segundo os dados de *Brasil: nunca mais* – tabulados por Marcelo Ridenti (2010) e trabalhados pelos autores acima – cerca de 60% possuía curso superior. Além do mais, segundo os dados dessa classe média intelectualizada, 4124 pessoas da esquerda em geral foram processadas durante o regime militar. Das 3698 cuja ocupação é conhecida, 906 eram estudantes. 16,2% possuíam formação superior e 8,6% eram professores. Para mais, ler o capítulo *A canção do homem enquanto seu lobo não vem: as camadas intelectualizadas na revolução brasileira*, de Ridenti (2010, p. 71-146).

O Departamento de Letras da PUC-Rio, lugar em que Ana C. se formou, foi um dos primeiros lugares do Brasil a receber e debater as teorias pós-estruturalistas, especialmente a de Derrida, que apresentavam outras formas de conceber os conflitos sociais a partir das transformações políticas e culturais ocorridas ao redor do mundo durante os anos 1960. Silvano Santiago, professor de Ana Cristina Cesar, foi um dos primeiros brasileiros a se apropriar dos critérios analíticos derridianos para analisar a conjuntura da América Latina através dos conceitos pós-estruturalistas e este é um dos principais fatores que ligam o percurso da poeta Ana C. aos novos debates teóricos dos anos 1970. Nas ciências humanas, outras teorias também estavam em alta, como a de Foucault, Deleuze, Guattari e Cixous, por exemplo, e são importantes para compreendermos a produção de pensamento dos movimentos de contracultura, pois apresentaram novas perspectivas para a prática política e as relações de poder.

Estas novas frentes teóricas abriram reflexões críticas a respeito da organização de debates e temas centralizados ou marginalizados no contexto político e social do período. O ponto que nos chamou a atenção a respeito da singularidade de Ana Cristina Cesar frente aos outros escritores marginais, foi o fato de que sua literatura feminina se mostrava irreverente ao código político tradicional justamente em um período em que a conjuntura política condicionou os temas e as reivindicações das mulheres aos desafios próprios das estruturas política, econômica, cultural e social da ditadura civil-militar. Isto é, enquanto as pautas políticas dos movimentos sociais feministas voltaram-se para a reivindicação da representação institucional (Moraes et. al, 2020), a literatura poética marginal esteve mais próxima das questões sobre a vida íntima e doméstica do regime ditatorial.

Aproximando esta característica às reflexões do pós-estruturalismo, podemos ressaltar a definição de Hélène Cixous, importante nome da teoria de gênero produzida a partir dos anos 1960 na França, sobre a escrita feita por mulheres: ela é uma metáfora da abertura para o outro e para tudo o que for possível. Em sua obra *O riso da medusa* (Cixous, 2022), o feminino é tratado como indefinido e manifestação de diversas formas, a depender de sua localização social – diferentemente do masculino, que é muito bem definido na organização da sociedade. A literatura de Ana Cristina Cesar leva-nos a um “pensamento feminino” não posicionado e fragmentado. Isto é, introduz novas posições para além das hierarquias dicotômicas sobre a produção de sentidos entre homens e mulheres.

Nas produções bibliográficas sobre o período (Quinalha, 2017; Simões, 1985; Teles, 1999), fica evidente a divisão rígida das esferas pública e privada do regime militar, que dessa forma organizou a diferença entre os gêneros nas instâncias política, cultural, econômica e social da ditadura. É importante considerar esse aspecto para compreender o que queremos dizer com questões de “gênero” no contexto que nos propomos a estudar: considerando-o como categoria analítica (Scott, 1999) que se constrói a partir dos processos sócio-históricos de um tempo e que proporciona um campo fértil e diverso para compreender os conflitos e as desigualdades sociais, mas que carrega as limitações próprias de sua conjuntura e de sua geração.

Ana Cristina Cesar estava inserida em um contexto em que a própria categoria de *mulher* estava em disputa. Mas sua voz feminina, ao explorar o desejo, a sexualidade e a intimidade, nos levou a olhar cuidadosamente a atuação das mulheres e as questões consideradas femininas face à organização social e política da ditadura para além das posições “convencionais” do período – a saber, posições mais comuns de serem associadas à ditadura civil-militar e à vida social das mulheres. Nos atentamos detidamente a duas destas tendências, para enfim chegarmos a uma terceira menos reconhecida como parte da linguagem social da ditadura e compõe nossa hipótese que deu origem ao terceiro capítulo de nossa pesquisa.

A primeira é a dos grupos de mulheres tradicionalistas, como aquelas que participaram da Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), uma das primeiras organizações favoráveis ao golpe de 1964 e que concordou com a posição ditatorial sobre o lugar privado da mulher na sociedade⁸; a segunda, representada pelos movimentos sociais, políticos e intelectuais feministas, que se apoiou nas discussões sobre gênero para colocar em outro patamar o papel social das mulheres ao reivindicarem representação nas instâncias públicas e institucionais. Como exemplo dessa tendência, temos o Centro da Mulher Brasileira, organização fundada por donas-de-casa, intelectuais e estudantes universitárias em 1975 no Rio de Janeiro⁹.

⁸ Para conhecer mais sobre as mulheres de direita, indicamos a obra *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*, de Janaina Martins Cordeiro (2009).

⁹ Posteriormente, o grupo sofreu uma divisão interna e deu origem ao Coletivo de Mulheres. “A divisão resultou dos desacordos em relação a tópicos polêmicos com a questão da sexualidade e do aborto – temas que eram priorizados pelas exiladas políticas que tinham retornado ao Brasil em 1979” (Hahner, 1990, p. 195 apud Bezerra, 2007, p. 26). Esta questão expõe ainda mais as disputas presentes em torno do que era ser mulher nesse período.

E, finalmente, reforçamos a sugestão de que a posição de Ana Cristina Cesar figurou uma terceira tendência: a de *desconstrução* da visão dualista sobre a sociedade e as relações de poder, a partir de sua produção poética. Isso não quer dizer que as três foram as únicas tendências, mas servem para que localizemos a poesia de Ana C. dentro do processo de ação, aprendizagem e disputas na realidade social dos anos 1970.

Pergunto aqui se sou louca
 Quem saberá dizer
 Pergunto mais, se sou sã
 E ainda mais, se sou eu
 Que uso o viés para amar
 E finjo fingir que finjo
 Adorar o fingimento
 Fingindo que sou fingida
 Pergunto aqui meus senhores
 quem é a loura donzela
 que se chama Ana Cristina Cesar
 E que se diz ser alguém
 É um fenômeno mor
 Ou um lapso sutil?

(Cesar, 2016a)

Fingindo fingir que finge adorar o fingimento, como diz o poema “Soneto” exposto acima, a ficção e a realidade se perdem sem fronteiras na obra de Ana Cristina Cesar, bem como as questões das esferas pública e privada da sociedade se fluem em sua poesia e personalidade poética ao constituir e circular, em pleno contexto de repressão e silenciamento, uma literatura com caráter de intimidade. Compreendendo que o enclausuramento de sua trajetória, de sua produção literária e do contexto de ditadura civil-militar nas definições fixas e grandes temas das referências bibliográficas sobre a ditadura não contribuem para a análise que propomos, buscamos explorar a fruição da liberdade poética aliada ao uso da linguagem sociológica, a fim de analisar o cenário cultural, político, econômico e social durante a vigência do Ato Institucional nº5 – período, este, marcado por violência e censura.

Como afirma Maluf (2018, p. 436), Ana Cristina Cesar apresenta uma voz que “se volta para fora de si, que explicita sua construção em tramas abertas para o mundo que o circunda”. Isso significa que estudar sua literatura aponta para pelo menos dois caminhos analíticos: a) o de se aprofundar em suas referências internas, que inspiraram seu percurso formativo e sua técnica literária: neste caso, como

exemplo o já citado trabalho como tradutora da língua inglesa para o português, em que selecionou escritoras complexas como Emily Dickinson, Sylvia Plath e Katherine Mansfield, e seus trabalhos acadêmicos nos cursos de Letras e de Comunicação, como sua dissertação *Literatura não é documento*, publicado em 1980, em que desenvolveu importante levantamento de documentários sobre escritores e movimentos literários do Brasil; b) o de analisar as referências externas, atentando para a maneira como a sua literatura, ao mobilizar as referências internas, delineou outra perspectiva para o cenário cultural e intelectual dos anos de chumbo. Isto é, outra história possível para a ditadura civil-militar do Brasil.

Reconhecendo os limites desses dois anos de mestrado, escolhemos apenas o segundo caminho. Devido a isso, determinadas questões significativas para a trajetória formativa da escritora não poderão ser aprofundadas, como a relação da poeta com a religião protestante – em razão da atuação marcante de seu pai no movimento ecumênico do Brasil durante a ditadura –, a recepção das teorias pós-estruturalistas no Departamento de Letras da PUC Rio durante os anos 1970 e seus desdobramentos concretos para a formação de Ana C. e as possíveis influências intelectuais da Inglaterra – devido ao seu mestrado em Essex –, aspectos que encontraremos ao longo do trabalho mas que não são desenvolvidos. Contudo, esperamos abrir caminhos para que futuras pesquisas se aprofundem com mais tempo nesses elementos.

A respeito da seleção dos poemas da literatura marginal, além dos de Ana Cristina Cesar, para constituir esta “outra história” sobre a ditadura civil-militar, escolhemos aqueles que, em sua maioria, foram publicados na antologia *26 poetas hoje* (2021), de Heloisa Buarque de Hollanda, incluindo-os na argumentação desta pesquisa. A escolha foi feita a partir daqueles que, em uma primeira leitura, demonstraram abordar as “pequenas questões” do cotidiano, mescladas às representações do contexto de ditadura e que nos apresentam a *estrutura de sentimentos* do movimento cultural de literatura marginal, a partir do conceito de Raymond Williams (2011).

Por fim, não foi nossa intenção desenvolver uma análise textual esmiuçando os versos dos poemas, pois compreendemos a necessidade de uma formação específica para tal. Devido às diversas possibilidades de análise da e sobre a literatura nas ciências sociais, bem como às diversas formas e estilos literários da linguagem social, consideramos a produção cultural e simbólica como produção

material da sociedade. Isto é, a poesia como parte da totalidade da realidade – não sendo, inclusive, restrita ao ideal de “artistas”, mas presente na experiência de todos, bem como Williams (1979) define a cultura. Por isso a literatura é significativa para nos apresentar determinados problemas do contexto aqui estudado e nos situar, dentro dos limites do movimento cultural de literatura marginal, nas complexidades da realidade social face à ditadura.

Capítulo I – Mudanças sociais e literatura marginal através do percurso de Ana Cristina Cesar

Este capítulo objetiva apresentar as transformações sociais do Brasil, durante a década de 1970, a partir do percurso pessoal e intelectual da escritora Ana Cristina Cesar. Ao nos voltarmos para a trajetória familiar e sua formação nas áreas de Letras, Comunicação e Tradução Literária, conseguimos nos aproximar da efervescência cultural do país durante o Ato Institucional nº5 e dos ritmos, impactos e dilemas dos processos sociais da ditadura civil-militar para os jovens que compuseram o movimento marginal do Rio de Janeiro e a *geração AI-5*. Esta proposta parte do pressuposto de Mannheim (2013), de que importam as relações sociais dos indivíduos para melhor compreendê-los:

O que torna o indivíduo sociologicamente relevante não é o seu comparativo desvinculamento da sociedade, mas seu envolvimento múltiplo, o processo de individualização tem lugar no próprio processo através do qual o indivíduo se identifica com grupos superpostos e conflitantes (Mannheim, 2013, p. 86).

Nesta análise sociológica consideramos que as ações e preferências individuais podem contribuir para a explicação da ordem social. Isso quer dizer que os comportamentos e motivações de Ana Cristina Cesar não eram uma entidade socialmente desvinculada e residual dos problemas que surgiram na vida social desse contexto. A origem social de um indivíduo “não nos fornece todos os dados necessários para uma compreensão completa de seu desenvolvimento mental, mas indica alguns fatores de sua predisposição particular para enfrentar e experimentar dadas situações” (Mannheim, 2013, p. 97) e por isso leva-nos às complexidades de determinada conjuntura.

Diante das rupturas e continuidades que atravessaram as estruturas sociais do Brasil no cenário de violência estatal da ditadura civil-militar, os limites entre a esfera pública e privada na vida social tornaram-se evidentemente movediços e trouxeram novas e heterogêneas reflexões a respeito das agências políticas na história brasileira. Os aspectos que constituíam o íntimo e o cotidiano passaram a ser politizados por parte da juventude que se tornou reflexiva durante o autoritarismo

e que apresentou outra via de oposição ao regime ditatorial, para além das organizações e movimentos revolucionários, de forma a questionar as práticas e teorias políticas tradicionais.

Novas formas sensíveis de expressão se consolidaram nos movimentos culturais como no movimento de literatura marginal – que não apenas apresentou renovações estéticas para a produção literária em suas propostas, mas também modificações na forma de compreender e lidar com os conflitos sociais durante os anos de chumbo. Outras narrativas foram centralizadas no fazer poético e, nesse cenário, Ana Cristina Cesar expôs uma voz e uma personalidade autônomas e complexas que compuseram outra perspectiva para as mudanças sociais, a literatura e o feminino dos anos 1970. “Posso ouvir minha voz feminina: estou cansada de ser homem”¹⁰.

A autora nasceu no ano de 1952, no Rio de Janeiro, onde faleceu em 1983, ao se suicidar com 31 anos. Filha de Maria Luiza Cruz Cesar e Waldo Aranha Lenz Cesar, desde criança viveu em uma estrutura familiar que incentivou seu mergulho nos estudos e na leitura. Aos sete anos de idade, em 1959, lançou sua primeira publicação na seção de literatura infantil¹¹. Toda sua adolescência também se desenvolveu próxima da escrita e da oralidade. Como exemplo disso, Almeida e Daudt (apud Ferraz, 2021, p. 166) citaram que Ana C. dirigiu jornais literários na igreja¹² e na escola. Moriconi (1999) também afirmou que antes mesmo de aprender a escrever com suas próprias mãos, Ana Cristina Cruz Cesar ditava poemas para sua mãe, que marcava no papel as palavras nascidas de sua filha.

São aspectos que nos evidenciam, como argumentou Moriconi (1996, p. 98), que a linguagem sempre se expressou enquanto espaço de nascimento e concretização das forças conflitivas que atravessaram a subjetividade e o corpo da escritora. À vista disso, seu percurso íntimo e familiar leva-nos aos modos de vida dos intelectuais de classe média progressista daquele período do Rio de Janeiro, pois ocorreu próximo dos embates políticos que surgiram com o golpe de Estado de

¹⁰ Início do poema “16 de julho”, de *Cenas de abril* (Cesar, 2016a, p. 76).

¹¹ “Em novembro, Lúcia Benedetti, teatróloga e autora de livros infantis, publica o artigo ‘Poetisas de vestidos curtos’, no Suplemento Literário do jornal carioca *Tribuna da Imprensa*. Lúcia apresenta três poemas de Ana Cristina: ‘Tarde de ondas’, ‘Só aquele coração’ e ‘A Camélia’” (Almeida, Daudt apud Ferraz, 2014).

¹² A vida de Ana Cristina Cesar parece ser atravessada pelos dilemas da religião. Desde nova, acompanhava seu pai em missões religiosas em longas viagens pelo Brasil. Por compreender a complexidade do protestantismo para a constituição das identidades na vida social, não adentramos no assunto ao longo desta pesquisa, mas este aspecto será citado algumas vezes.

1964 e que compuseram, em algum nível, as relações sociais e pessoais deste tempo. Desde muito novos, Ana C. e seus irmãos vivenciaram tensões e perseguições políticas de perto, devido à trajetória profissional de seu pai, que criou os filhos em meio a inseguranças e turbulências.

O que impunha limites sobre as estruturas e acasos do cotidiano eram as irrupções ferozes das emoções causadas pela ditadura. No caso de famílias como a de Ana, somavam-se ao generalizado desatino emocional os fatos concretos das perseguições, fugas, prisões, IPMs, tumultuando tudo, redobrando as já numerosas tensões sexuais que permeiam as quatro paredes de qualquer núcleo familiar (Moriconi, 1996, p. 81).

Ao descrever seu pai Waldo Aranha Cesar, sociólogo e figura marcante do ecumenismo progressista de raiz protestante¹³ da América Latina, Moriconi diz ser alguém de personalidade que “investe na ficção como forma de conhecimento, compreende e ama as dimensões estéticas e emocionais da política e da religião” (1996, p. 79). Foi atingido pela crise política, pois perdeu atribuições no comando da Confederação Evangélica do Brasil, devido à perseguição direitista da instituição. Sobre a mãe Maria Luiza, professora do Colégio Bennett – lugar em que Ana e seus dois irmãos estudaram no início da década de 1960 –, Moriconi pontua que sua presença era daquelas que “não permite a flutuação do intervalo, é dessas pessoas fervorosas que deseja levar a palavra até suas últimas consequências” (1996, p. 80). A poeta, entretanto, demonstra ter construído sua própria luz intelectual, se desvencilhando da trajetória de seus pais e buscando a autonomia literária via desbunde e revolução particular, elementos que abordaremos mais adiante.

Após sair do colégio metodista [Bennett] em que a mãe lecionava, em 1964, Ana Cristina estudou em colégios públicos que, naquele período, eram frequentados por filhos dessa “classe média esclarecida” (Moriconi, 1996) – sendo eles, escola estadual Amaro Cavalcanti, no Largo do Machado, e Colégio de Aplicação, vinculado à Faculdade Nacional, que hoje é Universidade Federal do Rio de Janeiro. Essa transferência inicial de um colégio particular para um público, aos 12 anos de idade,

¹³ Segundo Elizete Silva (2017) o setor ecumênico no Brasil se desenvolveu na segunda metade do século XX, vinculado ao Conselho Mundial de Igrejas e apresentou propostas inovadoras de diálogo com as demais religiões a partir de um discurso teológico que rompia com as práticas fundamentalistas e conservadoras na religião – majoritárias entre os evangélicos. Para mais, recomendamos o livro *Memória Ecumênica Protestante*, organizado por Zwinglio M. Dias (2014) e composto por depoimentos e entrevistas de vários protestantes que atuaram durante a ditadura, incluindo Waldo Lenz Cesar, pai de Ana Cristina Cesar. Ele próprio expõe trabalhos e conferências que chamaram a atenção do regime e tensionou a relação com a Confederação Evangélica, como a Conferência Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro” (Cesar, W., 2014, p. 93).

se deu devido aos embates entre posições mais “progressistas” ou “reacionárias” que ocorriam durante os processos do golpe ditatorial¹⁴. Esses conflitos atingiram diretamente o trabalho de Maria Luiza, tornando a escola um ambiente perturbador, até que transferiu os filhos para a rede pública. “Mães direitistas chegaram a promover manifestações no Colégio, exigindo a cabeça de professores e diretores de esquerda” (Moriconi, 1996, p. 77).

Durante os anos 1960, Ana C. participou das agitadas manifestações políticas dos estudantes secundaristas contra o regime civil-militar, após o golpe de Estado. Neste período, sair às ruas em protesto se tornou experiência muito presente na vida social da classe média carioca, devido às transformações políticas que ocorriam no Brasil e ao redor do mundo. Aos 15 anos, junto aos irmãos, esteve na marcante Passeata dos Cem Mil, mobilização organizada pelo movimento estudantil da cidade do Rio de Janeiro, em junho de 1968, que reuniu diversos setores da sociedade contra a ditadura. “Eles ficaram com os colegas do colégio e eu fiquei em outro lugar”, conta Maria Luiza (Moriconi, 1996, p. 82). Nesse mesmo período, o então namorado de Ana C., Luiz Augusto Garcia Pereira, levou um tiro na perna durante uma manifestação estudantil – bem em frente ao prédio do Consulado Americano, na Rua México, no Rio de Janeiro. Virou manchete nos jornais e partiu para a Alemanha, por receio das perseguições do regime militar.

O ano de 1968 foi período de diversas mobilizações sociais e culturais não só no Brasil, mas também a nível mundial e marcou um período de embates políticos entre as forças armadas e as representações de poder contra movimentos sociais e populares¹⁵. Foi significativo o processo de independência dos países africanos desde o início da década, que intensificou as discussões sobre colonização e poder, a partir das lutas de independência em África¹⁶. No entanto, os conflitos não eram

¹⁴ Nesse período, notamos uma polarização acentuada que dividia os grupos a partir do que consideravam ser de esquerda e de direita e generalizava as posições políticas. Isso demandou uma tomada de posição a favor ou contra o governo ditatorial que, mais tarde, se expressou como aspecto negativo para a geração AI-5. “Não ter posição marcada” fez parte do comportamento de desbunde, como abordaremos mais adiante, sobre Ana Cristina Cesar.

¹⁵ Neste período ocorriam eventos históricos marcantes, como o massacre dos estudantes no México e os levantes de Praga, na República Tcheca.

¹⁶ Segundo Viviane de Souza Lima (2017, p. 14), o estopim da luta armada pela libertação dos países foi o Massacre de Mueda, em 16 de junho de 1960, em Moçambique. Militares portugueses assassinaram centenas de camponeses que protestavam contra o baixo preço pago pelos colonos portugueses por produtos agrícolas. Um ano depois, em Angola, iniciam as ações pela liberdade de presos políticos do que ficou conhecido como Frente Nacional de Libertação da Angola e se sucederam diversas mobilizações no continente, ao longo da década, pela independência dos países, disseminando o debate anti-imperialista ao redor do mundo. Tendo repercussão no Brasil, em 1961, nascia aqui o Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA), que atuou nas cidades

expostos apenas pelos países considerados periféricos, com o enfrentamento do colonialismo e das ditaduras. Gênero, poder e educação também foram discutidos em intensa onda de protestos – como no caso da França, com Maio de 1968, ou dos Estados Unidos, com os movimentos contraculturais e em oposição à guerra do Vietnã, que questionaram as representações tradicionais nas instâncias políticas. Os princípios psicanalíticos de Freud também foram importantes para a descoberta do “outro” nas perspectivas pós-estruturalistas face às transformações sociais, culturais e políticas da década de 1960. Essas novas perspectivas sobre a realidade apontaram para as relações de dominação nas organizações sociais e aproximaram os movimentos sociais e culturais às questões da desigualdade.

Na América Latina, estava em alta, a partir dos anos 1960, a teoria da modernização, ao mesmo tempo que diversas ditaduras militares ocorriam no continente. Havia grande investimento econômico e ideológico dos Estados Unidos, por meio de políticas externas direcionadas à região latino-americana, que acompanhavam discursos e práticas sobre as “ameaças” do bloco comunista, em embate direto com a União Soviética e com investimento no processo de hegemonização econômica, política e cultural (Ribeiro, 2006). Os governos ditatoriais progrediram nos países latino-americanos.

A ditadura do Brasil, influenciada pela ideologia norte-americana, acentuou a modernização conservadora¹⁷ justamente no momento das diversas rupturas históricas que ocorriam aqui e ao redor do mundo – rupturas, essas, que expuseram para os movimentos culturais e sociais as complexidades e contradições da organização social da ditadura brasileira. No entanto, antes de se mobilizarem contra o sistema, esses movimentos precisavam lidar com a condição de clandestinidade e oposição à ditadura civil-militar – condição em que a subversão aos meios tradicionais de poder levava à prisão, tortura, exílio e assassinato político¹⁸.

de São Paulo e do Rio de Janeiro, reunindo brasileiros, portugueses anti salazaristas exilados e africanos.

¹⁷ Originalmente, o conceito vem de Barrington Moore Jr., que buscava compreender o papel político desempenhado pelas elites agrárias da Alemanha e do Japão na passagem da sociedade rural para a sociedade industrial e seus processos de expansão e controle. Embora o tenhamos especificamente no contexto da ditadura civil-militar, para Renato Ortiz (2014) a ideia de modernização conservadora se aplicaria no Brasil à emergência da modernidade como um todo. Isto é, nos diversos períodos históricos da formação de nosso país, da Primeira República ao Estado Novo, em que os valores democráticos foram preteridos para um plano secundário.

¹⁸ 1968 foi um ano de diversos acontecimentos significativos para o Rio de Janeiro. Em março, Edson Luís, de apenas 17 anos, foi assassinado pela polícia militar enquanto participava de uma manifestação no centro da cidade. Foram seus companheiros, estudantes secundaristas, que resgataram o corpo sem vida das ruas. Em junho, uma manifestação estudantil que reivindicava mais

Devido a essa circunstância conjuntural, ficou evidente a necessidade de reorganizar a sociedade em suas diversas instâncias. O intenso processo de industrialização pelo qual o país passava desde antes do golpe consolidou uma classe operária brasileira que sofria as acentuadas desigualdades e contradições políticas e econômicas. Além do mais, diversos movimentos sociais, durante o governo de João Goulart (1961-1964), eram criticamente organizados pela reivindicação de reformas, como a agrária¹⁹, e pela elaboração de políticas anti-imperialistas para a realidade dos trabalhadores brasileiros.

No dia 13 de março de 1964, João Goulart anunciou a decisão de levar adiante as reformas – inclusive a reforma agrária – no histórico comício realizado em frente à Central do Brasil, no Rio de Janeiro, com a participação de milhares de pessoas. Na ocasião, ele apelou ao povo brasileiro para que se mantivesse alerta quanto à “reação das forças conservadoras”, que tudo fariam para impedir o avanço das reformas (Teles, 1999, p. 53).

Após esse anúncio, o processo do golpe tomou ainda mais corpo e rapidez. Goulart foi considerado ameaça para a direita do Brasil, que era composta, segundo Motta (2014, p. 48-52), por grupos ideológicos heterogêneos – dentre eles, os nacionalistas autoritários, os liberais e os conservadores. Ainda que não houvesse acordo sobre como conciliar seus interesses, os discursos nacionalistas e populistas do então presidente eram lidos como o início do processo de “comunização” do Brasil e, portanto, ameaçavam a segurança econômica do país. Com a ditadura estabelecida, em 1964, as rápidas ações de industrialização e modernização provocaram o mais intenso processo de mobilidade social da história brasileira, consolidando uma elite industrial que gerenciava trabalhadores com baixa escolaridade, segundo Luna e Klein (2014, p. 66-7). Concentração de renda, distorção distributiva, arrocho salarial e aumento da dívida externa são alguns dos fatores expressivos da fase mais autoritária do regime.

verbas e atenção às políticas educacionais do governo resultou no que ficou conhecido como “sexta-feira sangrenta”, devido ao embate entre estudantes e militares, levando à morte de dezenas de militantes. Em seguida ocorreu a Passeata dos Cem Mil, em que milhares de pessoas, de diversos setores da sociedade, se reuniram contra a repressão da ditadura nas ruas do Rio de Janeiro. O AI-5, promulgado em dezembro, transformou oficialmente todas as organizações políticas, inclusive a União Nacional dos Estudantes, em clandestinas. A luta armada se fortaleceu como uma opção para o enfrentamento da repressão.

¹⁹ A reforma agrária já estava sendo discutida desde meados dos anos de 1950, com diversos projetos desenvolvidos pelos movimentos sociais e fortemente recusados pelos conservadores. Não entraremos nessa discussão, mas são elementos importantes desse quadro político.

Com o êxodo de grande massa originária da área rural para a cidade, teceram os centros urbanos e, sem investimento em infraestrutura, também aumentou a população periférica, com pessoas vivendo em condições precárias (Teles, 1999, p. 56). Consequentemente, a violência nas ruas do país passou a fazer parte do dia-a-dia. O investimento do governo em educação se voltou para a formação de mão-de-obra especializada, gerando mais trabalhadores para o mercado industrial em crescimento:

A reforma agrária processou-se ao contrário: concentraram-se cada vez mais os latifúndios. Se até o Golpe de 64 dois terços da população brasileira viviam na área rural, poucos anos depois essa situação se inverte. O operariado, submetido ao arrocho salarial, aos acidentes de trabalho, cada vez mais numerosos, e às péssimas condições de vida, contribuiu de maneira fantástica para a expansão capitalista. O Brasil se tornava a oitava potência do mundo (Teles, 1999, p. 56).

Estas mudanças substanciais do contexto autoritário da ditadura, vindas tanto da reorganização do capitalismo no Brasil quanto das novas configurações das relações sociais nesta dinâmica, deram outros sentidos para o que se entendia enquanto cultura brasileira (Ortiz, 2014). Nesse cenário em que os direitos políticos foram suprimidos em outras instâncias, a classe média intelectualizada se apropriou dos espaços culturais ao compreendê-los como possibilidade de denúncia e resistência contra as estruturas ditatoriais. Não à toa, o próprio Ato Institucional nº5, promulgado em 1968, tornou explícita a centralidade dos movimentos culturais para as disputas políticas do período e, de certa forma, fez com que a relação entre as produções artísticas e intelectuais e a sociedade brasileira fossem refletidas ainda mais pelas esquerdas brasileiras.

Em *Memória ecumênica protestante* (2014) – obra que reúne a trajetória de homens e mulheres que fizeram parte da resistência protestante à ditadura no Brasil – Waldo Aranha Cesar, pai de Ana C., conta que assistiu o então presidente Costa e Silva e o ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva, lerem este ato logo após mobilizações populares de oposição ocorridas no Brasil em 1968²⁰. Expondo os

²⁰ “O império do medo: assim se poderia descrever a situação do país durante os Governos Costa e Silva e Médici sobretudo. Poderíamos tomar inclusive como exemplar do que se passava com o país como um todo a história de Frei Tito de Alencar; desse frade dominicano preso em São Paulo em novembro de 1969, submetido a torturas prolongadas pelo delegado Fleury, então pertencente ao DOPS, e que, depois de exilado em Paris, continuaria sempre a sentir a presença do torturador ao seu lado. Presença forte a ponto de levá-lo a enforcar-se em 1974” (Süssekind, 1985, p.17).

fundamentos da chamada “Revolução Brasileira de 31 de março de 1964”, os governantes afirmaram a intenção de criar um decreto que:

atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção, buscando, deste modo, “os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil [...]” (Preâmbulo do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964) (Brasil, 1968).

Ao fim da promulgação, os colegas de Waldo Cesar presumiram ser melhor ir embora do Rio devido aos perigos da repressão. Ele não concordou, mas ao menos foi para um sítio em Resende, outro município do estado, aguardar os próximos movimentos dos militares. O AI-5, declaradamente, teve a intenção de silenciar e punir os contrários ao governo, em nome de “preocupações” com “atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais” (Brasil, 1968) e afirmou fundamentos morais para censurar e impedir as “ameaças” aos valores e à tradição, que, nomeados como valores “do povo brasileiro”, eram baseados na manutenção de um poder político que excluía a pluralidade cultural e social do Brasil.

No dia seguinte, pela manhã, chegou um carro com Maria Luiza, o pai dela e minha cunhada. Eu perguntei: “O que houve?”. Elas responderam: “foram te buscar, ontem à noite. Cinco caras do exército examinaram toda a casa”. Ana Cristina estava se formando no curso e recebia a visita de alguns colegas: todos foram interrogados (Cesar, W., 2014, p. 97).

Maria Luiza, mãe de Ana C., relata que nessa noite a escritora, ainda adolescente, levantou a voz aos agentes que vasculharam o apartamento da família e conseguiu impedir que os documentos dos amigos fossem vistoriados, argumentando estarem *reunidos em motivo de festa, não política*, e que todos eram menores de idade (Moriconi, 1996, p. 84-85). Todos esses elementos descritos até aqui, a respeito da conjuntura política da ditadura civil-militar, demonstra que a juventude de classe média do Rio de Janeiro que se tornava reflexiva nos anos 1970 teve que aprender a lidar com estas novas configurações das esferas da vida pública e social, devido às intervenções autoritárias que suspenderam os direitos dos cidadãos e que legitimaram perseguições, torturas e assassinatos políticos – atravessando a esfera íntimo-privada e as criações sensíveis desse tempo.

A *geração AI-5* do Rio de Janeiro, a qual consideramos que Ana Cristina Cesar fez parte, foi a primeira que devia sua formação à universidade, como pontua Italo Moriconi (1996, p. 15). Era o caso da poeta, que desde o colégio até a pós-graduação esteve vinculada às universidades cariocas (PUC-Rio e UFRJ). É a geração que não vivenciou o antes e o depois do golpe e teve contato com os conflitos políticos justamente quando o movimento estudantil se consolidava enquanto forte organização de oposição à ditadura civil-militar. Esse cenário propiciou a elaboração de novas formas de lidar com os conflitos sociais e seus impactos, diferentes das que já estavam estabelecidas pelas esquerdas organizadas politicamente.

O Estado, ao condicionar as organizações, práticas e reivindicações políticas de esquerda ao lugar de clandestinidade, tornou a esfera privada e os meios alternativos de comunicação o lugar possível para as práticas subversivas e alternativas dos anos 1970. Manifestações como as do “poesia-práxis”, movimento literário posterior ao concretista²¹, representaram a tentativa de superação dos impasses da conjuntura brasileira a partir da elaboração de uma linguagem que visava contribuir para a revolução brasileira (Hollanda, 2004). Um dos principais nomes era Mário Chamie, que próximo do Cinema Novo e do Teatro de Arena, “absorveu temas do engajamento populista e da preocupação vanguardista com a modernidade” (Hollanda, 2004, p. 56). É neste sentido que nos interessa rever a forma com que as questões íntimas da vida social eram tratadas pelos movimentos culturais, pois a prática política convencional ocupou o espaço das “pequenas” questões, como abordaremos a seguir, afastando-as do que os movimentos políticos revolucionários e de arte engajada compreendiam como as grandes questões políticas.

²¹ Movimento literário lançado pelos irmãos Augusto e Haroldo de Campos e por Décio Pignatari, na década de 1950. Trouxe mudanças significativas para a literatura, rompendo com as formas tradicionais de produção poética e incluindo as esferas visuais e sonoras no fazer literário. Enquanto atuação das vanguardas, em engajamento experimentalista, foram “consolidando propostas de maior rigor formal, de adequação (e mesmo superação) da palavra às técnicas de comunicação próprias às sociedades urbano-industriais e a reivindicação da modernidade no centro do discurso poético” (Hollanda, 2004, p. 42). Com isso, justificam sua pertinência enquanto expressão mais moderna das sociedades industriais, em nome do operário moderno e da reflexão a respeito da sociedade capitalista – e, por isso, a técnica, a racionalidade e a precisão são utilizadas enquanto ferramentas dessa produção poética da realidade livre da “alienação metafórica”. Além do concretismo, outros movimentos de vanguarda participam do debate do período: poema-práxis e poema-processo, que, segundo Holanda (2004, p. 49), guardam diferenças quanto aos caminhos que a poesia deve tomar para alcançar a revolução.

O caso do *reunidos em motivo de festa, não política*, frase destacada por nós anteriormente e argumento utilizado por Ana C. ao reagir à vistoria dos militares em sua casa, evidencia-nos a rígida divisão entre as esferas pública e privada que as representações de poder da ditadura impuseram – ainda que não respeitasse nenhuma delas, pois, como vimos, as ações autoritárias do Estado atingiram também a vida pessoal dos cidadãos. Como veremos a seguir, já a partir do movimento tropicalista ficou evidente que os impactos da ditadura resultaram em uma crise de linguagem e sensibilidade, influenciando os movimentos da década 1970 a pensar em novas concepções sobre o papel do artista na sociedade. Foi com esse movimento que os limites entre vida e arte, política e comportamento e bom e ruim pareceram ruir e o cotidiano se tornou matéria bruta para elaborar uma nova crítica social.

1.1 “A subjetividade se parece com um roubo inicial”²²: reelaborações sensíveis de um tempo em crise

Em 14 de dezembro de 1968, o *Jornal do Brasil*, um dos mais importantes matutinos da época, foi às bancas com uma edição cuidadosamente planejada para provocar estranheza. Entre as bizarrices, o jornal estampou o aviso “Ontem foi o Dia dos Cegos” e a previsão meteorológica na primeira página. Não satisfeito, anunciou: “Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos”. O dia era de sol forte e céu escandalosamente azul, mas a edição falava sério: tentava alertar o leitor da presença de censores na redação – naquela madrugada, entrara em funcionamento uma operação militar destinada a censurar toda a imprensa nacional (Schwarcs, 2015, p. 455).

A esfera cultural durante as ações do modelo político-ideológico da ditadura, especialmente após 1968, era composta pelo encontro do controle autoritário e da expansão modernizadora, como aponta Renato Ortiz (2014), e este é um dos fatores significativos para a compreensão dos conflitos sociais e políticos durante o regime. O trecho acima contribui com o nosso argumento de que foi este um período em que a reflexão social passou por novas reelaborações sensíveis – agora, lidando com os mecanismos de censura e perseguição política por meio das metáforas e das alegorias. Consideramos que a intensa organização tecnológica e industrial do regime, a partir da consolidação dos ideais de modernidade e de progresso e a partir

²² Trecho do poema “inverno europeu”, de *A teus pés* (Cesar, 2016a, p. 15).

da intensificação das desigualdades sociais, interferiram na produção de pensamento dos artistas e intelectuais, pois “os fenômenos mentais possuem uma estrutura e uma dimensão supra-individual” (Mannheim, 2013, p. 49) e, portanto, expressam experiências sociais.

Concomitante aos desdobramentos do AI-5, o Estado desenvolveu políticas de incentivo cultural com o objetivo de inserir o Brasil no mercado internacional. A Política Nacional de Cultura (PNC), lançada em 1975 por Ney Braga e pelo Conselho Federal de Cultura do MEC, expressou a sistematização das orientações e rumos do Estado no incentivo às produções culturais entrelaçadas ao desenvolvimento e à segurança nacional. Segundo Flora Süssekind (1985, p.22), essa medida legitimou o Estado enquanto “guardião da cultura nacional”, da tradição e da memória, pelo que chamavam “revalidação do patrimônio histórico e científico brasileiro”. É neste período que são criados programas como Embrafilmes, Funarte, Secretaria de Cultura, entre outros²³.

Em contrapartida, as vias alternativas dos movimentos culturais expressaram uma grande tentativa de trazer à tona modos e linguagens de certas vivências marginalizadas pelas representações culturais do período. Teresa Cabañas (2014, p. 16), percebendo este movimento, especialmente na literatura marginal, intitulou a centralização de novas narrativas nas elaborações culturais de *deslocamento da crítica social*. O conceito se refere ao ato de abordar o que estava à margem da crítica social e redirecionar o olhar para aquilo que não estava sendo dito. Entretanto, essa característica se deu de diferentes formas, a depender das condições objetivas e ideológicas às quais os escritores e grupos estavam próximos.

Antes de chegarmos propriamente ao movimento marginal e suas reelaborações na reflexão crítica, duas vertentes que exemplificam a heterogeneidade da esquerda nos anos 1960 sobre o papel da arte e do artista são os movimentos de arte engajada e o tropicalismo. A primeira, herdeira da tradição do realismo socialista e da atuação dos CPCs (Centros Populares de Cultura) e ligados à União Nacional dos Estudantes, se dedicou ao desenvolvimento de produções com cunho nacional, popular e revolucionário. Próximo desses ideais, Glauber

²³ Para um maior aprofundamento do campo intelectual e cultural dos anos 1960 e das políticas públicas deste setor, recomendamos *Cultura e participação nos anos 60*, de Heloísa Buarque de Hollanda e Marcos Augusto Gonçalves (1982).

Rocha²⁴ publicou o manifesto da Estética da Fome, em 1965, após um discurso no congresso *Terceiro Mundo e Comunidade Mundial*, em Gênova, Itália. Inspirado na teoria da violência do colonizado contra o colonizador, de Franz Fanon, o cineasta afirmou que o artista deveria buscar sua força na vida nacional e ser, dentro das possibilidades, independente em relação aos aparelhos tecnológicos e econômicos da ditadura (Ridenti, 2010, p. 86).

Hollanda (2004, p. 23) reforçou que no imaginário revolucionário não havia lugar para “os artistas de minorias” ou qualquer outra produção que não fizesse a opção de público em termos de povo. Em *Impressões de viagem*, a autora apresentou a definição de “arte popular revolucionária” do CPC, movimento que via a arte a partir de uma concepção instrumental (Hollanda, 2004):

Para nós tudo começa pela essência do povo e entendemos que esta essência só poder ser vivenciada pelo artista quando ele se defronta a fundo com o fato nu da posse do poder pela classe dirigente e consequente privação do poder em que se encontra o povo enquanto massa dos governados pelos outros e para os outros. Se não se parte daí se é nem revolucionário, nem popular, porque revolucionar é passar o poder ao povo (Hollanda, 2004, p. 22).

Já a segunda vertente por nós citada, a tropicalista, expressava críticas à estética sem inovações formais dessas manifestações engajadas. Como aponta Marcelo Ridenti (2010, p. 59), a concepção de arte engajada era vista por eles como consolo da classe intelectual e não como mobilização política. O tropicalismo representou o distanciamento da proximidade imaginativa dos artistas com as ideias de revolução e de guerrilha, pois, diferentemente dos movimentos herdeiros do CPC, tinham como estratégia desenvolver críticas alegóricas e em formato de espetáculos nos meios de comunicação em massa incentivados pela própria ditadura (Süssekind, 1985, p. 36), fazendo parte dos festivais de MPB da indústria fonográfica e incorporando na música brasileira o rock, estilo musical americano²⁵. Ou seja, o

²⁴ É importante pontuar que alguns trabalhos discutem a influência do movimento tropicalista para o cinema novo de Glauber Rocha, especialmente em seu filme “Terra em transe” (1967). No entanto, “quando foi questionado por um jornalista, em 1968, se ele próprio podia considerar-se um tropicalista, negou sua participação no Movimento. No entanto, não deixou de exaltar os méritos dessa nova onda cultural” (Silva, 2016, p. 292). São aspectos que evidenciam a impossibilidade de organizar, de forma fechada, os movimentos culturais do período que estavam em constante troca.

²⁵ Um dos grandes momentos destas provocações tropicalistas às produções de caráter nacionalista e popular é a apresentação de Caetano Veloso no III Festival de Música Popular Brasileira, em 1967, quando apresenta *Alegria, alegria* e mescla a letra da marchinha com o toque de guitarra elétrica, junto ao “iê-iê-iê”, constituindo uma música em fragmentos e influências do rock internacional. A letra aborda a realidade urbano-industrial da modernização brasileira (Hollanda, 2004, p. 62). O artista iniciou sua apresentação sendo vaiado, principalmente pela rejeição à guitarra que predominava em sua apresentação. Mas ao final pareceu conquistar um espaço significativo entre a plateia. Dentre os

movimento rompeu com a proposta de uma cultura nacional e popular entre as esquerdas.

Essa forma de engajamento soava como uma enorme contradição para os grupos revolucionários, pois, segundo suas concepções, a arte deveria ressaltar a identidade nacional e ser um dos canais de conscientização do povo em relação à luta contra o sistema político e econômico. Era o movimento tropicalista a expressão artística da conjugação de forças conservadoras modernizantes do golpe (Ridenti, 2010, p. 85-6). Com eles, o binarismo entre o bom e o ruim pareceu ruir, entrecruzando o moderno ao tradicional do Brasil e incorporando as contradições da realidade brasileira nessas produções. Caetano Veloso disse, quando tocou ao vivo no Teatro Castro Alves, na Bahia, em 1969: “Ninguém é profeta fora de sua terra”²⁶. O tropicalismo é considerado a exteriorização de parte das contradições, ambiguidades e tensões inerentes à conjuntura política:

Recusando o discurso populista, desconfiando dos projetos de tomada de poder, valorizando a ocupação dos canais de massa, a construção literária das letras, a técnica, o fragmentário, o alegórico, o moderno e a crítica de comportamento, o Tropicalismo é a expressão de uma crise (Hollanda, 2004, p. 64).

O que se destaca para nós é a busca pela atualização das linguagens sociais e de resistência, que desde o concretismo era preocupação dos movimentos artísticos (Hollanda, 2004, p. 64). O tropicalismo e posteriormente os marginais deram continuidade ao aprofundá-la, reelaborando, através de novas estratégias para suas produções artísticas, os conceitos e as perspectivas dos conflitos políticos, econômicos e sociais daquele momento. A ideia de revolução, agora em crise, passa a ser almejada através da insubordinação aos costumes tradicionais da sociedade, no que tangia ao sexo, às drogas, ao corpo e ao cinismo frente à realidade social.

“Usando cabelos longos, roupas extravagantes, atitudes inesperadas, a crítica política dos jovens baianos passa a ter uma dimensão de recusa dos padrões de bom comportamento, seja ela artística ou existencial” (Cesar, 2016b, p. 245). Parte da linguagem, o comportamento foi um aspecto significativo para essa atualização e

outros nomes importantes do movimento, estavam Gilberto Gil, Gal Costa, Tom Zé, Os mutantes, entre outros nomes que aderiram às concepções tropicalistas em outras artes, como cinema, moda, artes plásticas e literatura.

²⁶ Transcrição do discurso disponível em: <https://caetanocompleto.blogspot.com/2012/07/1972-barra-69.html>. Acesso em 07 nov. 2023.

o comunismo foi afirmado como a ideologia que esquece o corpo e o erotismo e não lida com suas contradições. Diferentemente disso, buscavam elaborações sensíveis que representassem a experiência fragmentada e descontínua de viver em uma ditadura. Sobre os tropicalistas, Heloísa Buarque de Hollanda (2004, p. 75) afirma:

A identificação não é mais imediatamente com o povo povo ou o proletariado revolucionário, mas com as minorias: negros, homossexuais, freaks, marginal de morro, pivete, Madame Satã, cultos afro-brasileiros e escola de samba”.

Neste contexto contraditório e com diversos estímulos, a vida real do artista passou a ser, por si só, o artifício. Importava o jeito de se vestir, o corte de cabelo, a postura diante dos outros e seus valores morais, considerados aspectos potencialmente críticos à sociedade de consumo. Ao escrever sobre a revolução comportamental dos tropicalistas, Silviano Santiago (2000, p. 157) afirmou: “de repente, descentralizou-se a cultura brasileira da cultura institucionalizada, da cultura aceita e aplaudida pelos ‘intelectuais’ e pelas universidades, pelas academias de letras e pelos suplementos literários”.

As formas poéticas que nascem nesse contexto são produto e reação às constantes ameaças do espaço ativo, e que podem expressar as crises de linguagem, sensibilidade e representação de seu tempo histórico a partir da tentativa de buscar novas formas de expressão (Cabañas, 2005). Pensando assim, consideramos que os vários grupos sociais desse tempo podem demandar necessidades sensíveis diferentes, e quando não há meios suficientes para isso, buscam-se novas formas para intervir em seu próprio tempo. Em “*Individuals and Societies*”, Williams (1961) afirma que todo indivíduo possui um sistema de comunicação e interpretação em constante troca com a realidade.

Observação, seleção, comparação e ação são elementos presentes nesses sistemas e, ao estar sempre em construção, as generalizações nem sempre são capazes de compreender a complexidade da realidade. É dessa maneira que é significativa a *estrutura de sentimento* do movimento de literatura marginal para conceber a esfera cultural dos anos de chumbo. Este conceito de Williams (2011, que veremos mais detalhadamente na próxima seção, diz respeito aos sentimentos e experiências vividas pelos indivíduos de determinado movimento cultural que participam daquela realidade concreta.

Por esse ponto de vista, a literatura tornou-se parte constituinte da agência social durante o processo sócio-histórico da ditadura e suas reelaborações sensíveis atuaram como elemento das transformações sociais e os conflitos que delas derivam. Contribuindo para a compreensão das vivências desses escritores frente às mudanças sociais, Jurandir Freire Costa (1984) descreve que a moral urbana da geração AI-5 era *indivíduo-centrada*, de forma a lerem a realidade de maneira a estarem:

convencidos de que a história perdeu o prumo e a terra está devastada, povoada pelos homens ocos. Complacentes ou cruéis com os próprios sofrimentos, comprazem-se em dar cada palavra um ar de ponto final. Contemplam o caos e sobrevivem à espera da “coisa maravilhosa”. Mas, enquanto o milagre não surge, concentram-se no próximo orgasmo e no próximo “barato” (Costa, 1984, p. 118).

Em diálogo com Luciano Martins (2014), autor que desenvolveu o conceito de *geração AI-5*, Costa (1984) argumenta que essa juventude pós-68 não é rebelde sem causa, ou apenas pela privação da condição de sujeito da história, devido às violências do Estado. Mas são singularizados socialmente, também, pelas transformações típicas das sociedades de consumo, que resultou na conversão da família burguesa às ideologias de bem-estar corpo, do sexo, do psiquismo, enquanto parte da estruturação do processo de modernização da época, alavancando as políticas de industrialização e a concentração de rendas na sociedade brasileira (Costa, 1984).

São nessas condições que nasceu a literatura marginal, através da necessidade de renovações temáticas e teóricas durante o contexto cultural, político e econômico dos anos 1970. Apesar de não apresentar qualquer homogeneidade, teórica ou na forma (Mattoso, 1982, p. 29), este movimento possibilitou que o próprio conceito de literatura fosse repensado e inserido enquanto ativo nos processos históricos da sociedade brasileira. Iremos, a seguir, compreender a criação literária como agência social a partir do conceito de estrutura de sentimentos para posteriormente analisarmos a literatura marginal e a voz e a personalidade poéticas de Ana Cristina Cesar durante os anos de chumbo.

1.2 “Qualquer palavra é um gesto”²⁷: literatura como agência e estrutura de sentimentos

Antes de tratarmos propriamente da literatura marginal, iremos nos apropriar da perspectiva teórico-metodológica de Raymond Williams (2011), que traz avanços significativos para os estudos sociais sobre literatura. Esta seção possui a intenção de nos auxiliar na compreensão do movimento cultural *literatura marginal* como elemento importante para as mudanças sociais dos anos 1970. O autor argumenta: “as sociedades e as literaturas possuem histórias humanas ativas e conflitantes, sempre inseparáveis de valores ativos” (Williams, 2011, p. 21). Partimos do seu princípio de que a prática literária é parte significativa dos processos sociais, pois embora determinadas criações se manifestem de forma individual, com especificidades individuais, a linguagem, as convenções, as experiências e as interpretações são aspectos necessários para a afirmação das identidades sociais em determinados tempo e contexto.

Autores importantes do marxismo ocidental, a exemplo de Theodor Adorno, György Lukács e Lucien Goldmann, desenvolveram grandes contribuições para o reconhecimento do texto como uma construção cultural, como argumentam Botelho e Hoelz (2022, p. 26). Entretanto, são abordagens que consolidaram a ideia de “reflexo” ao se voltarem para as normativas da estética em suas análises, partindo de pressupostos “como os de que a determinação social da obra literária é decisiva e o juízo estético não pode prescindir da relação com o mundo social e histórico que lhe proporciona uma matriz de significações” (Altamirano & Sarlo, 2001, p. 8 apud Botelho e Hoelz, 2022, p. 26).

É devido aos pontos cegos dessas análises rígidas sobre a produção cultural que decidimos incluir determinados componentes da vida literária para a análise do movimento *literatura marginal*, isto é, o comportamento de desbunde, a politização do cotidiano e a escolha pela linguagem coloquial e pelas técnicas alternativas de produção, que foram analisados por nós como parte dos conflitos sociais, econômicos e políticos frente ao cenário cultural e intelectual dos anos 1970. As novas elaborações sobre base e superestrutura que surgem na sociologia da literatura, em especial com Raymond Williams, permitem que haja espaço para o

²⁷ Trecho do poema de Torquato Neto publicado em *26 poetas hoje* (Hollanda, 2021, p. 73): “Agora não se fala nada/ e tudo é transparente em cada forma/ qualquer palavra é um gesto/ e sua orla/ os pássaros de sempre cantam/ nos hospícios”.

reconhecimento de uma agência criativa no processo literário, desde a escrita até a circulação e recepção das produções.

Williams (1979), ao criticar as interpretações deterministas e economicistas sobre cultura, considera as produções simbólicas e culturais como produções materiais da sociedade, que compõem a totalidade da realidade social – e sua teoria inclui até mesmo as produções indefinidas e difusas frente aos discursos hegemônicos. “São as relações reais de produção – e suas contradições inerentes – que correspondem a uma fase do desenvolvimento das forças produtivas materiais” (Czajka, Faria Júnior, Neves, Ramos, 2023, p. 21). Para o sistema analítico de Williams e de pesquisadores que se apropriaram de suas teorias, produções culturais são produzidas por todos os indivíduos, cotidianamente, não somente por aqueles que se consideram artistas e intelectuais. Neste aspecto, a cultura não é um dado objetivo, nem um conceito que se fecha em si mesmo:

a cultura deve ser entendida como um problema, o que implica concebê-la não como uma categoria abstrata subordinada a um sistema analítico que pressupõe sua conceituação, pelo contrário, segundo Williams, é necessário supor a cultura (e o entendimento que fazemos dela) como parte de um processo de mudança que recompõe os significados, mas também os significantes de um dado objeto cultural (Czajka, Faria Júnior, Neves, Ramos, 2023, p. 2).

Embora não trabalhemos o conceito de hegemonia nesta pesquisa, que é o conceito ao qual Raymond William se debruça a partir dos anos 1970, sua concepção contribui para analisarmos a relação entre literatura e sociedade, afinal, como apontam suas obras, ela é um processo composto por significados e valores organizados e vividos em realidades e contextos em construção. Em “*Individuals and societies*” (1961), o autor se voltou para os sistemas presentes na forma de pensar, se comunicar e se relacionar de nós, indivíduos. Melhor dizendo, quando interpretamos e descrevemos nossa experiência, desenvolvemos um sistema particular no qual vivemos e que compõem as estruturas:

Todo organismo incorpora e dá continuidade a uma organização desse tipo. Seu propósito é a recepção e a comunicação da experiência de tal forma que, através do ajuste e da ação, a própria organização e, portanto, a vida particular do organismo, possa continuar (Williams, 1961, p. 114, *tradução nossa*).

Afinal, aquilo que constitui a própria hegemonia das estruturas da sociedade está em contínuo processo de construção a partir de atores sociais ativos. As

experiências sociais são também constituídas por experiências individuais e particulares e, devido a esse processo de variação de formas que compõem a sociedade, as generalizações não garantem a compreensão da realidade. O autor afirma que para conhecer a nós mesmos e o mundo é preciso continuamente romper com os estados fixos nos processos de mudanças sociais e individuais e as formas que compõem a sociedade e as que compõem o indivíduo se relacionam constantemente – não há como isolá-las (Williams, 1961, p. 115-117).

É a partir dessas compreensões da sociedade como construção e a cultura como parte do processo de mudança que a literatura marginal pôde configurar, para nossa pesquisa, outra história para os conflitos da ditadura civil-militar. Ainda a respeito da forma como encaramos a literatura, damos atenção especial ao texto “Literatura e sociologia: em memória de Lucien Goldmann”, onde Williams (2011) parte da teoria de Goldmann sobre fatos literários e fatos sociais, para refletir a dinâmica de produção e de circulação de obras e ideias frente aos processos sociais. Apesar de nos referirmos várias vezes ao Goldmann, o citaremos aqui a partir de R. Williams, pois intencionamos acompanhar o importante passo que este segundo desenvolveu ao elaborar o conceito de *estrutura de sentimentos* a partir dos novos debates e análises que surgem sobre cultura e fenômenos artísticos no século XX. A respeito dessas estruturas, o autor irá dizer:

[...] suas próprias estruturas internas são muito mais complexas e devem ser renovadas, recriadas e defendidas de forma contínua; pelo mesmo motivo podem ser constantemente desafiadas e, em certos aspectos, modificadas” (Williams, 2011, p. 52).

Raymond Williams (2011) destaca a contribuição da teoria de Lucien Goldmann ao considerar ambos os domínios, fatos literários e fatos sociais, como parte de uma relação real, tendo-os como integrantes da totalidade da consciência humana – constituindo um grande passo para os estudos da literatura, ao não vê-la como apartada dos outros processos sociais. Para Goldmann, a relação real não é constituída somente pela questão de *conteúdo* das obras literárias, como alguns estudos presumem sobre literatura e sociedade, mas por *estruturas mentais* da literatura. Goldmann sugeriu que buscar os processos sociais na literatura, ou, como denominou, as *visões organizadoras de mundo* dos seus agentes, contribuem mais para os estudos sociais do que a busca pela correspondência direta entre o escritor

e o seu mundo, ou entre contexto e conteúdo. Nas palavras de Williams sobre a concepção de Lucien Goldmann:

A relação de conteúdo pode ser mero reflexo, mas uma relação de estrutura, muitas vezes ocorrendo quando não há uma relação aparente de conteúdos, pode mostrar-nos o princípio organizador pelo qual uma visão específica do mundo e, em decorrência disso, a coerência do grupo social que a mantém realmente atuam na consciência (Williams, 2011, p. 32).

Assim, se nos atentarmos somente às especificidades presentes na obra literária, tratando-as como fatores determinantes para a compreensão da literatura – como a forma, a organização do texto, a escolha do estilo e da linguagem –, não alcançaremos as consciências reais e possíveis dos grupos analisados e as categorias empíricas que expressam sua visão de mundo (Williams, 2011, p. 34). É nesse aspecto que Raymond Williams traz um importante diferencial para a análise: o autor, diferindo da noção de *consciência organizadora* de Goldmann, coloca em questão o que seria o conceito de *consciência* na literatura.

Afinal, “o que é normalmente extraído como uma visão de mundo é, na prática, um resumo de doutrinas: mais organizado e mais coerente do que a maioria das pessoas da época teria sido capaz de realizar” (Williams, 2011, p. 34). Isto é: quem define o que é ou não uma consciência real? E o que constitui esta consciência? No exercício de aproximar a dimensão das estruturas subjacentes e formativas da literatura das relações sociais e naturais *reais*, presentes no ordinário da organização social, Williams (2011) afirma a importância das ativas e diversas agências e relações que compõem as visões de mundo dos movimentos culturais. É a partir da busca por esses elementos que encontraremos as *estruturas de sentimento*.

Houve relações sociais e naturais, e houve formações dessas relações relativamente organizadas e coerentes nas instituições contemporâneas e nas crenças. Mas o que me pareceu acontecer, em algumas das maiores obras literárias, foi simultaneamente uma simulação de e uma resposta a essas estruturas subjacentes e formativas (Williams, 2011, p. 34).

Segundo essa perspectiva, a estrutura de sentimentos diz respeito àquilo que precede as transformações mais reconhecíveis do pensamento, das instituições formais e das relações sociais reais e em transformação da história habitual da consciência. É nesse sentido que os elementos constitutivos reais da vida social e

das crenças são simultaneamente atualizados, “e, de forma importante, vivido de modo diverso, a diferença residindo no ato criativo, no método imaginativo e na organização imaginativa específica e genuinamente sem precedentes” (Williams, 2011, p. 34-35). Isso faz-nos reconhecer que as criações artísticas e as estruturas mentais dos movimentos culturais não estão totalmente determinadas pelas estruturas das organizações sociais, mas que apesar dos desafios estruturantes operam com agência e movimento, criando e reagindo a seu próprio tempo.

A teoria de Williams pressupõe que, ao analisar um movimento cultural, podemos ir além das formas estruturadas e consagradas sobre cultura e possibilita um olhar atento à emergência do novo, “do que pode articular mudança na cultura e na sociedade, no significado e no referente” (Cevasco, 2001, p. 157):

A estrutura de sentimento é então uma resposta a mudanças determinadas na organização social, é a articulação do emergente, do que escapa à força acachapante da hegemonia, que certamente trabalha sobre o emergente nos processos de incorporação, através dos quais transforma muitas de suas articulações para manter a centralidade da dominação (Cevasco, 2001, pp. 157-158).

Isto é, buscar a estrutura de sentimento de um grupo a partir dos estudos sociais é ir de encontro também com formas emergentes e inacabadas, vistas como alterações da ordem ou mesmo “perturbações”, como afirma Adelia Miglievich (2016, p. 4), o que diverge das teorias que costumam processar as experiências culturais e sociais de forma estruturada, em uma lógica dominante e determinante sobre a sociedade.

Williams fala-nos de “consciência prática” como algo diferente da consciência oficial, momento em que explicita sua opção teórica pela ênfase nos “sentimentos” espalhados e rearticulados que se confundem com as experiências mesmas. [...] reconhece a experiência como “a melhor e a mais sábia palavra” (Williams, 1977, p. 132) ainda que mantenha sua escolha por “sentimentos”, que tendem a ajudá-lo a não se perder, de um lado, do sentido processual da experiência (social), de outro, da consciência prática em movimento (Miglievich, 2016, p. 4).

Utilizamos este aparato teórico para nortear nossa análise sobre a produção da literatura marginal dos anos 1970 do Brasil, tendo-a como articulação frente às mudanças da organização social da ditadura civil-militar e aos conflitos e necessidades que surgiram na esfera cultural a partir das ações autoritárias do regime. Este ponto de vista nos fez incluir as contradições e a postura indivíduo-centralizada da geração AI-5 políticas e literárias, apesar das críticas das

esquerdas à essa geração do desbunde, pois a estrutura de sentimentos dos marginais apresentou novos lugares representativos, processos criativos e recursos que fizeram parte das reflexões sociais dessa geração. O movimento cultural *literatura marginal* buscou deixar o lugar nobre da poesia tanto em seus aspectos materiais gráficos, quanto no plano do discurso (Hollanda, 2021). Veremos esse ponto a seguir.

1.3 “Matéria bruta que não cabe no terceto”²⁸: o movimento de literatura marginal, a arte e a vida

Frente ao bloqueio sistemático das editoras, um circuito paralelo de produção e distribuição independente vai se formando conquistando um público jovem que não se confunde com o antigo leitor de poesia. Planejadas ou realizadas em colaboração direta com o autor, as edições apresentam uma face charmosa, afetiva e portanto particularmente funcional. Por outro lado, a participação do autor nas diversas etapas da produção e distribuição do livro determina, sem dúvida, um produto gráfico integrado, uma imagem pessoalizada, o que sugere e ativa uma situação mais próxima do diálogo do que a oferecida comumente na relação de compra e venda, tal como se realiza no âmbito editorial (Hollanda, 2021, p. 26).

O movimento de literatura marginal, tratado aqui como um movimento cultural²⁹ se originou reivindicando a ruptura com o ascetismo formal das vanguardas construtivas, segundo Dantas e Simon (1985). Os principais nomes desta literatura estavam próximos do contexto cultural da PUC do Rio de Janeiro – universidade com um grau maior de liberdade durante a repressão ditatorial, em comparação com as universidades públicas. Por não ser vista como perigo, devido à relação com a Igreja Católica, foi lugar de grande efervescência cultural e política nos anos 1970, como veremos no próximo capítulo. Inseridos nesse espaço, os escritores marginais puderam constituir meios alternativos e independentes de produção literária, ao

²⁸ Trecho do poema de Antônio Carlos Secchin publicado em *26 poetas hoje* (Hollanda, 2021, pp. 140-1: “Agora é hora de ter mais seriedade/ Senão a musa me dá o não eterno./ Convoco a rima, que me ri da eternidade./ Calço-lhes os pés, lhe dou gravata e um novo terno. [...] Matéria bruta que não cabe no terceto./ Se o deus frecheiro me lançasse a sua seta,/ Eu tinha a chave pra trancar este soneto”).

²⁹ Utilizamos o conceito de movimento cultural enquanto categoria, como elaboram André Botelho e Maurício Hoelz, ao desenvolverem a argumentação a respeito do modernismo, para se opor “às definições de identidades coletivas como ‘puras’ ou ‘autênticas’, pois ela [a categoria] nos permite trabalhar com uma noção de cultura mais dinâmica, não como unidade expressiva e homogênea ou campo de consenso e da reconciliação, mas antes da tensão e do conflito aberto” (2022a, n.p.).

questionarem as convenções literárias tradicionais e internalizarem a crise de representação dos discursos das ciências humanas nesse período (Dantas e Simon, 1985, p. 48).

A literatura é fenômeno social que apresenta, em si, um jogo dialético sobre texto(s), contexto(s) e autoria(s) – e este mesmo jogo possibilita a agência de diferentes atores e lutas sociais, num mesmo cenário histórico. Nem mesmo a sociologia da literatura apresenta qualquer estabilidade na definição e compreensão da relação entre literatura e sociedade (Botelho e Hoelz, 2022b). Não objetivamos reafirmar as polarizações das diferentes concepções sobre esta área, mas, a partir do movimento *literatura marginal*, de sua estrutura de sentimento e do percurso de Ana Cristina Cesar, refletir como estas próprias categorias que compõem o jogo dialético estão ativamente em disputas e conflitos em seus contextos específicos. A partir de Williams (2011), não buscamos a *visão real* dessa conjuntura política, econômica e cultural dos anos de chumbo, mas sim as *relações* reais presentes nos processos da organização social da ditadura.

A citação que inicia este capítulo é também o início da introdução da primeira edição de *26 poetas hoje* [1976], de Heloísa Buarque de Hollanda. A antologia, assumidamente limitada a escritores publicados ou residentes do Rio de Janeiro, foi significativa para a constituição do movimento e publicou nomes que ficaram conhecidos através dela, como é o caso de Ana Cristina Cesar³⁰. Ao longo da trajetória do movimento, foram criados diversos coletivos, como *Frenesi* (Cacaso, Chacal, Chico Alvim, Geraldo Carneiro e Roberto Schwarz), *Vida de Artista* (Cacaso, Carlos Saldanha, Chacal, Chico Alvim e Luiz Olavo Fontes), *Nuvem Cigana* (Bernardo Vilhena, Chacal, Charles, Guilherme Mandaro e Ronaldo Santos) e *Folha de Rosto* (Claudius Portugal, Adauto de Souza Santos, César Cardoso, Maira Parulla etc.), o que não impedia que alguns escritores adotassem uma posição independente – mesmo que estivessem próximos dos grupos – como, por exemplo, Ana Cristina Cesar, Eudoro Augusto e Afonso Henriques Neto (Britto, 2012, p. 124). Também foram criadas revistas, jornais e coleções alternativas de expressão como

³⁰ 26 poetas hoje contou com os poetas Antônio Carlos de Brito, Francisco Alvim, Carlos Saldanha, Roberto Piva, Ana Cristina Cesar, Torquato Neto, José Carlos Capinan, Roberto Schwarz, Zulmira Ribeiro Tavares, Afonso Henriques Neto, Vera Pedrosa, Antonio Carlos Secchin, Flávio Aguiar, Geraldo Eduardo Carneiro, João Carlos Pádua, Luiz Olavo Fontes, Eudoro Augusto, Waly Salomão, Ricardo G. Ramos, Leomar Fróes, Isabel Câmara, Chacal, Charles, Bernardo Vilhena, Leila Miccolis, Adauto de Souza Santos.

Navilouca, Invenção, Almanaque Biotônico Vitalidade e O Beijo. Os grupos mais próximos do contexto que investigamos aqui são *Frenesi* e *Nuvem Cigana*.

Na apresentação à segunda edição da antologia [1998], Heloísa argumenta que embora o exame dessa produção parecesse bem-humorada, o tema principal era grave: “o *éthos* de uma geração traumatizada pelos limites impostos a sua experiência social e pelo cerceamento de suas possibilidades de expressão e informação” (Hollanda, 2021, p. 20). Isto é, uma produção que manifestou as consequências dos conflitos e das violências dos anos 1970. Ainda que considerada uma poesia “não literária”³¹, como argumenta a autora, os escritores do movimento estavam preocupados com a própria ideia canônica de poesia – ou com a quebra dela – diante dos processos sociais daquele período. Apenas mais tarde, já na segunda edição, Heloísa compreende que o que a atraiu nessa poesia não foi a unidade, mas o claro direito ao dissenso que esse material começava a reivindicar nas produções culturais.

Comecei a colecionar aqueles livrinhos, envelopes e caixinhas, mimeografados ou em ofsete, produzidos artesanalmente com um design muitas vezes excepcional e, invariavelmente, dotados de uma clara pegada antissistema. Textos leves, que se queriam descartáveis, ou seja, lidos e esquecidos, desacatando a “imortalidade” da grande literatura (Hollanda, 2021, p. 13).

O desenvolvimento dos meios de comunicação financiados pelo Estado, como a televisão, contribuiu para que o mercado fosse determinante na tradição artística e literária. Apesar de até aqui termos tratado o movimento tropicalista como antecessor do marginal, há grandes diferenças entre os dois – a começar pela estratégia de como lidar com o desenvolvimento de canais de comunicação com amplo alcance, pela atuação do Estado. Enquanto os primeiros se apropriaram dos festivais de música e programas televisionados, como citado anteriormente, os segundos romperam com a prática literária convencional e passaram a produzir seus próprios materiais literários, ao participarem de todo o processo de produção: escrita, impressão e circulação, questionando o papel das grandes editoras na

³¹ Isso devido à linguagem coloquial e às provocações dos moldes tradicionais da literatura. Dantas e Simon (1985), por exemplo, pontuam críticas definidas a respeito do conteúdo inconformista e antiliterário da poesia marginal, referente à crise de sentidos do período. Para eles, o movimento toma uma postura de inconformismo ao mesmo tempo que não assumiram posição definida frente ao contexto autoritário e conservador da ditadura militar. Heloísa Buarque de Hollanda (2004, p. 111), por outro lado, considera antiliterária devido ao registro do cotidiano quase que em estado bruto, revelando uma nova relação com a literatura que, a partir desse ponto de vista, se confunde com a vida.

mercantilização da literatura. Não à toa, são também conhecidos como geração mimeógrafo, devido ao uso do equipamento para fazer cópias de suas obras. Os marginais se posicionaram criticamente à organização social tecnológica e modernizadora da ditadura civil-militar.

O que mais se destaca como herança tropicalista é a postura de *desbunde* frente aos conflitos sociais, que ao ser apropriada pela geração mimeógrafo, propôs outra perspectiva sobre a relação entre a literatura e a sociedade. Questionando esse binarismo entre vida e teoria, e apontando seus abismos, é afirmada pela geração de 1970 a fusão entre sujeito/objeto, ficção/realidade, comportamento/política. Ou, como descreve Santiago (2000) sobre o desbunde que surge dos artistas dos anos 1960, “tirar a maquiagem do rosto do homem para poder lhe entregar a responsabilidade do cidadão atuante dentro da comunidade. Pôr a maquiagem no rosto do ator para indicar o começo da ilusão, da miragem” (Santiago, 2000, p. 147-8). Abaixo, num poema marginal, lemos desejos, proibições e fragmentos (ou sequências) de um problema social, a questão do preconceito, que atravessam a experiência e são expressos por encontro no elevador:

sequências

nos encontramos no elevador
depois nos beijamos
descobrimos então que não nos conhecíamos
que éramos do mesmo sexo que
não podíamos nos beijar na boca
não dormi nada essa noite
é dia tenho um almoço curto
demais o verão com seu sovaco peludo
cheirando a ovo
um mistério

[Luis Olavo Fontes, *26 poetas hoje*]

Nosso marco teórico permite-nos olhar a forma de criar, se apropriar do cotidiano e atuar na produção e venda dos livros pelos próprios artistas nos bares, nas portas do teatro e do cinema, como elementos que demonstram a aproximação das estruturas subjacentes e formativas da poesia, para usar as palavras de Williams (2011), das relações reais e do ordinário da organização social. Como apontou Hollanda (2021), com o movimento de literatura marginal, a poesia chegou na rua e trouxe grandes abstrações e metáforas para pensar este tempo e esses sujeitos que o atravessavam.

“Não tenho nada comigo/ só o medo/ e o medo não é coisa que se diga”, diz o poema “Propriedade privada”, de Luiz Olavo Fontes (apud. Hollanda, 2021, p. 178). A literatura marginal nasceu da necessidade de reelaborar a linguagem social para abarcar outros elementos da vida social, para além do medo, do alerta e das grandes questões políticas. Afinal, os desdobramentos do poder arbitrário da ditadura civil-militar atingiram tanto a esfera pública, ao interferir ou impedir a circulação de ideias nos canais oficializados do país, quanto no que tange a forma de ver e relacionar amizades, namoros e lazeres – relações íntima-privadas que foram também atravessada pelo estado de urgência da ditadura e/ou suprimida das discussões sobre as transformações políticas e sociais das esquerdas.

O jornal *O Beijo*, importante periódico da literatura marginal e publicado em 7 números, entre novembro de 1977 e junho de 1978, foi a manifestação sintetizada deste um outro posicionamento sobre literatura pelos marginais para além das metáforas e alegorias. Entre os editores iniciais estavam Ana Cristina Cesar, Cacaso, Silviano Santiago, Luiz Costa Lima, Italo Moriconi e, segundo Luciana Di Leone (2016, p. 574), vários outros membros do extinto Opinião. Esses idealizadores propunham a forma de circulação dos textos a partir da autogestão e reivindicavam a liberdade criativa na produção cultural. A seguir, um trecho da apresentação do jornal, escrito por Ana Cristina Cesar:

Estamos com desejo de abrir um espaço que seja menos comprometido. (...) Fazer falar temas recalcados. A imprensa tem o monopólio velado de dizer que temas valem ou não. Vamos fazer isso sem velar. Não textos / nomes / objetos / espetáculos intocáveis. Os temas estabelecem compromissos (Dossiê Beijo, apud Di Leone, 2016, p. 574-575).

Fica evidente, portanto, a busca por espaços alternativos nos meios intelectuais, que possibilitassem e reconhecessem as reflexões sobre os entrelugares, o tédio, o contraditório, o sonho e o desejo, indo além das teorias pedagógicas e informativas das teorias da revolução de esquerda. “Não somos professor de leitor. Nem porta-voz do Bem Comum. E muito menos dos Interesses Nacionais”, disseram os marginais no manifesto (Di Leone, 2016, p. 575). Apesar dos elementos em comum a esse respeito, os escritores marginais desenvolveram diferentes estratégias para tratar dessas questões em suas obras. Cacaso e Chico Alvim, por exemplo, participantes dos coletivos *Frenesi* e *Vida de artista*, transformaram conversas ouvidas na rua em poemas para tratar a realidade brasileira por vias irônicas e humorísticas. Já Ana Cristina Cesar, elaborou uma

narrativa auto reflexiva que apresenta outra forma para o desbunde da literatura marginal.

É devido a isso que nos voltamos especificamente para o percurso de Ana Cristina Cesar face a essas transformações sobre a literatura em contexto de ditadura. Afinal, a partir de nossas investigações, notamos que a trajetória intelectual da poeta esteve sempre próxima dessas reflexões sobre o lugar da literatura e do artista/intelectual – mesmo quando fez seu mestrado em Comunicação (UFRJ), financiado pela *Funarte* e desenvolveu pesquisas em torno de filmes sobre escritores como Machado de Assis, José de Alencar e Mário de Andrade. Esteve sempre atenta criticamente ao ofício literário, como mostra sua relação familiar, como visto anteriormente, e seus trabalhos acadêmicos publicados durante os anos 1970, a começar por sua dissertação “Literatura não é documento” (1979), orientada por Heloisa Buarque de Hollanda³².

Escritos no Rio é uma obra organizada por Armando Freitas Filho com os diversos trabalhos da escritora durante sua participação no debate cultural na imprensa alternativa³³. Utilizamos alguns deles ao longo deste trabalho, como “Os professores contra a parede” [1975], “Quatro posições para ler” [1976], “Nove bocas da nova musa” [1976], “O poeta fora da república: o escritor e o mercado”, com colaboração de Italo Moriconi [1977], “O poeta é um fingidor” [1977], “Malditos marginais hereges” [1977], “Literatura e mulher: essa palavra de luxo” [1979]. Nesses artigos, a escritora refletiu criticamente sobre a produção literária e a “nova literatura” de seu tempo, a partir de temas como a literalidade na literatura, a comercialização dos livros pelas editoras, o lugar da ficção na realidade social, as limitações da arte engajada e as questões do feminino na literatura.

Sua dissertação, embora seja um levantamento de filmes documentários sobre escritores e movimentos literários do Brasil, reforçou que o objeto de sua

³² Heloísa B. H. teve importante participação no desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, desde os anos 1970, com a criação, por exemplo, do Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos. Para mais sobre seu envolvimento com a ECO, ler sua entrevista disponível em: http://www.pos.eco.ufrj.br/site/memoria_interna.php?id=42. Acesso em 12 de dez. 2023. Formou-se em Letras Clássicas pela PUC do Rio e fez mestrado e doutorado em Literatura Brasileira pela UFRJ – hoje, professora emérita da Escola de Comunicação da UFRJ. O “My dear”, vocativo que inicia *Correspondência completa* [1979] é direcionado à própria Heloísa, que pensou o projeto gráfico desta publicação ao lado da poeta – embora nada seja assumido

³³ *Crítica e tradução* (2016), volume que relança ensaios sobre temas diversos como cinema brasileiro, mulheres na poesia e tradução, foi publicado em 2016 pela Companhia das Letras. É organizado da seguinte forma: *Literatura não é documento*, *Escritos no Rio*, *Escritos na Inglaterra* e *Alguma poesia traduzida*.

pesquisa não era tratar diretamente dos filmes, mas sim os conceitos ou representações do literário que eles utilizavam (Ferraz, 2016, p. 170), evidenciando-nos que sua questão intelectual girava em torno das *definições de literatura* na realidade social. Em 1978, foi cursar Sociologia da Literatura na Universidade de Essex, Inglaterra, mestrado financiado pela *Rotary Foundation*. Um dos causos que sintetizam sua postura crítica e reflexiva no campo intelectual foi o desinteresse declarado pelo curso de caráter marxista. Em uma de suas cartas, Ana C. escreveu:

Tomei horror total ao curso de sociologia da literatura – era simplesmente idiota, todo mundo adorando ser marxista, e principalmente saquei que não ia nunca conseguir ler Lukács ou outros autores sérios. Em nome do quê, pode me dizer? Senti aversão, fiquei dois dias entre o cinismo e o tédio, até que encontrei uma solução brilhante: troquei o curso para teoria e prática de tradução literária (Ferraz, 2016, p. 171).

Embora tenhamos um aspecto significativo que não nos adentraremos, que é a vivência de Ana Cristina Cesar em Essex e suas possíveis influências teóricas inglesas, voltamo-nos para a conjuntura do Brasil e o que esse posicionamento significou para o contexto cultural. Essa sua postura, se pensarmos no que Ortiz (2014, p. 125) argumenta sobre o cenário político, representa o momento evidente da “derrota política da esquerda no Brasil, o fracasso da luta armada na América Latina, o desencanto em relação à ideia de revolução, a barbárie do regime soviético” (Ortiz, 2014, p. 125). Os escritores marginais, como Ana Cristina Cesar, estavam propondo que a produção, a circulação e a recepção literária fossem pensadas para além das teorias estáticas e determinantes sobre a relação entre literatura e a realidade social.

Correspondência completa (1979), obra de Ana C. publicada em edição originalmente artesanal, materializa essa nova postura do(a) poeta marginal frente ao processo de criação e concepção literária: um(a) artista engajado com a fluidez do cotidiano enquanto material bruto e com a potencialidade da liberdade criativa do(a) escritor(a) em contato com o leitor. Os grandes problemas estruturais não deveriam ser os centros dessa produção e crítica literária, pois era preciso dar lugar para aquilo que fugia das análises rígidas sobre a realidade. Heloísa Buarque de Hollanda relata o processo desse livro no documentário *Bruta aventura em versos*, de Letícia Simões (2011):

Eu tava com ela em Búzios, e ela tinha mania de carta. Ela mandava muita carta pra todo mundo, né? Carta, carta, carta... Aí eu disse a ela: vamos fazer um livro. É sempre a mesma coisa: o ensaio de uma mentira. Mentira é uma palavra ruim... ensaio de um engano. Ensaio de uma ambiguidade, né? Então eu falei, “Ana, escreve uma carta aí... longa, aí. Uma cartona, e a gente faz um livrinho chamado *Correspondência completa*”. E não é uma correspondência completa, é uma carta só aqui dentro. Então é o máximo dessa brincadeira, né? Que não é bem brincadeira, né, que ela fazia. Aí depois a gente levou no cara do silk pra fazer o aviãozinho e aí foi tudo xerox, aqui dentro. Cortado com a mão e grampeado. [...] Ele começa na segunda edição, esse livro. Todo mentiroso. Eu acho engraçado que a Ana Cristina se deliciava com o engano, né. Em enganar.

“Me exercitei muito em escritos burocráticos, cartas de recomendação, anteprojetos, consultas. O irremovível trabalho da redação técnica”, “Não quero mais a fúria da verdade”, “Acho uma citação que me preocupa: ‘Não basta produzir contradições, é preciso explicá-las’”, são trechos iniciais de três poemas distintos³⁴ de *Cenas de abril* que antecedem a publicação de *Correspondência completa*, embora sejam do mesmo ano. Em contrapartida a essas tendências marxistas ou “estruturantes” sobre a literatura, Ana Cristina Cesar elaborou uma obra que fugia das explicações e contradições da realidade, para circular uma voz autoral “feminina” que exercitou sua personalidade literária de forma a centralizar o desejo, a busca pelo prazer e o tédio frente a realidade. Annita Costa Malufe (2018, p. 433) argumenta que, ao subverter e desconstruir as limitações dos gêneros literários das cartas e diários, a poeta complexifica a simples relação entre verdade/mentira, ficção/realidade, expressando com sua obra o desejo de encontrar um outro, um(a) interlocutor(a):

Um desejo do próprio texto de se tornar, material e corporalmente, presente no mundo. A interlocução é assim um gesto que se dissemina no tom dos poemas, sendo uma noção pertinente para abarcar o estilo de Ana C., que incluiria noções como intertextualidade, citação e reescrita – tomando-as em outro registro (Malufe, 2018, p. 432).

Ao nosso ver, o ponto em comum de Ana Cristina Cesar e o movimento de literatura marginal é que, além da escritora fazer parte da geração que teve a individualidade impactada pelo autoritarismo, buscou tratar de questões à margem da sociedade, negligenciadas ou recalcadas pelos movimentos culturais convencionais da esquerda brasileira e se movimentou entre os pólos estáticos dos

³⁴ Respectivamente, “18 de fevereiro”, “21 de fevereiro”, poemas que assumem o formato de diários e “jornal íntimo”, o formato de correspondência (Cesar, 2016a, p. 80 e p. 84).

debates sobre política e engajamento nos anos 1970. A liberdade poética foi apropriada como uma das formas de reagir aos embates culturais, políticos e econômicos da conjuntura brasileira durante os anos de chumbo. Analisaremos a seguir quais as circulações de ideias e teorias que contribuíram para o deslocamento da crítica social da literatura marginal. Assim, no capítulo III apontaremos as singularidades da literatura de Ana Cristina Cesar ao tratar das mudanças sociais, da literatura e do feminino a partir desse redirecionamento crítico.

Capítulo II – Redirecionamento da crítica social

“Chega desse papo furado de que o sonho acabou.
A vida é sonho”.

[Waly Salomão]³⁵

O que teríamos a dizer sobre a vida social se olhássemos para os(as) intelectuais e escritores(as) face às mudanças sociais? Esta é a grande questão que se coloca para o período dos anos 1970 e que explica o lugar que a geração mimeógrafo assume em relação à ditadura e à literatura do Brasil. A linguagem não é apenas um sinal de um tempo, mas abriga formas de ser – e existem muitas maneiras de estar e sentir um tempo. Antes de compreendermos como Ana Cristina Cesar mobilizou de forma singular os elementos do movimento cultural *literatura marginal* para a constituição de um entrelugar dentro dessa literatura, iremos nos atentar à circulação de ideias que possibilitou novos significados e significantes para aquela realidade social.

A poesia carrega um caráter disruptivo em relação aos outros gêneros e formas. Como exemplo, no romance o protagonista se opõe à ordem social estabelecida em busca de uma posição de valor (Armstrong, 2009, 335). Em relação à essa forma literária, a poesia possibilita mais liberdade no que concerne ao desenvolvimento do eu-lírico e a composição da narrativa. Por isso, a “oposição” à ordem social não precisa ter compromisso com os elementos concretos da realidade. Este fato, junto dos elementos da modernização conservadora da ditadura que afetou a geração AI-5 – o autoritarismo, a censura, a proibição da participação política, a imposição dos ideais de progresso e modernidade na organização social e o aumento das desigualdades sociais, políticas e econômicas – proporcionou ferramentas teóricas e sensíveis para que a estrutura de sentimentos da literatura marginal difundisse os modos de ler, avaliar e rever categorias de identidade através das experiências individuais face às transformações sociais dos anos 1970 do Brasil.

Esse é um dos paradoxos presente no estudo sobre a literatura marginal diante desse contexto, pois, por um lado, “não podemos definir a singularidade de cada indivíduo a não ser por sua transgressão de um determinado papel social, uma

³⁵ Fala de Waly Salomão no filme “Pan-Cinema Permanente” (2008), dirigido por Carlos Nader.

norma ou estereótipo” (Armstrong, 2009, p. 336); e, por outro, a individualização acompanha as “mudanças organizacionais do trabalho, dos estilos e modos de vida, das estruturas de poder e das formas de dominação política e de participação, da concepção do tempo, particularmente a compreensão sobre o futuro” (Botelho, 2020, p. 710) e pode nos mostrar questões importantes para a compreensão da realidade.

A partir desse dilema, consideramos que o enquadramento da realidade social precisa ser continuamente repensado para abarcar as experiências sociais vividas. Como afirma Mannheim (2013), os indivíduos sempre tentam explicar ou explorar seu próprio pensamento, que varia de acordo com a experiência histórico-social de determinado contexto e com o lugar social dessas percepções individuais e/ou de grupos sobre a realidade. No exercício intelectual, os novos e velhos problemas se encontram na medida em que surgem necessidades de adequações e revisitações do pensamento. Portanto, a reflexão social e as transformações da realidade estão em constante troca. Este é um dos desafios presentes nos estudos sobre um período de complexas transformações em todas as esferas da vida social, tanto a nível nacional, pelo regime ditatorial, como pelas modificações internacionais sobre a crítica social, pelas teorias pós-estruturalistas.

Neste capítulo, objetivamos introduzir algumas das discussões teóricas consideradas pós-estruturalistas³⁶ e que, ao nosso ver, contribuíram para modificações no cenário intelectual brasileiro durante a década de 1970, no que tange à afirmação do cotidiano enquanto categoria política e ao questionamento das concepções estruturadas de linguagem, política e poder. Fizemos esse exercício pensando especificamente no contexto acadêmico do Departamento de Letras da PUC do Rio de Janeiro, que recepcionou efervescentes discussões sobre a hierarquização de determinadas teorias em relação às outras e foi espaço de maior liberdade para os movimentos culturais e intelectuais frente ao controle autoritário da ditadura civil-militar, como veremos a seguir.

Nosso objetivo não foi traçar uma historicização detalhada e precisa deste redirecionamento da crítica social, ou nos aprofundar em determinadas teorias aqui abordadas, mas costurar os percursos de Ana C. aos desdobramentos teóricos e aos elementos tangíveis de sua formação intelectual e literária para identificar de que forma ela própria proporcionou outra perspectiva para as mudanças sociais e a

³⁶ O conceito não é homogêneo e, por isso, pode ter interpretações variadas. Alguns compreendem a partir do recorte temporal, outros por discussões centrais das teorias.

relação entre literatura e sociedade durante a ditadura. Faremos essa análise de forma a associar suas interpretações sobre a realidade às mudanças da organização social do Brasil, considerando que os escritores marginais estavam, por meio da produção cultural e intelectual, em busca de seu próprio lugar nos conflitos sociais. No entanto, consideramos que Ana Cristina Cesar se destaca diante de outros escritores, pois atuou no cenário intelectual de forma a mobilizar suas referências teóricas para o aprimoramento de sua literatura e é a única mulher conhecida popularmente como escritora marginal.

“Onde vai parar tudo o que a letra escrita não pode conservar? O que acontece com o que ficou fora do livro, mas o acompanhou em algum momento?”. São perguntas que iniciam *Máquina performática* (Aguilar, Cámara, 2017, p. 7), e que contribuem para pensarmos a constituição de certos movimentos literários simultânea às forças conjunturais de seu tempo. Ao considerarmos o âmbito da cultura como espaço de constantes disputas, é preciso darmos atenção às ações políticas que se desdobram a partir de sua apropriação, ações estas “que tem como fim conservar, reforçar, subverter, modificar ou suprimir” (Aguilar; Cámara, 2017, p. 19) determinados aspectos da vida social a partir da cultura. Nesse sentido, como os autores acima argumentam, esses espaços alocam regimes e dispositivos de visibilidade, dizibilidade e ocupação, sendo necessário, ao ocupá-los, dotá-los de nova potência simbólica e material.

E por que importa os conflitos e as transformações do cenário cultural e intelectual durante a ditadura civil-militar? De acordo com a pesquisa de Quinalha (2017), os aspectos centrais da Doutrina Nacional de Informações da ditadura civil-militar foram desenvolvidos com a justificativa de “alimentar a comunidade de segurança com informações que pudessem orientar a ação repressiva do Estado nos campos da cultura e da educação” (Quinalha, 2017, p. 35), de forma a mapear e possivelmente interromper antagonismos existentes ou potenciais que ameaçassem a política governamental. Para isso, foram criados órgãos associados a ministérios civis e militares, chamados de Divisões de Segurança e Informação, que eram encarregadas de coordenar as comunidades setoriais, ainda que sem caráter decisório, sob supervisão direta do Sistema Nacional de Informações (SNI).

Em junho de 1970, o SNI aprovou o Plano Nacional de Informações, que “definia todas as missões a serem cumpridas pelos órgãos que agora integram o sistema nacional de Informações”, e que no Plano de Buscas havia um campo

específico denominado "psicossocial" (Quinalha, 2017, p. 35). Segundo o autor, os documentos sobre esse período demonstram que os agentes da ditadura consideraram as dimensões moral, cívica e religiosa nas suas ações de repressão e de vigilância, atentos na monitoração de possíveis ameaças contra "valores morais e espirituais da nacionalidade". A prática de censura atingia tanto a esfera político-ideológica, como a moral³⁷ (Fico, 2004, p. 247). Ou seja, as ações de censura, executadas pela institucionalização de órgãos de repressão e punição da ditadura, declaradamente assumiram a preocupação e agiram contra produções culturais e movimentos sociais em detrimento da estruturação de uma hegemonia moral e sexual do regime que condicionaram as esferas cultural, política e econômica. Eram esses os valores que guiavam os canais institucionalizados de política e cultura da ditadura e que interferiram na esfera íntima-privada dos indivíduos para a manutenção de valores conservadores.

No âmbito da cultura, ao mesmo tempo que havia censura, as políticas econômicas e de incentivo elaboradas pelo próprio governo em apoio a certos mercados, como fonográfico, cinematográfico e editorial, se dedicavam para a inserção do Brasil no mercado internacional. Renato Ortiz pontua (2014, p. 116): "Não se trata de movimentos opostos, de um lado a resistência política, de outro o mercado. As manifestações culturais realizam-se no seio desse espaço de bens simbólicos em desenvolvimento". Devido a isso, as criações sensíveis se desenvolviam em um contexto paradoxal durante os anos 1970, travando disputas e negociações, pois ao mesmo tempo que havia a cooptação de artistas e produções pelo Estado por um lado, por outro a cultura se tornava ponto estratégico para o desenvolvimento de uma resistência política alternativa às instituições formais da ditadura do Brasil. Como exemplo, diversas organizações políticas produziram manifestações culturais e intelectuais objetivando, declaradamente, a "conscientização do povo brasileiro".

Em síntese, a institucionalização tornou-se um problema central para a esfera cultural. O movimento cultural *literatura marginal* é marcante para entrarmos nesta questão, pois atuou independentemente do mercado editorial e até mesmo das

³⁷ Para compreender mais sobre o processo de estruturação do aparato de censura durante a ditadura civil-militar de 1964, recomendamos o artigo *Censura moral na ditadura brasileira: entre o direito e a política* (Quinalha, 2020). O artigo apresenta uma revisão crítica da literatura historiográfica sobre as diretrizes legais do tema, significativas para a compreensão do argumento de divisão entre censura moral e de censura estritamente política.

estratégias das esquerdas brasileiras, apresentando outra via de oposição durante esse período. A partir de técnicas de impressão e circulação alternativas e reivindicações próprias no cenário político dos anos de chumbo, o movimento proporcionou novas reflexões sobre literatura e sociedade e sobre teoria e comportamento ao mobilizar as discussões pós-estruturalistas e contraculturais que chegavam ao Brasil na década de 1970. Carlos Alberto Messeder Pereira (1981) argumentou que, além disso, outro aspecto central para as modificações sensíveis deste movimento foi o impacto da tecnologia industrial para a sociedade brasileira. Afinal, as amplas transformações econômicas e políticas em busca do “milagre econômico” resultaram em uma modernização concentradora, excludente e elitista. Sobre os escritores marginais nessa conjuntura, o autor argumentou:

A racionalidade tecnológica é cada vez mais sinônimo de uma racionalidade tecnocrática. Concretiza-se, cada vez mais, uma base segura para a desconfiança frente à tecnologia e seus corolários (modernidade, progresso etc.) e, especialmente, frente à ciência, é um dado central do ideário daqueles movimentos internacionais de rebelião da juventude (Pereira, 1981, p. 87).

Estes fatores levam-nos a acentuar o *deslocamento da crítica social* do movimento de literatura marginal, identificado por Cabañas (2014), que é caracterizado pela busca por centralizar novas vivências à margem do jogo das estruturas sociais da ditadura. O sonho não está terminado. O sonho é a própria vida, como é a fala de Waly Salomão e que inicia este capítulo. Por isso, era preciso fazer arte com as coisas da vida que não estavam sendo ditas pelos discursos políticos hegemônicos. Falar sobre nada. Ou falar sobre tudo que estava para além das ideias de revolução e da narrativa social dos problemas da ditadura.

“Só dos terratenientes”

não tenho nenhuma observação a fazer sobre a vista da varanda
nenhuma, a não ser o céu largo e iluminado dos subúrbios do rio de
janeiro.
céu q se alonga ao longo do mundo
não é de todo mundo a terra q é redonda.

[Chacal, *26 poetas hoje*].

Esse deslocamento faz parte do que identificamos como *redirecionamento da crítica social* e que atingiu várias esferas da sociedade ao redor do mundo no decorrer do século XX. O ponto é que diversos movimentos culturais, intelectuais e políticos, neste período, repensaram as noções de agência e história durante os

anos 1970 e possibilitaram que o cotidiano e a prática política fossem politizados. Buscamos aqui refletir sobre as possíveis recepções e interferências das teorias pós-estruturalistas para o desbunde da geração AI-5, ao considerarmos os desafios conjunturais do Brasil. Como visto anteriormente, a geração AI-5 afirmou o comunismo e as teorias da revolução como ideologias que não lidavam com suas contradições. Quais as possíveis discussões teóricas que teceram essa crítica social no Brasil?

A própria ciência, ao longo do século XX, expressou uma crise nas formas de conceber a produção de conhecimento. Após a segunda e a terceira leis da termodinâmica provarem a interdependência entre sujeito e objeto, a comunidade científica das chamadas “ciências duras”, como física e biologia, passou a compreender, em uma mesma entidade, as noções de espaço e tempo na concepção da matéria (Santis e Souza, 2017, p. 160). Isso contribuiu para a descategorização da realidade social, econômica, cultural e política como isoladas dos seres humanos. Além do mais, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi propulsora para que a pertinência do conceito de “raças humanas” fosse altamente criticada após a barbárie promovida pelos ideais nazistas sobre “raça pura”. Essas circunstâncias possibilitaram críticas análogas à categoria “sexo”, pelos movimentos teóricos e sociais do período, apontando-a, juntamente à “raça”, enquanto ideológica, produzidas na e por uma relação de dominação historicizável (Dorlin, 2021, p. 78).

Mesmo a noção do social, que desde o princípio dos estudos sobre a sociedade é um conceito em disputa, passou por uma progressiva *desreificação* a partir da década de 1960, como aponta Diogo Silva Corrêa (2021, p. 415). Como exemplos desses deslocamentos teóricos, o autor cita as reflexões epistemológicas de Pierre Bourdieu, que consistiram na argumentação de que o real – e o social – é relacional; e a teoria da estruturação de Anthony Giddens, que operacionalizou a síntese dialética entre ação e estrutura (Corrêa, 2021), ambas já apontando que não é possível conceber a realidade como fechada em si mesma³⁸. Embora não seja objetivo nos aprofundar nessas diferentes abordagens científicas, o fato é que a dimensão da agência – e isso nos permite pensar o lugar das subjetividades e os

³⁸ Posterior a isso, a sociologia pragmática francesa se consolidou nos anos 1980, apresentando novos caminhos a partir da dessubstancialização da estrutura na agência social. Para conhecer mais, recomendamos o artigo *Esboço de uma sociologia dos problemas íntimos*, de Diogo Silva Corrêa (2021).

problemas íntimos em relação ao social – passou a estar presente na forma como as teorias buscavam se aproximar da realidade, mesmo quando a nega ou a condiciona.

No âmbito cultural, movimentos como os contraculturais dos Estados Unidos, os anti-imperialistas e de independência do continente Africano e o de Maio de 1968 da França, consolidaram novos campos de lutas para movimentos sociais, políticos e artísticos de diversos outros países – expandindo as formas de compreensão dos processos sociais e estruturantes. O movimento francês se destaca, pois o que se denominou posteriormente como *french theory* (Foucault, Deleuze, Derrida)³⁹ foi substancial para que nos anos 1970 se imaginasse e discutisse outros aspectos, para além das preocupações exclusivamente econômicas, que constituem as diferentes desigualdades na organização social⁴⁰. A ideia de *dominação* foi explorada por outras perspectivas teóricas e analíticas, como fez Michel Foucault, ao discutir a concepção de sujeito e de poder na vida social:

Gostaria de sugerir uma outra forma de prosseguir em direção a uma nova economia das relações de poder, que é mais empírica, mais diretamente relacionada à nossa situação presente, e que implica relações mais estreitas entre a teoria e a prática (Foucault apud. Dreyfus, Rabinow, 1995, p. 234).

A nova economia das relações proposta por essa teoria insere a condição de sujeito ou como submissão a alguém pelo controle e dependência, ou preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento (Foucault apud Dreyfus, Rabinow, 1995, p. 235). Essas concepções alargaram a possibilidade de atuação de novos pontos de vista nos processos históricos, como os dos loucos, dos moribundos e dos desordeiros, que foram afirmados como atores sociais. Pois, em vez de as instituições, grupos ou classes ganharem centralidade nesses pressupostos, as diferentes técnicas de poder presentes nas relações sociais foram evidenciadas. A partir disso, a força do Estado não foi vista somente na condição de poder totalizador, mas também pelas formas individualizantes presentes nas

³⁹ Embora hoje sejam autores apontados como pós-estruturalistas, isso não era reconhecido durante as primeiras recepções de suas teorias. Como pontua Souza (2005, p.12), “estes se integravam, de forma indistinta, à corrente que chegava com toda força no meio universitário”.

⁴⁰ A título de exemplo prático dessas novas formas de conceber a produção de conhecimento que se iniciam na década de 1960, a Universidade de Vincennes (Paris 8) foi imaginada e fundada, a convite do então Ministro da Educação da França, pelos intelectuais Hélène Cixous, Michel Foucault, Gilles Deleuze, após as mobilizações estudantis (Régard, 2022).

relações sociais e nos discursos. O indivíduo estava sendo considerado produtor de poder.

No prefácio da obra *O Anti-Édipo* de Deleuze e Guattari, escrito no influxo de 1968 da França e publicado originalmente em 1972, Michel Foucault (1982) deixa evidente esses pressupostos quando escreve a “Introdução à vida não fascista”. No texto, argumentou que o fascismo está presente no cotidiano e nos indivíduos, para além de uma ideia restrita de fascismo e poder como ideologia institucionalizada e apartada das relações pessoais. Dizendo sobre a realidade da Europa, expôs a tendência às interpretações dualistas sobre os acontecimentos e transformações políticas dos anos 1960.

Em 1977, Ana Cristina Cesar escreveu um artigo intitulado “Malditos marginais hereges”, presente no número 4 da revista *Extra* de São Paulo. Era uma crítica a um dossiê de literatura engajada lançado no mesmo período. Apesar dos diferentes contextos – Europa e Brasil – a produção de discursos do intelectual estava em reflexão e mesmo as teorias revolucionárias do Brasil foram incluídas no jogo das relações de poder e desigualdades que compõem as outras esferas da sociedade, como a econômica e a política:

É muita confusão. Ou antes: tentativa de diluir diferenças e contradições reais entre grupos e classes, expressando os conflitos sociais com dualidade: “eles” e “nós”. O inimigo explorar e nós, os explorados. Fica encoberta a distância entre os escritores e o povo que retratam... É resolvida num golpe de pena por uma identificação fictícia: basta falar neles para identificar-se com eles (Cesar, 2016b, p. 237).

Foucault (1982) apontou as novas perguntas que direcionaram suas referências teóricas em busca de uma nova perspectiva política para a vida social: “Como introduzir o desejo no pensamento, no discurso, na ação?” (Foucault, 1983, p. 12).

Não pense que seja preciso ser triste para ser militante, mesmo que a coisa que se combata seja abominável. É a ligação do desejo com a realidade (e não sua fuga, nas formas de representação) que possui força revolucionária (Foucault, 1983, pp. 13-14, tradução nossa).⁴¹.

⁴¹ “Do not think that one has to be sad in order to be militant, even though the thing one is fighting is abominable. It is the connection of desire to reality (and not its retreat into the forms of representation) that possesses revolutionary force (Foucault, 1983, pp. 13-14)”.

Consideramos que esse esforço analítico, de pensar as formas de controle nas relações ordinárias da vida social e colocar o autoritarismo em primeira pessoa, permitiram que o corpo e o comportamento fossem elementos considerados importantes para os horizontes das transformações políticas e sociais dos movimentos culturais que se formavam durante os anos 1960 e 1970. Ao centralizar o movimento e o desejo nas formas de pensar seu tempo, Foucault (1983) desafiou a concepção determinante e dualista sobre as lutas políticas na França:

Às portas do nosso mundo, o Vietnã, o primeiro golpe em direção aos poderes constituídos. Mas aqui, no interior de nossos muros, o que exatamente se passa? Um amálgama de política revolucionária e anti-repressiva? Uma guerra levada por dois fronts – a exploração social e a repressão psíquica? Uma escalada da libido modulada pelo conflito de classes? É possível. De todo modo, é por esta interpretação familiar e dualista que se pretendeu explicar os acontecimentos destes anos. O sonho que, entre a Primeira Guerra Mundial e o acontecimento do fascismo, teve sob seus encantos as frações mais utopistas da Europa – a Alemanha de Wilhem Reich e a França dos surrealistas – retornou para abraçar a realidade mesma: Marx e Freud esclarecidos pela mesma incandescência (Foucault, 1983, pp. 11-12, tradução nossa)⁴².

Existe mesmo uma ética do(a) intelectual revolucionário(a), uma forma correta de pensar e discursar? A geração AI-5, composta pela juventude de classe média intelectualizada, em contato com as questões levantadas pelos movimentos e produções contraculturais, como o movimento *hippie*, o rock'n roll, as movimentações nas universidades europeias, circulação da psicanálise, do orientalismo, etc., participaram dos conflitos sociais do Brasil de forma a ressaltar as contradições das teorias de revolução.

Para essas tendências, a prática política revolucionária passou a ser negada como elemento estático e receptor da Verdade e da uniformidade e, por uma nova perspectiva teórica e prática, a vida cotidiana passou a ser a esfera de elucidação das contradições do campo social, cultural, político e econômico, e os conflitos sócio-históricos puderam ser reconhecidos em suas diversas formas e dimensões da

⁴² “At the gate of our world, there was Vietnam, of course, and the first major blow to the power that be. But here, inside our walls, what exactly was taking place? An amalgam of revolutionary and antirepressive politics? A war fought on two fronts: against social exploitation and psychic repression? A surge of libido modulated by the class struggle? Perhaps. At any rate, it is this familiar, dualistic interpretation that has laid claim to the events of those years. The dream that cast its spell, between the First World War and fascism, over the dreamiest parts of Europe – the Germany of Wilhelm Reich, and the France of the surrealists – had returned and set fire to reality itself: Marx and Freud in the same incandescent light” (Foucault, 1983, pp. 11-12).

vida social. O processo da produção de pensamento entrou em debate, agora centralizando a atuação e o deslocamento dos atores sociais na reflexão.

Não use o pensamento para dar a uma prática política um valor de Verdade; nem a ação política para desacreditar um pensamento, como se ele fosse mera especulação. Use a prática política como um intensificador do pensamento, e a análise como multiplicador das formas e domínios de intervenção da ação política (Foucault, 1983, p. 14, tradução nossa)⁴³.

Ao considerar os modos de poder e a exclusão social presente na produção de pensamento, este redirecionamento da crítica social permitiu novas reflexões sobre a realidade. São teorias que intensificaram a reivindicação da liberdade criativa nos discursos políticos e culturais frente às estruturas sociais. Nesse sentido, a teoria da *desconstrução* do filósofo franco-argelino Jacques Derrida, desenvolvida a partir dos anos 1960, se destaca para nossa pesquisa por trazer ao centro do debate a própria significação do pensamento e do discurso das ciências humanas.

Grande parte dos escritores da geração mimeógrafo, em especial Ana Cristina Cesar, estava inserida nos espaços acadêmicos do Rio de Janeiro em que a teoria derridiana circulou. Logo, a produção da literatura marginal estava próxima das discussões sobre a produção do pensamento e as teorias pós-estruturalistas, especialmente porque o departamento de Letras da PUC-Rio foi um dos primeiros lugares em que se processou a divulgação do pensamento de Derrida no Brasil e foi pioneiro nas novas formas de tratamento do texto literário (Souza, 2005, p. 12).

A partir da denúncia das formas hegemônicas existentes nos estudos sobre a sociedade, Jacques Derrida afirmou que “a linguagem carrega em si a necessidade de sua própria crítica” (Derrida, 1995a, p. 237). Ao se opor às correntes estruturalistas de sua época para desenvolver uma nova forma de analisar a sociedade, os desdobramentos teóricos derridianos reconheceram que a imaginação e a interpretação não são sistemas fechados em si mesmos. Um de seus objetivos era localizar a opressão existente na formação das teorias europeias, especialmente a filosofia ocidental, naturalizadas como superiores em relação às demais teorias de outras sociedades. A atividade derridiana, segundo Evandro Nascimento, não foi orientada pelos valores hermenêuticos de verdade ou falsidade, mas pela “ordem de

⁴³ “Do not use thought to ground a political practice in Truth; nor political action to discredit, as mere speculation, a line of thought. Use political practice as an intensifier of thought, and analysis as a multiplier of the forms and domains for the intervention of political action” (Foucault, 1983, p. 14).

uma cena, a cena de leitura em que se enuncia um novo discurso” (Nascimento, 2004, p. 14).

No mesmo período em que Lévi-Strauss criticava o etnocentrismo e as teorias positivistas, preso à análise dicotômica da sociedade – natureza/cultura, civilizado/primitivo – Derrida propunha atenção ao paradoxo e ao movimento das estruturas que compõem a sociedade. Ou, em suas palavras, propunha a análise da *estruturalidade da estrutura* (Derrida, 1995a), que significa considerar, nos estudos sobre o social, que o “centro” das estruturas da sociedade está em constante processo de substituição de seus elementos, compondo a totalidade da realidade a partir de uma transformação que não é estática e determinada:

a estrutura, ou melhor a estruturalidade da estrutura, embora tenha sempre estado em ação, sempre se viu neutralizada, reduzida: por um gesto que consistia em dar-lhe um centro, em relacioná-la a um ponto de presença, a uma origem fixa. Esse centro tinha como função não apenas orientar e equilibrar, organizar a estrutura – não podemos efetivamente pensar uma estrutura organizada – mas sobretudo levar o princípio da organização da estrutura a limitar o que poderíamos denominar jogo da estrutura (Derrida, 1995a, p. 230).

Diferentemente de *destruição*, apagamento ou esquecimento, o conceito de *desconstrução*, sendo parte do conceito de estruturalidade da estrutura, diz respeito a um processo de descentramento das formas e lógicas dominantes da e sobre a sociedade. Isto é, não há lugar fixo para o que se reconhece como dominante na estrutura, mas, antes, existe no jogo de substituições, uma margem por onde se movimentam os signos e raciocínios que irão substituir este centro e compor um constante movimento na organização da sociedade. Ou seja, a teoria de Derrida aponta a coerência da contradição e a impermanência na formação social, para além dos determinismos estruturais de determinado contexto e tempo.

Voltamos à pergunta inicial deste capítulo: o que teríamos a dizer se olhássemos para os intelectuais e escritores face às mudanças sociais? Durante os anos 1970, esse novo ponto de vista das teorias pós-estruturalistas sobre a realidade e os processos sociais – ainda que heterogêneas em suas origens e desdobramentos – apontou que o dualismo de determinadas teorias, como a denominação de “nós” e dos “outros”, “colônia” e “metrópole”, não eram neutras, mas carregavam um caráter hierárquico ao naturalizar os elementos hegemônicos das estruturas sociais, ainda que os criticando:

Fazer justiça a essa necessidade significa reconhecer que, em uma oposição filosófica clássica, nós não estamos lidando com uma coexistência pacífica de um *face a face*, mas com uma hierarquia violenta. Um dos dois termos comanda (axiologicamente, logicamente etc.), ocupa o lugar mais alto. Desconstruir a oposição significa, primeiramente, em um momento dado, inverter a hierarquia (Derrida, 2001, p. 48).

Em síntese, a teoria da *desconstrução*, modelada pelas provocações do marco “pós-estruturalismo”, ao debater a lógica do fechamento da história da filosofia ocidental, denuncia os significados “universais” e os centrismos que hierarquizam determinados discursos em detrimento dos que permanecem à margem (Ribeiro, 2021, p. 51). Assim, ao olhar para o “não lugar”, as formas concretas da vida ordinária puderam ser consideradas preeminentes na apreensão da realidade, pois a divisão entre as “grandes” e “pequenas” questões da vida social não mais eram tidas como alheias às representações de poder. Desconstruir a oposição, para a teoria derridiana, possibilitaria o reconhecimento daquilo que é descontínuo e híbrido no jogo estratégico de construção e desconstrução das estruturas sociais.

O indecifrável não é somente a oscilação, ou a tensão entre duas decisões. Indecifrável é a experiência daquilo que é ‘estranho’, ‘heterogêneo’ à ordem do calculável e da regra, deve entretanto – é dever que é preciso falar – entregar-se à decisão impossível, levando em conta o direito e a regra ” (Derrida, 2010, p. 46).

Deste modo, buscar o indecifrável e o marginal em relação ao centro das estruturas possibilitou que os *entre-lugares* fossem reconhecidos nos discursos sobre a vida social. Nos fica evidente que, ao considerar o movimento das estruturas, a própria ação dos sujeitos é valorizada, pois elas são feitas por aqueles que falam, escrevem, agenciam valores, deslocam sentidos e redimensionam estruturas (Nascimento, 2004), e esses atores são fundamentais para as transformações da ordem da realidade. Em uma entrevista concedida para a Folha (Derrida, 1995), perguntaram sobre a forma como Derrida compreendia sua relação com a política. Ainda que posterior ao período que aqui recortamos, o autor evidenciou, em resposta, sua busca por politizar de outra maneira o discurso político dominante de seu tempo e leva-nos à questão cara para o debate dos anos 1970, que é a do código político dominante:

Trata-se então de deslocar o código político, falar uma linguagem política que não seja imediatamente traduzível pelo código

dominante. Tento analisar a linguagem política, a retórica política, os signos políticos dominantes. Tento modificar estes signos e, assim, politizar outras áreas do discurso, mostrar que há política lá onde não se a procura, onde não se a vê (Derrida, 1995b, s/p)⁴⁴.

Em diálogo e à luz da compreensão de Derrida, Marcos Siscar (2013, p. 65) bem pontua que a própria literatura, nesse ponto de vista derridiano, é a própria desconstrução. Ou seja, a ligação paradoxal entre o determinado e a indeterminação, é o vir a ser. Esses são elementos fundamentais para conhecer o movimento cultural ao qual Ana Cristina Cesar adere, o marginal, pois a sua literatura compõe uma outra via de oposição à ordem social da ditadura e apresenta novas reflexões sobre política, comportamento e desejo frente às estruturas sociais e ao discurso político convencional dos anos 1970. E embora não nos aprofundamos mais na teoria de Derrida, pois objetivamos analisar seus desdobramentos a partir da própria literatura marginal no contexto cultural do Brasil, levantamos caminhos mais gerais para reflexões sobre a contracultura do Brasil e a influência da *desconstrução* para uma politização do cotidiano durante a ditadura.

2.1 “Toda palavra guarda uma cilada”⁴⁵: a crítica social no Brasil da ditadura

nada, esta espuma

Por afrontamento do desejo
insisto na maldade de escrever
mas não sei se a deusa sobe à superfície
ou apenas me castiga com seus uivos.
Da amurada deste barco
quero tanto os seios da sereia.

[Ana Cristina Cesar. *Cenas de abril*, 1979]

Após analisarmos o redirecionamento da crítica social presente nas teorias pós-estruturalistas, nos questionamos: de que forma as concepções contraculturais se manifestaram frente ao código político dominante do Brasil? É importante pontuarmos que os movimentos sociais e culturais dos anos 1970 precisavam, primeiramente, avaliar e dialogar com os efeitos da ditadura civil-militar, pois a insubordinação aos meios tradicionais de poder levou uma parte significativa da juventude mobilizada à censura, prisão, tortura, exílio e assassinato político. No

⁴⁴ Entrevista disponível no Acervo Online da Folha de S. Paulo, em: http://almanaque.folha.uol.com.br/entrevista_filosofia_derrida.htm. Acesso em 15 fev. 2024.

⁴⁵ Trecho do poema de Torquato Neto, publicado em *26 poetas hoje* (Hollanda, 2021, p. 73).

entanto, a observação reflexiva da sociedade continuou em movimento e o questionamento das formas tradicionais de conhecimento, poder e representação política resultou em novas perspectivas para os conflitos específicos desse período no Brasil.

As observações de Florestan Fernandes sobre os intelectuais e a sociologia brasileira durante o período da ditadura, a partir de sua própria experiência, são significativas para compreendermos as dinâmicas da vida intelectual em uma ordem social ditatorial. O autor publicou “A sociologia como contestação”, em 1977, após ser cassado e aposentado compulsoriamente da universidade pelo governo. Na apresentação dessa reflexão, diz:

Uma ordem social que se torna o reduto do pensamento reacionário e a base material da opressão institucionalizada divorcia-se por completo e definitivamente do pensamento científico. [...] A verdadeira ciência começa, então, com a pergunta: como enfrentar e destruir, da maneira mais rápida possível, essa ordem social? (Fernandes, 1977, p. 128)

Com o olhar analítico voltado para a condição do capitalismo dependente de países periféricos como o Brasil, o autor expôs o processo de transformação da ciência e da tecnologia em ferramentas da produção capitalista e da reprodução da ordem social da ditadura – manobra, esta, significativa para a manutenção do controle do poder burguês estatal (Fernandes, 1977). Além do mais, o regime militar investiu em universidades e escolas técnicas, priorizando formar mão de obra e boa performance científica na dinâmica do capitalismo internacional durante o processo de modernização do país, ao reafirmar que “cultura escolar é tradicionalmente sinônimo de domesticação do sujeito pelo império da razão universal” (Moriconi, 1996, p. 17). Este ponto leva-nos à escolha dos canais alternativos de publicação e circulação dos escritores marginais e dos movimentos da esquerda brasileira, na intenção de escaparem da ordem social ditatorial. Também lembra-nos do que Pereira (1981, p. 87) apontou na citação que utilizamos anteriormente, como “desconfiança frente à tecnologia e seus corolários (modernidade, progresso)” e frente à ciência – comportamento típico dos escritores marginais.

Isso porque, ao não comportar os problemas sociais gerados pela modernização e pela desigualdade social, a educação – e especialmente o ensino público – passou por uma crise que foi intensificada pelas ações do Estado. Como o foco era o investimento e o progresso, os outros aspectos que diziam respeito às

necessidades sociais eram negligenciados ou até mesmo perseguidos pela ditadura. A exemplo disso, em 1968 o governo lançou a Lei da Reforma Universitária, que propunha investimentos de expansão das universidades brasileiras com o objetivo de impulsionar a economia do país. No entanto, sua execução desmobilizou o movimento estudantil, que neste momento era visto como radical e perigoso (Motta, 2014). Inclusive, desde 1964 a UNE foi extinguida pelo Congresso, que proibia greves e mobilizações políticas nas universidades. O projeto de “expansão” do ensino superior não suportou a crescente demanda de acesso, como aponta Carlos Benedito Martins (2009)⁴⁶ e as instituições públicas foram sucateadas e vigiadas, propiciando condições para a expansão do ensino privado no Brasil.

Pelo domínio do Estado, os intelectuais estavam presos aos dinamismos conjunturais que controlavam as técnicas científicas e o pensamento crítico, pois os efeitos da oposição necessária ao autoritarismo inibiam a reflexão crítica em nome das exigências mais imediatas, “produzindo simultaneamente uma mitificação do ‘concreto’ e uma desqualificação da teoria como luxo escapista” (Hoelz, 2023, n.p)⁴⁷. A produção de novos conhecimentos sobre a sociedade brasileira, em contato com as estratégias de repressão, estava sob intimidação, como aponta Elide Rugai Bastos (2023, n.p)⁴⁸. A começar pelo título, o poema de Cacaso destaca a sombra do autoritarismo que interferiu na produção de pensamentos e sentidos:

grupo escolar

Sonhei com um general de ombros largos que rangia
e que no sonho me apontava a poesia
enquanto um pássaro pensava suas penas
e já sem resistência resistia.
O general acordou e eu que sonhava
face a face deslizei à dura via
vi seus olhos que tremiam, ombros largos
vi seu queixo modelado a esquadria
vi o tempo galopando evaporava
(deu pra ver qual a sua dinastia)
mas tem tempo fixei no firmamento
esta imagem que rebenta em ponta fria:

⁴⁶ Recomendamos o artigo, “A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil” (Motta, 2014), para mais sobre os novos padrões de ensino superior a partir do controle da ditadura civil-militar.

⁴⁷ Disponível em:

<https://blogbvps.com/2023/03/28/a-sociologia-como-coragem-por-elide-rugai-bastos/>. Acesso em 23 jan. 2024.

⁴⁸ Disponível em:

<https://blogbvps.com/2023/03/28/a-sociologia-como-coragem-por-elide-rugai-bastos/>. Acesso em 23 jan. 2024.

poesia, esta química perversa,
este arco que desvela e me repõe
nestes tempos de alquimia.

[Cacaso, *26 poetas hoje*]

Como notamos no poema, a aflição dos indivíduos frente a um mundo desacreditado e a crise de representação e linguagem sobre a realidade são características da poesia marginal, de forma a nos apresentar um olhar desolado da ordem social da ditadura. Poderíamos dizer que essa poesia, inserida no autoritarismo militar e nas discussões sobre as teorias que se voltaram para o cotidiano e para a esfera íntima-privada, criou condições para que os marginais interpretassem de modo subjetivo o impacto da política e do controle na vida privada. Voltamos ao poema que inicia esta seção: “Por afrontamento do desejo/ insisto na maldade de escrever”. Esta parece ser uma boa forma de resumir a vida intelectual durante a ditadura civil-militar. A esse respeito, selecionamos alguns outros poemas que contribuem para essa nossa reflexão ao apresentar a estrutura de sentimentos dessa juventude que vivenciou a modernização da ditadura. Ou, nas palavras da própria Heloísa B. Hollanda, “o *éthos* de uma geração traumatizada” (2021, p. 20):

I uma cidade

Com gula autofágica devoro a tarde
em que gestos antigos me modelaram
Há muito, extinto o olhar por descanso da
retina,
vejo-me no que sou:
Arquitetura desolada –
restos de estômago e maxilar
com que devoro o tempo
e me devoro

[Francisco Alvim, *26 poetas hoje*]

II revolução

Antes da revolução eu era professor
Com ela veio a demissão da Universidade
Passei a cobrar posições de mim e dos outros
(meus pais eram marxistas)
Melhorei nisso –
hoje já não me maltrato

nem a ninguém

[Francisco Alvim, *26 poetas hoje*]

III

Agora não se fala mais
toda palavra guarda uma cilada
e qualquer gesto é o fim
do seu início;

Agora não se fala nada
e tudo é transparente em cada forma
qualquer palavra é um gesto
e em sua orla
os pássaros de sempre cantam
nos hospícios.

Você não tem que me dizer
o número de mundo deste mundo
não tem que me mostrar
a outra face
face ao fim de tudo:

só tem que me dizer
o nome da república do fundo
o sim do fim
do fim de tudo
e o tem do tempo vindo:

não tem que me mostrar
a outra mesma face ao outro mundo
(não se fala. não é permitido:
mudar de idéia, é proibido.
não se permite nunca mais olhares
tensões de cismas crises e outros tempos.
está vetado qualquer movimento

[Torquato Neto, *26 poetas hoje*].

Apesar das dificuldades presentes no campo intelectual, esta condição não impediu totalmente que novos atores e perspectivas emergissem para abordar as mudanças sociais durante o período da ditadura. Foi através da busca pela superação das definições estáticas e determinantes sobre as relações de poder e sobre a produção de pensamento, que diversos contextos existentes em um mesmo momento histórico puderam ser reconhecidos na produção cultural dos anos 1970. Exemplificando essa nova dinâmica de pensamento inserida na história brasileira,

temos a obra de Beatriz Nascimento⁴⁹. Em 1974, publicava o *Por uma história do homem negro*⁵⁰, sobre como retomar a história dos negros no Brasil, centralizando-os enquanto agentes sociais de seu próprio tempo e denunciando a História oficial escrita por mãos brancas⁵¹. Em questionamento à historiografia tradicional, a autora revisou o cânone da História brasileira e se posicionou sobre a necessidade de realizar estudos sociais a partir do conceito de raça, e não somente de classe, pois “você não pode aplicar uma análise [...] de luta de classes em uma sociedade que não é homogênea [...]” – trecho de sua fala realizada na Quinzena do Negro da USP, em 1977 (Assunção, Trapp, 2021, p. 236).

Na obra de Lélia Gonzalez⁵² também é possível perceber a reelaboração teórica a partir da forma que se apropriou de Freud e Lacan, enquanto suportes epistemológicos, para pensar o Brasil de outra perspectiva que não as das instituições rígidas – concluindo que o racismo é a “sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira” (Gonzalez, 1984, p. 224)⁵³. Através da psicanálise, desenvolveu nova abordagem para a experiência dos sujeitos sociais no Brasil. Ou seja, tensionou o caminho que centralizava uma “lógica” rígida na análise do racismo e da linguagem, explicitando, em seu lugar, a “lógica da dominação” e afirmando que as noções de consciência e inconsciência são atravessadas pelo poder colonizador, como afirma Léa Silveira sobre a autora (2022). Apesar da publicação ser da década de 1980, Gonzalez já atuava nos movimentos sociais nos anos 1970 – inclusive ingressou no corpo docente da PUC do Rio de Janeiro em 1978, primeiro no Departamento de Artes e depois no de Ciências Sociais. Esta instituição foi um

⁴⁹ Maria Beatriz Nascimento formou-se em História na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1971. No mesmo período, fez estágio em pesquisa no Arquivo Nacional, orientada por José Honório Rodrigues. Concluiu o curso de pós-graduação *lato sensu* em História do Brasil, em 1981. Informações disponíveis em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/ensaistas/1422-beatriz-nascimento>. Acesso em 21 nov. 2023.

⁵⁰ Acesso em: RATTIS, Alex (Org.). *Beatriz Nascimento: Uma história feita por mãos negras*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

⁵¹ Fala presente na entrevista concedida, em 1977, ao documentário *O negro, da Senzala ao Soul*, da TV Cultura (Assunção, Trapp, 2021, p. 234).

⁵² Em 1958, Lélia Gonzalez graduou-se em História e Geografia e, em 1962, em História e Filosofia, pelo que hoje é a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, em 1962. Atuou como professora universitária na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Gama Filho. Atuou na área da comunicação entre 1966 e 1970, traduzindo obras francesas para o português, como *Curso moderno de filosofia* (1966), *Compêndio moderno de filosofia* (1968) e *História dos filósofos ilustrada pelos textos* (1970) – apontando, para nós, sua proximidade com a filosofia francesa.

⁵³ Texto publicado em 1984 e fruto da apresentação de Lélia Gonzalez no GT “Temas e problemas da população negra no Brasil”, do IV Encontro da ANPOCS de 1980, intitulado Racismo e sexismo na cultura brasileira. A autora discute o racismo na cultura brasileira, mobilizando noções de memória e consciência para analisar o lugar do desconhecimento, encobrimento e alienação da população negra, com atenção especial à situação das mulheres negras do Brasil.

espaço importante para o desenvolvimento de novos pontos de vista sobre a realidade brasileira durante o governo ditatorial.

Em meio a essas produções e circulação de ideias que modificaram as discussões sobre os conflitos sociais e que propuseram novos sentidos para o pensamento e a linguagem, o movimento cultural *literatura marginal* encarou a relação entre literatura e sociedade de forma a revisar a moral urbana moderna da ditadura a partir da narrativa fragmentada e costurada com as experiências individuais sobre a ordem social. A partir do conceito de estruturalidade da estrutura de Derrida (2010), essa poesia apresentou o que havia de descontínuo e híbrido na organização da estrutura social dos anos 1970.

Há um conto de Caio Fernando Abreu, intitulado “Os sobreviventes” [1982], citado por Jurandir Freire Costa (1984, p. 117) ao atentar-se para a geração AI-5, que diz “Já li de tudo, cara, já tentei macrobiótica, psicanálise, drogas, acupuntura, suicídio, ioga, dança, natação, cooper, astrologia, patins, marxismo, candomblé, boate gay, ecologia, sobrou só esse nó no peito, agora o que faço?”. Não à toa, as críticas de autores como Martins (2014) e de Costa (1984) a essa geração são sobre a conversão dos conflitos sociais em dilemas pessoais, desvinculando-os das atividades políticas que objetivavam combater o autoritarismo. Para esses autores, trata-se de um novo modo de alienação.

O poema a seguir nos apresenta uma perspectiva individualizada sobre os problemas sociais gerados pelas mudanças sociais da ditadura e aborda diretamente as práticas alternativas dos movimentos contraculturais, como a valorização do corpo e das emoções, a revolução sexual e o culto às drogas – características citadas por Capellari (2008) como próprias dos movimentos contraculturais.

Olho para a pílula e penso o que contém além do excipiente
químico necessário para torná-la pílula;
quais drogas entram na composição para fazê-la una, em suspensão,
droga?

Será para os males do corpo ou do espírito?
Coramina ou adrenalina?

Quem sabe é contra o enjoo das coisas novas
transformadas em velhas para serem mais digeríveis?
E às vezes é contra a ingestão causada pelos sapos que nos põem à
mesa. Contra a proliferação de nossos entes mortais à burrice, à
alienação, ao colonialismo estúpido.

Será realmente uma droga mortal? Que acaba de vez com a
fome dos fodidos? Com a sede do poder?

Por momentos pensei: não será uma droga que liberta os intestinos, aguça os sentidos, endurece os ossos, afia os dentes? Ah! Lá se vai uma hora que a descobri e ainda não atinei por que a encontrei ali. Dentro de um morango num sundae do Bob's. Olho pra Val e vejo sua cabeça se decompor num sorriso: os cabelos correm ao vento como veios de ouro, os olhos choram lágrimas de riso zombeteiro, que lhe caem no peito como lápis-lazúli. Ao fundo, o mar corre pro infinito e encontra o céu caído no horizonte, torto. É uma onda.

[Bernardo Vilhena, *26 poetas hoje*].

O que nos interessa é que essas questões colocadas pela geração AI-5 expressaram a necessidade de uma nova forma de contar os conflitos e dilemas dos anos 1970. Com isso, a desconstrução dos discursos fixos da vida social e suas violências objetivas e simbólicas parece fazer parte do processo de se colocar no mundo e na história a partir de novas formas e narrativas sobre questões de violências e desigualdades durante a ditadura civil-militar. De fato, a literatura marginal não intencionava explicar o mundo por outras vias que superassem ou destruíssem as dispostas na realidade. A exemplo disso, em um ensaio de Ana C. para o *Opinião*, intitulado “Nove bocas de uma musa”, em que reflete sobre a *nova poesia* dos anos 1970, a escritora afirmou que essa poesia exercitava a dúvida dos plenos poderes de sua própria palavra, sabia que não estava simbolizando alguma inefável verdade sobre o mundo (Cesar, 2016b, p. 187)⁵⁴.

2.2 “Todos viam o poeta sonhar incólumes avenidas”⁵⁵: a PUC-Rio e o entre-lugar

Ana circulou muito, era animal metropolitana. A solidão inextirpável, incurável, que assola de dor e delícia o poeta-escritor na modernidade, nela convivia com a inquietação dos frequentes deslocamentos urbanos [...] (MORICONI, 1996, p. 12).

Os ideais de modernidade e seus impactos expressos na literatura desde o início do século XX apontam para uma crítica da realidade sem as convenções sobre

⁵⁴ Esse posicionamento remete-nos ao pensamento teórico de Foucault, que afirmou ao longo de suas obras que as práticas intelectuais, científicas e políticas são discursos estreitamente ligados à legitimação de poder (Alexander, 1999, p. 38). O autor destaca, a esse respeito, especialmente a obra *The Order of Things* (1972) de Foucault.

⁵⁵ Trecho do poema “torno a repetir”, de Afonso Henrique Neto, publicado em *26 poetas hoje* (Hollanda, 2021, p. 123): “O papel para sempre em branco./ entanto o poeta bebia o dia./ era um banco de jardim/ mas a mariposa cuspiu luz e lua/ as coisas passeavam./ papel branco de todas as palavras./ um ritual acima do anjo/ acima do entendimento celestial/ por isso todos viam/ o poeta sonhar incólumes avenidas [...]”.

história, personagens e linearidade temporal. É o caso, por exemplo, de *Mrs. Dalloway*, da britânica Virginia Woolf, publicado originalmente em 1926 na Inglaterra e conhecido como um clássico da literatura moderna por apresentar formulações da vida social a partir dos deslocamentos e inquietações. Apesar do diferente contexto, o que ressaltamos é que a fragmentação e a alegoria passaram a ser expressão do tempo-espço em movimento e transformação. No Brasil, país localizado na periferia do capitalismo, esse movimento trazia o caráter contraditório e autoritário da modernização conservadora da ditadura civil-militar. Isso é significativo para compreender os conflitos culturais e o lugar da liberdade poética durante os anos 1970, pois ao mesmo tempo que o governo expandiu o mercado de determinadas produções, reprimiu outras artes e artistas a partir de valores morais. A esfera cultural se transformou em campo de batalha.

O ponto é que, segundo os desdobramentos desta pesquisa ao analisar o movimento cultural *literatura marginal*, explorar o real por perspectivas individuais e fragmentadas nem sempre é falta da totalidade social – mas compõe seu processo. Embora as criações se manifestem individualmente, com especificidades subjetivas, as obras literárias podem representar a necessidade de afirmação de identidades sociais e estão em constante troca com os processos sócio-históricos. Tanto a sociologia como os estudos sobre literatura devem buscar, na interpretação de seus atores, associar as formas individuais às sociais da vida real, como argumenta Raymond Williams:

Uma sociologia preocupada apenas com grupos abstratos e uma crítica literária preocupada apenas com indivíduos e obras implicam em mais do que uma divisão do trabalho; trata-se de um modo de evitar a realidade da interpretação - e, em última instância, a unidade - de grande parte das formas individuais e sociais da vida real (Williams, 2011, p. 40).

O momento de descobertas pessoais e profissionais da juventude de Ana Cristina Cesar coincide com as transformações sociais e de comportamento da virada da década de 1960 para 1980 e leva-nos às novas orientações do campo intelectual. Em 1968, aos dezesseis anos, passou um ano estudando em uma escola para garotas, em Londres, através do programa *International Cultural Youth Exchange*. Retornou em 1970, se formou no Colégio de Aplicação e logo em 1971 ingressou em Letras, na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro. A psicanálise, as questões sobre sexualidade e a necessidade de novas

representações políticas são aspectos fundamentais para diversos movimentos contraculturais ao redor do mundo, e também para a vida da poeta.

Ela estava com 17/18 anos. Ao voltar, parou de frequentar a igreja, começou a procurar um analista e, no início de 1971, passou no vestibular na PUC. Tudo indica, e não é preciso ser um grande adivinho para desconfiar disso, que o fato ou fatos marcantes ocorridos em terras inglesas dizem respeito à sexualidade (Moriconi, 1996, p. 89).

No entanto, seu ingresso no ensino superior foi em um cenário conturbado, devido aos desdobramentos políticos da ditadura. Desde 1964, os movimentos estudantis se tornaram clandestinos pelo regime, devido à aprovação da lei 4.464⁵⁶, proposta pelo ministro da educação Flávio Suplicy de Lacerda. A Universidade Federal do Rio de Janeiro, como exemplo da perseguição intelectual a qual já citamos, teve dissolvida e desmembrada a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) em 1968, além da imposição de diversos dossiês e Inquéritos Policiais Militares contra o corpo social da universidade. Centenas de professores e pesquisadores perderam cargos ou tiveram contratações barradas nesse período. Em contrapartida, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro foi instituição marcante para pensar as manifestações universitárias e a atuação intelectual desse período, pois era conhecida como o lugar onde havia mais liberdade para as críticas contra o governo ditatorial – mesmo com (e talvez por conta de) seu histórico de universidade de elite conservadora.

Inicialmente, a Igreja Católica apoiou o golpe civil-militar. Todavia, parte significativa dos católicos se opôs ao regime após as diversas violações dos Direitos Humanos pelas Forças Armadas, como mostra o trabalho de Julia de Paula França (2022). Esse é um ponto central para a condição da Pontifícia do Rio de Janeiro durante o AI-5, pois a influência da Igreja, somado à direção de Dom Eugênio Sales – figura controversa que não tinha problemas com o regime, diferentemente do caso da PUC-SP, que estava sob a orientação do arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns, com histórico de desafiar o estado autoritário – contribuíram para maior liberdade do movimento estudantil na Puc-Rio. Seus diretórios acadêmicos desenvolveram atividades durante a ditadura.

⁵⁶ A lei significou a revogação do livre direito de organização e manifestação com o banimento do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e a Lei Antigreve. Informações disponíveis em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/regime-joga-une-e-uees-na-ilegalidade>. Acesso em 15 jan. 2024.

Utilizando aparelhos mimeógrafos, a universidade católica do Rio de Janeiro foi palco das primeiras grandes manifestações estudantis cariocas do ano de 1977 (França, 2022). Ademais, sem repressão direta como nas universidades públicas, a produção de novos conhecimentos sobre a sociedade brasileira pôde se desdobrar com mais segurança. Foi a PUC-Rio um dos lugares em que as teorias que descentralizaram as definições estáticas sobre a sociedade, a literatura e as relações sociais puderam ser discutidas com efervescência, sem o estado alarmante das organizações perseguidas pelo AI-5. E foi próximo a isso que nasceu o movimento de literatura marginal, sendo também conhecido como *a geração mimeógrafo*.

O departamento de Letras nos interessa em particular, pois muitos professores que atuaram nesse período, entre eles Silviano Santiago, Affonso Romano de Sant'Anna, Luiz Costa Lima, Cleonice Berardinelli, Antonio Carlos de Brito (Cacaso), Clara Alvim, Maria Cecília Londres, eram formados em lugares que não davam continuação às tradições acadêmicas estabelecidas, alguns até vindos de formação no exterior do país, e proporcionaram experimentações significativas para a produção intelectual na instituição. Flora Süssekind (1995) afirma que o principal objeto dos estudos literários da PUC-Rio era a própria linguagem literária. Diferentemente, os intelectuais da Universidade de São Paulo (USP) nutriam-se fundamentalmente do cânone, desenvolvendo críticas e elaborações teóricas que davam continuidade às tradições de Antonio Candido, na área das Letras e ciências sociais⁵⁷. Ao longo de seus trabalhos, Candido mobilizou a relação entre contexto social e literatura, realizando uma crítica dialeticamente integradora do texto literário em relação à sociedade – sendo a forma literária o princípio mediador entre o texto e a matéria histórica (Vasconcelos, 2014).

Professor e posteriormente colega de Ana Cristina Cesar, Silviano Santiago realizou seu doutorado na Sorbonne, na França, e atuou como docente nos Estados Unidos, na University of New York at Buffalo, durante os anos 1960 e início da década de 1970. Foi sobretudo lá que estabeleceu, entre 1969 e 1973, contato direto com intelectuais como Michel Foucault, René Girard, Julia Kristeva, Michel

⁵⁷ Embora não nos aprofundamos no trabalho de Antonio Candido, ressaltamos sua importância para as pesquisas sobre literatura. O autor contribui para a formação de uma crítica literária que se volta, dialeticamente, para texto e contexto, forma e conteúdo – possibilitando importantes discussões nas áreas de ciências humanas. Para mais sobre sua atuação durante a ditadura civil-militar, recomendamos o artigo de Cristiano Augusto da Silva (2019), “Candido, o estruturalismo e a guerrilha”.

Serres e o próprio Jacques Derrida. Ao regressar ao Brasil, foi um dos primeiros intelectuais a trazer as discussões conhecidas como pós-estruturalistas e especificamente a teoria da *desconstrução* para suas aulas na PUC do Rio de Janeiro, em 1976, apesar da dominância das teorias estruturalistas no meio acadêmico brasileiro. Nesse mesmo ano organizou o *Glossário de Derrida*, muito significativo para os estudos pós-estruturalistas brasileiros, realizado com seus alunos de mestrado do Departamento de Letras da PUC.

O autor é conhecido por sua apropriação criativa dos critérios analíticos derridiano, pois permitiu um olhar crítico sobre a condição dos países periféricos a partir da expansão dos conceitos de descentramento, interpretação, etnocentrismo, apropriação, transgressão, paradoxo e, um dos mais conhecidos, entre-lugar⁵⁸. Sua obra *Uma literatura nos trópicos*, de 1978 – especialmente seu primeiro ensaio, *O entre-lugar do discurso latino-americano* – é marcante não somente para pensar a crítica literária, mas também os discursos filosófico, social, antropológico e político das teorias latino-americanas (Souza, 2020, p. 67). Segundo Elide Rugai Bastos (2020), sua apropriação ao conceito de entre-lugar questionou as concepções de unidade e pureza na literatura e na sociologia brasileira e foi definido como instrumento de conhecimento que aponta para o

deslocamento do olhar em relação às perspectivas admitidas como normais/corretas/verdadeiras e os direcionamentos considerados imutáveis quanto à atribuição do lugar a ser ocupado pelos atores, seja na estrutura social, na cultura ou na política (Bastos, 2020, p. 36).

No entanto, apesar da atuação de Santiago, essa teoria incipiente nas universidades do Brasil não foi bem vista pelo cenário cultural daquele período. Florencia Garramuño, no Simpósio da BVPS sobre o *Glossário* (2020), aponta que um certo pensamento de esquerda via a teoria derridiana como apolítica, pois a metodologia de leitura da desconstrução não supunha uma leitura politizante sobre as teorias. É no seio desta discussão sobre a “polêmica da teoria”, ou “polêmica do estruturalismo” no Departamento de Letras da PUC, que a produção intelectual de Ana Cristina Cesar se desdobrou. Em dezembro de 1975, a escritora publicou seu

⁵⁸ Para ler mais, recomendamos o texto publicado no Blog da Biblioteca Virtual do Pensamento Social, que dispõe a discussão do Simpósio “Glossário de Derrida”, organizado pelo editor do Blog, Andre Bittencourt. Disponível em <https://blogbvps.com/2020/09/29/simposio-glossario-de-derrida-de-silviano-santiago-org/>. Acesso em 16 jan. 2024.

primeiro artigo no jornal *Opinião*, intitulado "Os professores contra a parede". Segundo Italo Moriconi (1996, p. 55), se tratava de uma ofensiva às posições dos cursos de Letras das universidades cariocas:

No *Opinião* a polêmica ficou polarizada entre as posições de Luiz Costa Lima, em artigo publicado no número 159, de 12-11-75 ("Quem tem medo da teoria?") e as respostas de Carlos Nelson Coutinho ("Há alguma teoria com medo da prática?") e Cacaso ("Bota na conta de Galileu, se ele não pagar nem eu"), publicadas no número seguinte. O texto de Ana apareceu como arremate na discussão (Moriconi, 1996, p. 55).

No panorama geral, Luiz Costa Lima, assumidamente estruturalista, concordava sobre a formalização da análise e interpretação nas obras literárias; Carlos Nelson Coutinho defendia os principais autores da Sociologia da Literatura, em relação ao estruturalismo; Antônio Carlos de Brito, poeta Cacaso e professor da Puc-Rio, expunha certo excesso de teorização nas universidades; Ana Cristina Cesar, discutia as posturas autoritárias dos professores ao elegerem determinadas teorias em relação à outras (Boaventura, 2007, p. 19). Não nos aprofundaremos em cada uma das perspectivas, o que nos importa é evidenciar o contexto heterogêneo em que a cultura brasileira e as concepções sobre literatura se desenvolviam. Apesar de não haver unanimidade sobre como encarar a teoria, a questão era desenvolvida em torno do estruturalismo ser ou não a única via válida capaz de operar uma explicação científica da literatura e quais as limitações do caráter constitutivo da linguagem em relação à realidade (Moriconi, 1996, p. 61).

Em "Os professores contra a parede" [1975], Ana C. argumenta:

Falava-se do excesso de teorização, da dificuldade de apreender a matéria dada, da incompreensibilidade dos termos usados, do pouco contato do aluno com os textos de literatura, da falta de relação da matéria aprendida com a vida profissional do aluno. Tomar partido no debate *teoria x não teoria* não é embarcar para o inferno ou para o paraíso, mas numa canoa furada. O direito de refletir sobre a literatura não precisa ser conquistado [...] (Cesar, 2016b, p. 168).

Compreendemos que seu artigo reflete sobre o lugar da agência social na formação do sujeito político, para além das ideias tradicionais de política, objetividade e conhecimento. Além do mais, aponta o poder produzido na relação entre professor e estudante. Apesar de Silviano Santiago ingressar no corpo docente da PUC apenas em 1976, sendo ele referência da teoria de Derrida na instituição, já neste artigo, em 1975, Ana parece se aproximar das propostas da teoria da *desconstrução* sobre não neutralizar ou naturalizar os processos ideológicos na

crítica e nas teorias sobre literatura: algumas abordagens se dizem mais científicas ou verdadeiras em detrimento de outras, marginalizadas, como se as primeiras não fossem ideológicas. Ana Cristina Cesar defendeu que refletir sobre a utilização de determinados termos e teorias é “*deslocar o eixo do debate* e passar a examinar os mecanismos de poder e de repressão que têm sido exercidos dentro da instituição” (Cesar, 2016, p. 168).

É preciso acabar com a ideia de que os debates e as produções de conhecimento se desenvolvem no céu puro da verdade e da ficção. Toda produção e toda produção de conhecimento estão vinculadas a uma posição ideológica e à posição de produtor dentro da instituição (Cesar, 2016, p. 168).

Outro exemplo fundamental para compreensão do percurso intelectual de Ana Cristina Cesar face às mudanças sociais dos anos 1970, é sua reação já citada por nós a um dossiê intitulado “Malditos escritores”⁵⁹, presente no número 4 da revista *Extra* de São Paulo, publicado em março de 1977. No prefácio desta publicação dos *malditos*, os escritores presentes assumiram caráter “claramente popular”, “corpo-a-corpo com a vida”, “adequada ao ‘mundo fedido’ dos humildes” (Riaudel, 2014, p. 90). “Ó bendito o que semeia/ livros, livros à mancheia/ e faz o povo pensar [...]” é a epígrafe do dossiê da Revista Extra, trecho do poema de Castro Alves. A crítica-resposta de Ana C. foi publicada na primeira edição do jornal *O beijo*, com o artigo “Malditos marginais hereges” (Cesar, 2016b), em novembro do mesmo ano, de forma a amadurecer o argumento da agência do escritor e do leitor na sociedade e renunciar a ideia desses primeiros enquanto passivos dos conflitos sociais:

[...] falta consciência de classe ao intelectual, que se acredita mais uma vez porta-voz dos oprimidos, setor transparente que reflete as imagens e os gritos ocultos dos banguelas e desbocados. Essa falta é socialmente favorecida. Historicamente motivada. É bom que o intelectual desconheça a sua função de controle e de reprodução social, e que não leve a contestação ao nível concreto da sua prática. Jornalistas, professores, advogados, cientistas – não fiquemos só nos técnicos e burocratas. A Informação, a Educação, o Direito, a Ciência, mitos que ainda acalentamos, mesmo se coloridos com a Discórdia (Cesar, 2016, p. 238).

Estas manifestações antagônicas levam-nos ao fato de que parte constitutiva do processo de aprendizagem da sociedade, bem como das reflexões sobre ela, é a

⁵⁹ Segundo Riaudel (2014), reunia nove contos inéditos, contando com os escritores Chico Buarque, Antônio Torres, Wander Piroli, Marcos Rey, Marcio Souza, Aguinaldo Silva, Tânia Faillace, Plínio Marcos e o próprio João Antônio.

discordância endêmica (Alexander, 1999). O artigo de Ana C., “Malditos marginais hereges” (Cesar, 2016b), o qual já indiquei anteriormente, é, declaradamente, a oposição ao caráter pedagógico da literatura engajada, que intencionava retratar os problemas da sociedade brasileira como porta-voz, ou seja, representantes das camadas subalternas. Ao repensar o papel do intelectual diante da realidade, Ana C. afirmava que escrever é produzir e participar ativamente da realidade. Notamos que sua voz e personalidade poética se desenvolviam alinhadas às críticas que elaborava ao que ela considerava ser narrativa “antropológica” e participativa, em que o observando é solidário ao observado, como é entendido o posicionamento do dossiê dos “Malditos escritores” (Riaudel, 2014, p. 91). Isto é, a literatura de Ana C., na contramão, demonstra o exercício de explorar a fantasia como abertura para a realidade.

Mannheim (1982), em “O problema do intelectual”, afirmou que “a história dos intelectuais está repleta de exemplos da importância que atribuíam a si próprios”, considerando-se os únicos intérpretes autorizados das coisas (Mannheim, 1982, p.102). A busca por um lugar próprio na ordem das sociedades em processo de transformação é uma questão sempre presente na história do pensamento social. E, da mesma forma, há sempre a busca por um direcionamento sobre quais interpretações abandonar e como posicionar-se em um ponto de vista próprio. (Mannheim, 1982). Nesse aspecto, as contradições e disputas do contexto cultural e político aos quais os escritores marginais, e especificamente Ana Cristina Cesar, estavam inseridos durante os anos 1970 do Brasil, nos revelam importantes elementos dos dinamismos dos processos históricos do pensamento social.

Um dos elementos em comum entre Ana Cristina Cesar e os outros escritores do movimento cultural *literatura marginal* é, além da recusa à linguagem-pedagógica, questionar a separação entre a linguagem erudita e a popular, já que, à luz das teorias pós-estruturalistas, essa divisão binária para os marginais tenderia a apontar outras separações substanciais para a definição do bom e do ruim; do desenvolvido e do subdesenvolvido, como argumenta Daniel Wallace de Souza Lima (2010). O argumento do autor – que nos reforça a singularidade de Ana C. – é que nem todos os escritores marginais buscaram a superação dessa separação, mas escolheram o lugar *entre* o erudito e popular, o desenvolvido e o subdesenvolvido, o *entre-lugar* que não respeitava as limitações das esferas puras das estruturas – sendo o caso

da própria Ana Cristina Cesar⁶⁰. E esse posicionamento é parte do redirecionamento da crítica social que ocorria ao redor do mundo a partir dos anos 1960.

Destacamos que não é possível comparar o contexto das teorias pós-estruturalistas da França com o dos movimentos sociais e culturais do Brasil para pensar a questão da institucionalização, pois existem diferenças substanciais e complexas que merecem atenção. Com as discussões que levantamos nesta pesquisa, identificamos que enquanto a estruturalidade da estrutura de países como a França estava centrada na linguagem e no sentido da linguagem propriamente ditos, questionando a institucionalização dos movimentos sociais e culturais do país – vide Maio de 1968 – o Brasil passava por um momento de repor o peso das instituições para a garantia de direitos sociais. Esse é um desafio da geração que vivenciou o AI-5 frente ao dilema constituído pelas sociedades na periferia do capitalismo. No capítulo seguinte, veremos este aspecto através das questões da vida social das mulheres face à ditadura e do feminino que circunscreveu a literatura de Ana Cristina Cesar.

Em suma, o que ressaltamos é que, por meio do redirecionamento teórico das perspectivas sobre os processos sociais e do questionamento das relações de poder nas estruturas de pensamento e nas interpretações sobre a realidade, a participação de Ana C. nas disputas intelectuais e culturais, especialmente no que concerne ao conceito e papel da literatura em relação à sociedade durante os anos 1970, *movimentou* as concepções estáticas e tradicionais de linguagem, política e poder para a compreensão do Brasil e da ditadura por outros fins. Afinal, o exercício de deslocamento proposto pela teoria de Derrida (1995), especialmente com o conceito de *entre-lugar*, denuncia as lacunas que existiam nas definições estáticas sobre política, teoria e história e reivindica o reconhecimento dos elementos à margem das transformações sociais. E como ressaltam Botelho e Hoelz (2016, p. 33), a produção cultural tem capacidade de organizar e modificar a realidade.

⁶⁰ O autor irá dizer que Chacal e Cacaso, em contrapartida, procuraram desenvolver uma poesia de fácil assimilação, “rejeitando a biblioteca” (Lima, 2010).

Capítulo III – Literatura e Mulher: o público e o privado da ditadura

Ver um país no escuro, pelas bordas, de baixo, que lugar resta ao indefinido, ao sentimento, ao desejo, ao gozo? Essas experiências são iguais para todos? Ana Cristina Cesar foi uma das cinco mulheres publicadas na antologia *26 poetas hoje* (Hollanda, 2021) – entre elas, Zulmira Ribeiro Tavares, Isabel Câmara, Vera Pedrosa e Leila Miccolis⁶¹ – e a única mulher reconhecida pelo grande público como integrante do movimento de literatura marginal, um grupo majoritariamente composto por homens. Estes fatos demandam que as questões gerais da geração AI-5 sejam diferenciadas das questões próprias de Ana C. nesta pesquisa, pois o próprio movimento cultural incita a reflexão sobre os elementos ausentes dos discursos sobre a realidade social. Iniciamos esta reflexão com o trecho do poema de Zulmira Ribeiro Tavares, publicado na antologia *26 poetas hoje*, intitulado “Um Estado Muito Interessante” e que nos leva ao peso de vivenciar os anos de chumbo:

[...]

Conheço o meu país

mas não o conheço de dentro.

Também não o conheço de fora.

Conheço-o de lado.

Quer dizer que o conheço
sem relevo.

Muito curioso esse país rasante
como um vôo rasteiro.

Meu país bicho-de-concha
para dentro de sua casca
sem contorno.

Muito curioso esse país no escuro
sem local exato de pouso
para os dedos.

Muito curioso esse país de cheiros
sem apoio.

⁶¹ Embora a antologia seja feita de escritores majoritariamente cariocas, como é o caso de Vera Pedrosa, Zulmira Ribeiro Tavares é de São Paulo e Isabel Câmara, de Minas Gerais. Não participaram das reuniões e circulação de ideias do movimento de literatura marginal do qual nos atentamos, que é o do Rio de Janeiro. Leila Miccolis, apesar de ser do Rio de Janeiro, apresenta uma poesia ainda mais singular frente aos outros escritores, se destacando principalmente por sua poesia declaradamente feminista. A escritora cursou Direito na UFRJ e ocupou outros espaços durante os anos 1970.

Muito curioso
e muito interessante.

O termo é este.

Um país interessante
é como uma mulher em estado interessante?

Uma mulher em estado interessante
sempre acaba
em trabalho de parto?

[Zulmira Ribeiro Tavares, *26 poetas hoje*]

O poema tanto exprime as consequências do autoritarismo para os sentidos humanos e para a produção de pensamento “no escuro”, como abre margem para pensarmos criticamente a relação entre mulheres e sociedade nesse período – afinal, este segundo tópico nos apresenta outros dilemas, conflitos e formas das consequências da ditadura civil-militar para a realidade social. Desenvolvemos este capítulo a partir do conceito de gênero como categoria analítica (Scott, 1999) que nos apresenta as violências e desigualdades da ditadura para além das “grandes” e “gerais” questões. Afinal, a própria dinâmica da produção de pensamento leva-nos, ao longo dos processos históricos, para as desigualdades, pois “o universalismo da posição social dos homens acaba se desdobrando no universalismo também de suas ideias” (Castro, Chaguri, 2020, n.p)⁶².

E por que trabalhar o gênero como categoria analítica para analisar a literatura de Ana C. face à ditadura, se ela não se afirmou enquanto feminista e não se alinhou às estratégias políticas dos movimentos sociais dos anos 1970 do Brasil? Como vimos, o deslocamento crítico dos escritores marginais se expressou de diversas formas, sem homogeneidade, mas tendo como característica marcante a apresentação de outro ponto de vista sobre linguagem, política e poder. A escritora esteve no *entre-lugar* até mesmo dentro do movimento de literatura marginal, pois se diferenciou do improvisado e da informalidade dos outros escritores marginais como Cacaso, Chacal e Charles Peixoto e desenvolveu uma postura conscientemente crítica e ensaiada na literatura.

Ainda como resposta à pergunta acima, citamos algumas das características fundamentais de sua literatura marginal e de seu deslocamento crítico: Ana C. elaborou um sujeito enunciativo que se circunscreveu em uma voz autoral feminina e

⁶² Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/pandemia-cientifica-feminista/>. Acesso em: 13 ago. 2023.

em uma forma literária de caráter íntimo-privado. Além do mais, segundo Klien (2018, p. 105), nos dias de hoje sua literatura é tida como referência sobre um novo lugar para a “poesia de mulheres”. Esses pontos, quando analisados conjuntamente do contexto autoritário da ditadura – que silenciou e impôs valores sobre o lugar dos sujeitos e das produções de pensamento na sociedade – nos traz a necessidade de observar, a partir da sociologia, se questões da vida social foram abordadas a partir dessa voz “feminina” na literatura marginal, para além das questões gerais de sua geração.

O caráter íntimo de sua literatura é importante, pois na ordem política e social da ditadura civil-militar a divisão das esferas pública e privada foram reafirmadas pelo regime político e seus grupos apoiadores, contribuindo para o condicionamento do feminino, do privado e do subjetivo à desigualdade social, política, econômica e cultural. Além do mais, o dinamismo rígido dessa ordem social também ocasionou a subordinação dos movimentos sociais à luta por reconhecimento institucional, graças às proibições de direitos e participação social nas diversas instâncias da sociedade pela ditadura. Devido à gravidade do autoritarismo para a realidade social do Brasil, as questões consideradas referentes a esta esfera íntima-privada ou aos assuntos específicos de determinados grupos sociais, como as mulheres, foram negligenciadas pelas organizações políticas e sociais de oposição ao regime.

Neste cenário, a concepção de sua obra *A teus pés* [1982], que reúne os outros volumes que Ana Cristina Cesar publicou em vida, entre 1979 e 1980, nos revela que a relação entre mulher, literatura e sociedade estava sendo pensada pela escritora. Em uma palestra sobre Literatura de Mulheres no Brasil em 1983, após o lançamento do livro, expôs reflexões a respeito das formas literárias que utiliza: “Quem é esse interlocutor? [...] *A teus pés*, pés de quem?” (Cesar, 2016b, p. 295). Isso porque os poemas selecionados nesta obra foram apresentados nas formas de diários, cartas e bilhetes, usualmente considerados gêneros de escrita feminina, íntima e confidencial.

No senso comum, é a escrita das adolescentes em fase de descobertas no amor e no sexo. Todavia, a poeta utiliza esses elementos para desconstruir os ideais de bom comportamento, de elevada e perfeita e para se diferir tanto da concepção política das mulheres conservadoras de direita, quanto para as das mulheres de esquerda – apresentando um outro lugar para a atuação “feminina” a partir de uma poesia que captura o leitor para o *movimento* das possibilidades da literatura e da

ficção. Como ela mesmo diz na palestra, gêneros como os das *cartas* e diários são escritos para mobilizar alguém através do texto, de olho em um interlocutor – mesmo sem a forma de um “alguém”. E, dessa forma, são expressas as coisas engasgadas que precisam ser ditas (Cesar, 2016b, pp. 295-96).

Mas antes de chegarmos às suas particularidades na literatura e à sua participação no debate intelectual, começamos pelos desdobramentos da ditadura civil-militar para as experiências das mulheres na esfera pública do Brasil, da concepção do golpe de Estado até os anos de 1970. O objetivo é localizar a importância dessa literatura íntima e invocativa circulando durante o período do AI-5, período em que os valores conservadores e as desigualdades sociais foram reafirmados nas estruturas sociais.

Mulheres, repentinamente, passaram a ocupar um espaço político de destaque. E isto se tornava evidente num passar de olhos pela mídia da época. Nos mais importantes centros econômicos e políticos do país mulheres ocupam primeira página de noticiário político; promovem atividades em praça pública, com ampla cobertura das estações de rádio; estão presentes em programas de televisão fazendo declarações e lançando manifestos políticos (Simões, 1985, p. 9).

As mulheres foram as primeiras a entrarem em cena no cenário político, tanto para resistirem nas organizações clandestinas e nos meios de expressão contra a ditadura – muitas também dedicadas à busca por presos e mortos políticos –, como para darem corpo à campanha golpista dos militares (Teles, 1999). Neste segundo caso, a decisão de ocupar as praças públicas e as ruas a favor do golpe foi tomada pelas mulheres conservadoras “como consequência da necessidade de defender a família, as tradições, a religião e a pátria contra um ‘iminente golpe comunista’” (Simões, 1985, p. 41), reafirmando a rigidez das estruturas sociais da ditadura, no que diz respeito aos papéis de gênero.

Ao nos apropriar da teoria crítica de Nancy Fraser (1987) para pensar este problema, consideramos que a divisão das esferas pública e privada na vida social moderna determinou lógicas e métodos próprios a cada uma delas, interferindo tanto na participação na política e nas instâncias públicas dos cidadãos, como também no âmbito íntimo-privado. Do ponto de vista da autora, a própria produção da teoria crítica pode questionar ou replicar as racionalizações ideológicas vigentes na dominação ou subordinação das mulheres nessa divisão ideológica das esferas. Para desenvolver seu argumento, apresentou a distinção entre os elementos

pertencentes ao “sistema” e ao “mundo vivido” na produção teórica sobre a racionalização societal dos processos de modernização cultural⁶³ (Fraser, 1987).

A primeira esfera, segundo Nancy Fraser, era compreendida como referente às estruturas institucionais, reguladas por dinheiro e poder, como o Estado e as instâncias da economia, que asseguram a reprodução material por meio do trabalho capitalista e remunerado. Por outro lado, o “mundo vivido” dizia respeito à experiência comum a todos os indivíduos, como as culturas, as línguas, as tradições, compondo as reproduções simbólicas (Fraser, 1987, p. 40) e o trabalho não remunerado.

De acordo com essa versão da divisão público/privado, o econômico, o político e o sistema jurídico das sociedades modernas, nos quais *todos* -ostensivamente- *podem participar igualmente* como agentes econômicos, cidadãos políticos e pessoas jurídicas, é contrastado com a esfera *fechada* e *exclusiva* da intimidade, sexualidade e afeição caracterizando a família nuclear moderna (Benhabib, 1987, pp. 12-13).

Apontando o caráter potencialmente ideológico dessa divisão, Fraser (1987) evidencia que aquilo que de forma naturalizada foi discriminado como trabalho não remunerado das mulheres, limitado à esfera doméstica e íntima-privada – como a manutenção da família, a educação dos filhos e o cuidado com o lar – é *socialmente* distanciado das estruturas de poder, dinheiro e participação política pública e, por isso, essencializado como trabalho de mulheres. Essa divisão evidencia-nos a hierarquização das reproduções materiais e simbólicas na sociedade, no sentido de diferenciar o que será reconhecido economicamente e politicamente, do que não será; de quem será considerado participante integral da vida social, política, econômica e cultural, de quem não será, pois este processo define as ocupações marcadamente femininas e, não raro, sexualizadas dentro dessa organização (Fraser, 1987). A esse respeito, retomamos os versos do poema de Zulmira Ribeiro Tavares, que inicia este capítulo: “Uma mulher em estado interessante sempre acaba em trabalho de parto?”.

Com a divisão normalizada, o processo de diferença entre os gêneros se torna institucionalizado e passa a controlar os espaços e atividades de homens e

⁶³ Sua produção teórica sobre esse tema parte da teoria da modernidade de Jurgen Habermas para pensar criticamente a divisão e as dicotomias institucionais entre esfera pública e privada. Fraser demonstra reconhecer as contribuições do autor, mas intencionou ir além para pensar a subordinação das mulheres na divisão ideológica das esferas. Para mais, recomendamos seu texto “Rethinking the Public Sphere: A contribution to the critique of actually existing democracy”, publicado em *Habermas and the Public Sphere* (1996).

mulheres, resultando em relações de poder e dominação que acentuam os binarismos entre feminino e masculino e reproduzem a injustiça social. Seguindo a argumentação anos depois, Fraser (2007) afirmou que tanto o reconhecimento cultural nas sociedades, quanto a distribuição material são pontos igualmente imprescindíveis para a paridade de participação social nos processos políticos, econômicos e culturais de grupos subalternos.

Além do mais, a teoria de Joan Scott (1999, p. 2) aponta que a subordinação de gênero não fica restrita às ideias. É expressa também pelas instituições, estruturas e outras práticas que constituem as relações sociais. Ao serem estabelecidos significados aos corpos de homens e mulheres de acordo com a subordinação do feminino ao masculino, a diferença sexual é parte da organização social. Por esse ponto de vista, a ditadura civil-militar do Brasil, ao controlar os corpos e a sexualidade no âmbito das políticas públicas, influenciou também as imaginações e o reconhecimento das questões consideradas *de mulheres* a partir das instituições que compuseram a ordem social do regime. A partir da expansão econômica e industrial da modernização conservadora do Estado ditatorial, encontramos elementos concretos que nos evidenciam as necessidades sociais⁶⁴ geradas por essas mudanças negligenciadas pelo Estado de diversas formas.

No que tange à política sexual da ditadura, declaradamente foi baseada na “moral e nos bons costumes” e objetivou controlar a sexualidade. Durante o governo do general Médici (1969-1974) e seu ministro da Justiça Alfredo Buzaid, a institucionalização e normatização da censura às expressões políticas e culturais foi baseada em valores ideológicos que visavam defender a “família brasileira”, a mocidade e a segurança nacional das ameaças subversivas⁶⁵. Durante o regime ditatorial foram realizadas esterilizações em massa nas mulheres de classes subalternas, com substâncias reprovadas por outros países (Teles, 2015).

⁶⁴ Como exemplo, em 1974/1975 foi realizado o Estudo Nacional de Despesas Familiares (ENDEF) que demonstrou que “67,0% da população apresentava um consumo energético inferior às necessidades nutricionais mínimas recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Como consequência, 46,1% dos menores de cinco anos, 24,3% dos adultos e idosos brasileiros do sexo masculino e 26,4% do feminino apresentavam desnutrição energético-protéica” (Vasconcelos, 2005, p. 444). Essa necessidade básica, quando não garantida, afeta que os indivíduos exerçam sua cidadania e participem dos processos sociais, políticos e culturais – ainda mais quando somada às desigualdades raciais e de gênero.

⁶⁵ Como afirmou Setemy (2018), a atuação do ministro Buzaid (1969-1974) demonstrou um zelo pessoal com a defesa da moral e dos bons costumes. Além dos decretos, publicou pelo Departamento de Imprensa Nacional o documento *Em defesa da moral e dos bons costumes*, em 1970.

Segundo Quinalha (2017), todos os regimes políticos e formas de governo dispõem normas e instituições para regular dimensões da vida familiar de seus cidadãos, mas o controle das esferas se processa de acordo com o grau de conservadorismo de determinados regimes:

quanto mais fechado e conservador é o regime político, mais há uma tendência em intensificar modos de controle nos espaços públicos e privados. A partir dessa perspectiva, pode-se afirmar que um indicador fundamental do grau de liberdade, inclusão e democracia de um determinado regime ou governo é a maneira como integra ou não uma agenda de diversidade sexual e de gênero nos discursos oficiais e nas políticas públicas (Quinalha, 2017, p. 20).

Sobre isso, trazemos a atenção para a atuação das mulheres conservadoras no espaço político durante a ditadura, que “se lança na esfera pública a partir da condição de seres privados – foi como ‘mulheres-mães-donas-de-casa’ que aquelas mulheres se apresentaram publicamente” (Simões, 1985, p. 10). Isto é, essa participação afirmou ideologicamente o distanciamento das mulheres aos espaços possíveis de reivindicações próprias e de centros de direções de partidos e organizações institucionalizadas, devido à condição de “ser passivo feminino”. Foram mulheres brancas e de classe média, junto às representações religiosas, que guiaram as maiores mobilizações a favor do golpe, como a Marcha com Deus Pela Família e Liberdade – nome de uma série de manifestações ocorridas entre março e junho de 1964 ao redor do Brasil. No entanto, é expressivo que

a grande massa feminina que, de fato, engrossou essa campanha, se compunha de empregadas domésticas, faveladas e trabalhadoras. Acompanhavam essas lideranças por princípios religiosos e iludidas de que, assim, poderiam salvar o Brasil (Teles, 1999, p. 53)

Com o golpe instaurado, as mulheres foram rejeitadas como participantes integrais dos processos institucionais, utilizadas especialmente para as grandes mobilizações das massas. Deixaram de ser valorizadas nas ações políticas e as instâncias de poder e controle foram exclusivamente compostas por homens, como as equipes de interrogatórios e torturas: “Eles não confiavam na capacidade das mulheres exercerem a violência até às últimas consequências” (Teles, 1999, p. 73).

Até mesmo a inserção no mercado de trabalho, que foi aspecto significativo da intensa modernização, não implicou em emancipação política para as mulheres. A partir do ingresso massivo nas escolas, devido às políticas de alfabetização da ditadura militar, o mercado de trabalho passou a absorver de maneira expressiva

essa mão-de-obra e, em contrapartida, não oferecia os equipamentos sociais necessários para se desvencilhar da dupla jornada de trabalho. Por ser um período de intensa migração no país, devido à urbanização e ao êxodo rural, essas trabalhadoras estavam longe de seus familiares, em cidades grandes, sem estruturas para seus filhos e para dar conta dos cuidados domésticos.

Dócil, submissa, sem reclamar dos salários menores que os de seus colegas homens, a mulher foi exercendo as tarefas mais monótonas e repetitivas. Obediente às novas orientações que exigiam mais destreza e produtividade, ela foi amplamente incorporada aos serviços das empresas (Teles, 1999, p. 57).

No que diz respeito à experiência das mulheres críticas ao regime durante os anos de chumbo, a desigualdade também era expressa por meio da subestimação intelectual e/ou física. As que compuseram a guerrilha eram, em sua maioria, de classes sociais abastadas e incluídas nos meios intelectualizados e ficavam, usualmente, restritas às tarefas de observação, levantamento de informações e preparação de apoio logístico, ao passo que suas questões eram tidas como enfraquecimento e distração para o modelo masculino de guerra que era idealizado (Teles, 1999, p. 71-72). De acordo com Cynthia Andersen Sarti (2004), isso contribuiu para que temas como aborto, contraceptivos e sexualidade ficassem restritos à esfera privada, inclusive nos movimentos de esquerda, como tentativa de evitar desacordos políticos com outros grupos, como os católicos críticos à ditadura que cooperaram com as organizações de esquerda.

As desigualdades de gênero, racial, política e econômica foram acentuadas e os movimentos sociais, condicionados a esse dinamismo, passaram a direcionar suas forças à busca pela representação nas instâncias públicas e institucionais do Brasil. Heilborn e Sorj (1999 apud Sorj, 2020) afirma que as reivindicações dos feminismos, nesse período, voltaram-se para o âmbito do Estado, do terceiro setor e da academia. Enquanto isso, as ativistas pertencentes aos segmentos subalternos da sociedade estavam mais envolvidas na luta pelos direitos básicos das suas comunidades e famílias, segundo Bezerra (2007, p. 23-8) e, conseqüentemente, os aspectos considerados estruturais e da esfera pública eram priorizados em detrimento das relações e questões íntimas e cotidianas.

Sarti (2004), ao escrever sobre o surgimento do feminismo na cena política da década de 1970 do Brasil, pontuou que havia uma conotação pejorativa na autodeclaração feminista no início do movimento de mulheres. A concepção de

feminino estava sendo debatida ou para negá-la, ou para afirmá-la. Esses movimentos sociais preferiam, em sua maioria, ser reconhecidos como movimento de mulheres. Sobre o feminismo, a autora diz:

Para a direita era um movimento imoral, portanto perigoso. Para a esquerda, reformismo burguês, e para muitos homens e mulheres, independente de sua ideologia, feminismo tinha uma conotação antifeminina” (Sarti, 2004, p. 40).

Segundo Maria Lygia Quartim de Moraes (2010), “a mulher que extrapolou o universo doméstico e feminino para ‘agir como homem’ recebe uma estigmatização adicional por desafiar o ‘código de gênero de sua época’ (...) (Moraes, 2012, p. 111)”. A autora expõe que nas invasões do CRUSP (Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo), as consequências de carregar anticoncepcional na bolsa e ser encontrada pela revista dos militares constituía o mesmo status de prova incriminatória que bombas molotov (Moraes, 2012, p. 110). A própria tortura, ação recorrente do poder autoritário da ditadura, direcionou violências específicas ao gênero feminino, em que “a violência sexual esteve sempre presente na nudez durante os interrogatórios, nos choques elétricos na barriga e nos seios e no que cada um dos torturadores achava de ‘melhor’ ou ‘pior’ no meu corpo”, como relata Criméia Almeida, ex-guerrilheira da região do Araguaia, presa quando estava grávida de sete meses (Teles, 1999, p. 72).

Foi na circulação internacional das mulheres em exílio que os movimentos sociais feministas experimentaram outras formas do fazer político, considerando o cotidiano e as questões subjetivas enquanto aspectos politizados da vida:

Uma das portas de entrada para o ativismo feminista foi a participação nos chamados “grupos de reflexão” (*women’s consciousness raising groups*), práticas originárias do feminismo radical norte-americano. Eram encontros com poucas participantes para trocar experiências e vivências de sexualidade, aborto, orgasmo, etc., que era discutido a partir das experiências pessoais. As inadequações e o desconforto que cada uma sentia privadamente ganhavam uma dimensão coletiva, criando vínculos de solidariedade. As narrativas pessoais agiam como um dispositivo para se chegar às estruturas mais amplas e às circunstâncias históricas de desigualdades entre homens e mulheres (Sorj, 2020, p. 22).

É importante destacar que, para as mulheres, o controle e a divisão sexual das esferas pública e privada é um processo antigo da história da modernização ocidental, sendo habituais as ausências e limitações no desenvolvimento de representações públicas e de arquivos de memórias, segundo Michelle Perrot (2005)

– não restritos à ditadura, no caso do Brasil. Ana Cristina Cesar falou sobre essa condição da *escrita de mulher* no curso Literatura de Mulheres no Brasil: “Mulher, na história, começa a escrever por aí, dentro do âmbito particular, do familiar, do estritamente íntimo. Mulher não vai logo escrever para o jornal” (Cesar, 2016b, p. 299).

A divisão ideológica entre o que constitui a esfera pública e a privada na organização das sociedades tornou a mulher historicamente condicionada aos arquivos privados, como os livros e anotações da casa em que mantém os anais da família, as correspondências familiares e os diários íntimos. De acordo com Michelle Perrot (2005, p. 35), estas são escritas que possibilitam um controle do outro sobre os sentimentos e imaginações e, além do mais, são atividades apartadas do mundo público e das grandes questões da sociedade, pois pertencem ao lar, ao sótão, à família e aos poucos correspondentes. No entanto, como afirmou Kátia da Costa Bezerra (2000, p. 264), a partir dos anos 1970 a escrita feita por mulheres no Brasil passou a ser “marcada por um mecanismo de descentramento, procura colocar em evidência o que permanecia nas margens, propiciando a emergência de modos alternativos e diferenciados de se ver e ler o mundo”, destacando, a esse respeito, a literatura de Leila Míccolis, também publicada na antologia *26 poetas hoje*.

No poema abaixo, Miccolis desenvolveu uma perspectiva provocativa sobre a relação amorosa e os planos de constituir família sendo atravessados pela violência ditatorial. Sua literatura apresentou o caráter conflitivo e irônico sobre o papel tradicional do gênero feminino na sociedade brasileira face à ditadura:

Pena de morte

Eram bastante bons
aqueles tempos de ódio,
em que planejavamos nossos assassinatos,
pelo simples prazer de nos vingarmos:
eu te via com os dedos na tomada,
tu me vias sufocada pelo gás.
Tempos em que sorrias ao atravessar a rua,
e eu achava graça em ser atropelada;
tempos em que queríamos fazer um filho
para espancarmos juntos,
nos dias de ócio,
em que eu te servia de escarradeira,
em vez de cozinheira e passadeira.
Depois veio o amor,
que é como um lenço em que se assoa,
ou mãe que chicoteia e nos perdoa.

Hoje afago-te as corcovas
e lustro-te as botas novas.

[Leila Mícolis, *26 poetas hoje*].

Em suma, o controle do âmbito institucional pelo governo ditatorial e a repressão da política sexual e moral evidenciam-nos que o fator histórico da subordinação das mulheres, junto da necessidade de se opor aos mecanismos autoritários da ditadura, dificultaram o desenvolvimento de novas reflexões sobre si mesmas e o mundo para além das necessidades da conjuntura. Ao nosso ver, isso contribuiu para uma concepção restrita da prática política vinda dos movimentos sociais. A discussão levantada neste capítulo aponta que a questão da institucionalização foi travada pela necessidade de repor os direitos sociais da sociedade brasileira, levando os movimentos sociais e culturais a incorporarem em suas reivindicações a apropriação das instâncias estruturais da sociedade. Além do mais, destaca que a diferença sexual e de gênero foi institucionalizada na organização social, a partir da divisão das esferas pública e privada, como argumentou Fraser (1987) sobre o caráter ideológico presente nos processos de modernização cultural.

Para tanto, a literatura de Ana Cristina Cesar, em sua forma literária de caráter íntimo-privado, simbolicamente provoca a divisão rígida entre as esferas ao apresentar indefinições sobre o feminino e a exposição da intimidade de forma elíptica frente à ordem social da ditadura civil-militar e aos conflitos travados pelos movimentos sociais de oposição ao regime ditatorial.

encontro de assombrar na catedral

Frente a frente, derramando enfim todas as palavras, dizemos, com os olhos, do silêncio que não é mudez.
E não toma medo desta alta compadecida passional, desta crueldade intensa que te toma as duas mãos.

[Ana Cristina Cesar, *A teus pés*, 1982]

Um traço significativo da literatura marginal de Ana Cristina Cesar é a liberdade de fluir entre a ficção e a realidade, o público e o privado, para tratar do poder velado existente no cotidiano. É o que observamos no poema acima: um encontro na catedral, um silêncio que não é mudez. Mas provocação à realidade. Veremos mais detalhadamente como a escritora movimentou a ordem das relações políticas e de gênero através de sua voz autoral na literatura.

3.1 “Atrás dos olhos das meninas sérias”⁶⁶: Ana Cristina Cesar e o entre-lugar

Não volto às letras, que doem como uma catástrofe.
Não escrevo mais. Não milito mais. Estou no meio
da cena, entre quem adoro e quem me adora.

[Ana Cristina Cesar, *Cenas de abril*, 1979]⁶⁷.

Por meio da discussão dos capítulos anteriores, introduzimos as formas como Ana Cristina Cesar compreendia a relação entre literatura e sociedade durante sua formação na PUC do Rio de Janeiro nos anos 1970, face às mudanças sociais da ditadura civil-militar. Apesar da proximidade com a geração mimeógrafo, é unânime entre a crítica identificar sua autonomia literária em relação aos outros escritores. A poeta nos expõe uma produção conscientemente paradoxal, pois ao mesmo tempo que se apropriou da técnica e das discussões comuns aos marginais – como a expressividade composta pelo texto breve, com tiradas humorísticas e atento ao detalhe cotidiano (Süssekind, 1985, p. 36) – as utilizou de maneira particular e sóbria.

Após se frustrar com as discussões do curso de Sociologia da Literatura quando foi para a Universidade de Essex e escolheu teoria e prática de tradução literária, passou a traduzir selecionando cuidadosamente seus interlocutores, como Emily Dickinson, Sylvia Plath e Katherine Mansfield. Süssekind (1995, p. 48) afirma que Ana C. traduzia observando mais de perto os traços estilísticos para o aprimoramento de seu método poético. “Em alguns casos, tratava-se de traduzir para observar mais de perto este ou aquele traço estilístico, esquema rítmico ou imagem recorrente” (Süssekind, 1995, p. 48-49).

Em 1979, traduziu o conto *Bliss*, de Katherine Mansfield, conhecida por sua literatura de reticências e fluxos de pensamentos, como parte de seu mestrado na Inglaterra. Nele, Cesar ficou conhecida por evidenciar *a mulher* na linguagem, empregando o verbo no singular feminino, tal qual fazem tradutoras feministas (Santos, 2020, p. 48)⁶⁸. Embora não tenhamos objetivado investigar seu trabalho

⁶⁶ Título do poema de *A teus pés*: “Mas poderei dizer-vos que elas ousam? Ou vão, por injunções muito mais sérias, lustrar pecados que jamais repousam?” (Cesar, 2016a, p. 26).

⁶⁷ Trecho do poema “meia noite. 16 de julho”, [1979].

⁶⁸ Traduziu também outras escritoras ao longo de sua vida, como Emily Dickinson e Sylvia Plath. Para conhecer mais de seu processo de tradução, recomendamos *Crítica e tradução* (2016),

como tradutora, fica evidente os incessantes e sóbrios aprofundamentos na sua própria escrita, seja por meio da técnica da tradução ou das discussões teóricas das quais se apropriou ao longo de sua formação. A escrita de Ana Cristina Cesar se precipita num *voo vertiginoso entre o conhecimento e a invenção* – palavras emprestadas de Cixous (2022, 79) sobre a escrita de mulheres.

É importante ressaltar que não afirmamos Ana Cristina Cesar como feminista, pois a escritora não se identificava com a atuação dos movimentos de mulheres do contexto político e cultural dos anos de chumbo. Porém, sua literatura é reconhecida atualmente como “solo da poética das principais poetisas contemporâneas do país: Alice Sant’Anna, Marília Garcia, Ana Martins Marques, Bruna Beber, Angélica Freitas e Annita Costa Malufe” (Klien, 2018, p. 105). E isso se deu não pelo caráter representativo da escritora às pautas dos movimentos feministas, mas por trazer “[...] para a cena literária brasileira, a visibilidade da poesia feita por mulheres em busca de dicção própria e liberdade de expressão” (Klien, 2018, p.106).

O incômodo com a polarização política e cultural da década de 1970 é um ponto significativo na produção intelectual de Ana Cristina Cesar, por exemplo na proposta do jornal *O beijo* escrito por ela, em que diz: “a imprensa tem o monopólio velado de dizer que temas valem ou não. Vamos fazer isso sem velar” (apud Di Leone, 2016, pp. 574-575). No ensaio “Literatura e mulher: essa palavra de luxo” [1979], o incômodo se torna evidente agora pelas lentes das discussões de gênero. Ao analisar os livros e a recepção de Cecília Meireles e Henriqueta Lisboa, discute criticamente o que seria “poesia feminina” e o lugar da mulher na literatura.

“Não haveria por trás dessa concepção fluídica de poesia um sintomático calar de temas de mulher, ou de uma possível poesia moderna de mulher, violenta, briguenta, cafona, onipotente, sei lá?” (Cesar, 2016b, p. 258). Compreendemos que não se trata de uma crítica de Ana C. às escritoras, afinal, elas travaram importantes lutas para a representação das mulheres na literatura entre os anos 1940-1950. O que Ana C. evidencia é a forma como são recebidas estas literaturas pela sociedade, limitando-as às definições tradicionais de gênero e interferindo em outras criações literárias feitas por mulheres.

A escritora, ao refletir sobre a interpretação socialmente construída do feminino na literatura, demonstra identificar que 1) por um lado, há o

especialmente o capítulo “Escritos da Inglaterra”, organizado por Armando Freitas Filho, que dispõe seus trabalhos especialmente quando cursou Tradução na Universidade de Essex, Inglaterra.

enclausuramento do feminino aos valores tradicionais e conservadores, ligando-o ao cuidado, ao sentimental, sensível e etéreo e 2) por outro, ao buscar uma superação da ordem política vigente, não o inclui como ponto relevante, considerando uma pedra no sapato da revolução, uma distração às grandes questões. Nos parece que um de seus grandes pontos de reflexão enquanto escritora e intelectual está em torno de: como produzir outra perspectiva para tratar das lacunas de seu tempo? É o que vemos em “Literatura e mulher” [1979]:

A crítica constituída se divide em relação às poetisas: uns veem na delicadeza e na nobreza de sua poesia algo de feminino; outros silenciam qualquer referência ao fato de que se trata de mulheres, como se falar nisso fosse irrelevante ante a realidade maior da Poesia. Seria possível superar essas atitudes críticas? (Cesar, 2016b, p. 260).

Segundo Clovis Carvalho Britto (2012, p. 131), embora não fosse a única mulher presente nas reuniões dos artistas marginais cariocas, Ana C. era a única mulher escritora, havendo, na organização dos encontros, certa separação entre os gêneros feminino e masculino. Entre as artistas presentes citadas, estavam a cineasta Sandra Werneck, a fotógrafa Rita Carneiro e a cantora Olívia Byington. As reuniões aconteciam na fazenda de Luis Olavo Fontes – popular entre os estudantes de letras e de comunicação da PUC – onde poetas se reuniam para discutir e produzir literatura nos anos 1970.

Ainda que as discussões sobre sexualidade e gênero estivessem em alta, devido às transformações globais dos anos 1960 e 1970, como discutido anteriormente, “as mulheres foram assunto censurado e proibido pela ditadura” (Teles, 2015, p. 116). Em 1967, a *Revista Realidade* n. 10 foi vetada pelos mecanismos de censura do governo por expor o resultado de uma pesquisa sobre o que mulheres brasileiras pensavam sobre maternidade, casamento e sexualidade (Teles, 2015). Tanto os movimentos de direita quanto os de esquerda, apesar de suas acentuadas diferenças e circunstâncias, impunham marginalidade aos assuntos considerados femininos, e ressaltamos dentre eles o desejo e a sexualidade, aspectos trabalhados na literatura de Ana Cristina Cesar.

Na obra de Moriconi (1996) ficou evidente que sempre esteve presente em seu percurso intelectual e literário a chave religiosa-familiar – nos parecendo ser um aspecto marcante para a busca por autonomia em relação à sua atuação na poesia e no mundo intelectual, embora nunca tenha falado sobre isso de forma clara. Desde

a infância, “uma de suas fontes era a poesia religiosa lida e cantada nas igrejas que frequentava com a família” (Moriconi, 1996, p. 75):

Apossar-se do livro, transformar-se no livro que desviava a atenção do seu pai. *Livro* foi uma das primeiras palavras pronunciadas por Ana bebê. Logo, ela compreendeu que junto com o livro vinha o jornal, outro obstáculo a transpor, outro objeto a conquistar e dominar. O jornal, de cujas páginas incandescentes seu pai, sua mãe e os jovens pastores progressistas que vinham visitar a família em jantares animados, tiravam alimento para discussões acaloradas, sobre política, sobre o mundo (Moriconi, 1996, p. 79).

De acordo com o autor, *desbunde* carregava dois significados a depender do contexto: para o imaginário da resistência política, no vocabulário político-militante, significava cuidar da própria vida, ser individualista, egoísta e pequeno-burguês. Já no imaginário da geração AI-5, era rebeldia, subversão de negar a racionalidade e a produtividade da sociedade capitalista industrial daquele período e buscar uma revolução do comportamento, normalmente vinculada ao uso das drogas e às experiências sexuais (Moriconi, 1996).

Embora seja possível encontrar um olhar crítico da autora aos ideais da ordem vigente daquele período, em algum nível próximo da crítica dos movimentos sociais de esquerda, seu *desbunde* se apresentou na trajetória intelectual e poética de Ana Cristina Cesar a partir da sobriedade de travar lutas particulares no campo literário e intelectual. Isto é, nas nuances das concepções acima, buscou desconstruir as predestinações de sua identidade pessoal por meio da liberdade poética, e não pelo engajamento político tradicional, ou pelo aprofundamento explícito das drogas e sexualidade nas relações de sua vida real – embora a construção de sua literatura não deixe clara essa divisão entre biográfico e ficcional. Como afirmou Vera Queiroz (2002, p. 66), uma das principais questões que se levanta na literatura de Ana C. diz respeito à estetização da vida, ou seja, transformar a vida na obra que se quer e que consegue construir.

A busca por uma autonomia em seu percurso familiar e profissional é questão latente em sua prática literária e consideramos ter influência tanto da dimensão da esfera político-religiosa em sua vida, devido à atuação de seus pais no setor ecumênico, quanto pelo fato de ter tido a juventude atravessada pelas ações e valores conservadores e autoritários da ditadura civil-militar – em ambas, sua autonomia de mulher intelectual foi impactada. O que nos levou a sugerir que estas eram tensões presentes em sua vida, foi a fala em entrevista concedida a Carlos

Alberto Messeder Pereira, quando assume sua tentativa de “abandonar a ideia de escritora, livrar-se do que ela naquele momento julgava ser sua face herdada, o estigma de princesa bem-comportada, alguém ‘marcada para escrever” (Moriconi, 1996, p. 29-30). Por isso, consideramos que a indefinição de sua literatura, circunscrita em uma voz assumidamente “feminina”, é parte da *desconstrução* de sua própria identidade.

Seguindo o percurso de Ana C. frente às mudanças sociais dos anos 1970, se alguma forma de autonomia fosse possível de ser desenvolvida naquele período, ela se daria de forma alternativa às instâncias institucionalizadas da ditadura no que tange às esferas econômica, política, social e cultural, devido à condição autoritária e de controle da indústria cultural. Nesse sentido, o método de impressão e circulação da literatura marginal parece ser instrumentalizado para a sua busca pela desconstrução na literatura. Afinal, era feito através do mimeógrafo e da venda do(a) próprio(a) escritor nas ruas em contato com o leitor, participando de todo o processo, da idealização à venda, e Ana C. o aderiu até o ano de 1982, quando publicou o *A teus pés* pela editora Brasiliense.

“Numa espécie de tensão constante entre poesia-da-experiência e auto-reflexão, entre dicção aparentemente ‘muito pessoal’ e postura quase sempre ‘em guarda” (Süssekind, 1995, p. 10), Ana Cristina transformou seu empenho pessoal em projeto político, isto é, engajando-se na escrita e na tradução enquanto lutas específicas de seu campo de atuação existencial e profissional. Ainda que não se identificasse com as práticas políticas das mulheres organizadas contra a ditadura, “se desengaja na militância ortodoxa para engajar-se numa política de linguagem antiautoritária” (Moriconi, 1996, p. 50). Citamos o balanço feito por Ana C. sobre “a nova poesia” de seu tempo, no ensaio “Nove bocas de uma musa”, publicado no *Opinião*, em 1976:

A nova poesia se equilibra na consciência deste paradoxo, entre a possibilidade que conquistou e a impossibilidade real e vivida. [...] A nova poesia sente-se presa e assustada. A nova poesia está à solta, e pode assustar [...]” (Cesar, 2016b, p. 191) .

Süssekind (1995) argumenta que essa tensão não diz respeito à linguagem, propriamente, mas à impossibilidade de realização de projetos pela perseguição política e moral da censura. Ainda que ao primeiro momento Ana Cristina Cesar mostre uma espécie de revolução particular, indivíduo-centrada, lembrando-nos o primeiro tom do conceito de *desbunde* apontado acima por Italo Moriconi (1996), seu

percurso e comportamento nos evidencia a percepção da *geração AI-5* sobre os dilemas e conflitos das mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais da década de 1970, resultando na busca por centralizar novas narrativas na produção cultural e intelectual.

Cartas, diários e bilhetes são, usualmente, formas íntimas de comunicação – e gêneros apropriados para a poética de Ana Cristina Cesar, apresentando a intimidade enquanto um dos aspectos centrais dessa literatura. Como dissemos anteriormente, toda a esfera da vida doméstica e cotidiana – relações amorosas, de amizade e familiares – foi afetada pelas ações autoritárias da ditadura, devido ao controle da esfera pública pelo Estado. Ao tornar as contradições e os conflitos da intimidade “feminina” em obra circulada, Ana C. movimenta as lacunas e os silêncios da ordem política e cultural dos anos 1970, abordando os assuntos que estavam sendo recalcados pelo conservadorismo da ditadura e pelas organizações de esquerda, devido às lutas na esfera política. Como escreveu na resenha crítica “nove bocas da musa” [1976], “tudo pode ser dito no poema, mas na realidade nem tudo pode ser dito” (Cesar, 2016b, p. 190).

Expomos a seguir dois poemas que permite-nos nos aprofundar nessas características apontadas por nós, todos de *Cenas de abril* [1979]:

I

“nestas circunstâncias o beija-flor vem sempre aos milhares”

Este é o quarto Augusto. Avisou que vinha. Lavei os sovacos e os pezinhos. Preparei o chá. Caso ele me cheirasse... Ai que enjôo me dá o açúcar do desejo.

II

Anônimo

Sou linda; gostosa; quando no cinema você roça o ombro em mim aquece, escorre, já não sei mais quem desejo, que me assa viva, comendo coalhada ou atenta ao buço deles, que ternura inspira aquele gordo aqui, aquele outro ali, no cinema é escuro e a tela não importa, só o lado, o quente lateral, o mínimo pavio. A portadora deste sabe onde me encontro até de olhos fechados; falo pouco; encontre; esquina de Concentração com Difusão, lado esquerdo de quem vem, jornal na mão, discreta.

[Ana Cristina Cesar, *Cenas de abril*, 1979]

Costurando-o aos desdobramentos teóricos que circulavam entre os escritores marginais, o método literário de Ana não parece querer desafiar as forças do Estado, diretamente, mas atingir um(a) leitor(a) ao pé do ouvido, dramatizando as contradições da realidade por meio do que Sússekind (1985) chamou de “sedução voyeurística”. Este aspecto se torna mais evidente no próximo poema:

simulacro de uma solidão

30 de agosto

Hoje roí cinco unhas até o sabugo e encontrei no cinema, vendo Charles Chaplin e rindo às gargalhadas, de chinelos de couro, um menino claro. Usei a toalha alheia e fui ao ginecologista.

9 de setembro

Tornei a aparar os cachos. Lúcifer insiste em se dar mal comigo; não sei mais como manter a boa aparência. Minha amiguinha me devolveu a luva. Já recebi o montante.

28 de agosto

Dia de festa e temporal. Aniversário da Tatiana. Abrimos os armários de par em par. Não sei por que mas sempre que se comemora alguma coisa titio fica tão apoplético. Acho que secretamente ele quer que eu... (Não devia estar escrevendo isto aqui. Podem apanhar o caderno e descobrir tudo.)

5 de agosto

Ainda não consegui fazer filosofia, versos, ou colar retratos aqui.

30 de janeiro

Que nostalgia no ar, meu Deus! Hoje fui à casa da Ana levar um presentinho. Às vezes tenho a impressão de que esses presentinhos constantes são um embaraço. Eu se fosse dona da casa não permitiria certas coisas. Me dá um ennui, eu fico enjoada de ver tanta ignorância. Como as pessoas se ignoram! Depois de todos esses meses Sérgio resolveu dar o ar de sua graça.

8 de julho

Nós estamos em plena decadência. Eu e você estamos em plena decadência. A nossa relação está em plena decadência. Quando duas pessoas chegam a se dizer isso tranquilamente, é sinal de terra à vista. Nem tudo é um naufrágio na vida. Mas um dia eu ainda me afogo no álcool.

30 de novembro

Rita marcou hora comigo e não apareceu. Há muito tempo que eu não me sinto tão deprimida. Acho que vou ligar para a

9 de agosto

Primeira fotografia que deve entrar para o álbum: um entardecer primaveril no Parque da Cidade. Preciso comprar cola. Soube de fofocas em relação ao beijo de ontem. Como a Tatiana está obcecada com as suas fantasias! Eu também começo a me sentir envolvida. Queria voltar ao atelier, leiloar tudo se necessário. Mas sentir as mãos livres, os passos soltos! Minha vida chega a um impasse.

10 de agosto

Estou lendo um manual de alemão prático. Tenho ido à praia. Vi o Joel de manhã, com a mulher dele.

8 de julho

Recomecei a ginástica. Hoje quase me matei antes do almoço. Fez um dia quente para a estação. Amanhã começo o estudo com os gêmeos. Apesar de tudo eu tenho restrições. Mas o que se há de fazer?

[Ana Cristina Cesar, *26 poetas hoje*]

Como bem argumenta Alice Sant’Anna (2016, p. 12) no Prefácio de *Crítica e Tradução*, “a poeta, ao interpelar o leitor, ao se dirigir a um interlocutor anônimo, quer mobilizá-lo, segurá-lo pela gola”. Apresentando imagens densas e situações complexas de uma vida que é arte, ou de uma arte que é vida – essa distinção não é apresentada ao leitor em momento algum –, a leitura torna-se elíptica e recheada de referências fragmentadas que coloca quem lê em movimento, mesmo quando o deixa em suspenso, pois esse movimento tem o sentido de olhar por outro ponto de vista a realidade, e não paralisá-lo. No poema a seguir, o eu-lírico, por meio de confissões, continua a incluir os leitores nessa intimidade ficcional:

Arpejos

1

Acordei com coceira no hímen. No bidê com espelhinho examinei o local. Não surpreendi indícios de moléstia. Meus olhos leigos na certa não percebem que um rouge a mais tem significado a mais. Passei pomada branca até que a pele (rugosa e murcha) ficasse brilhante. Com essa murcharam igualmente meus projetos de ir de bicicleta à ponta do Arpoador. O selim poderia reavivar a irritação. Em vez decidi me dedicar à leitura.

2

Ontem na recepção virei inadvertidamente a cabeça contra o beijo de saudação de Antônia. Senti na nuca o bafo seco do susto. Não havia como desfazer o engano. Sorrimos o resto da noite. Falo o tempo todo em mim. Não deixo Antônia abrir sua boca de lagarta beijando para sempre o ar. Na saída nos beijamos de acordo, dos dois lados. Aguardo crise aguda de remorsos.

3

A crise parece controlada. Passo o dia a recordar o gesto involuntário. Represento a cena ao espelho. Viro o rosto à minha própria imagem sequiosa. Depois me volto, procuro nos olhos dela sinais de decepção. Mas Antônia continuaria inexorável. Saio depois de tantos ensaios. O movimento das rodas me desanuviava os tendões duros. Os navios me iluminam. Pedalo de maneira insensata.

[Ana Cristina Cesar, *Cenas de abril*, 1979].

Além de seus poemas de *Cenas de abril* [1979] e o de *A teus pé* [1982], *Correspondência completa*, de 1979, já foi apresentada por nós como a obra que Ana Cristina Cesar e Heloísa Buarque de Hollanda propuseram o máximo dessa brincadeira de enganos literários: uma correspondência desconstruída, em que os segredos são expressos por uma ficção que descentraliza a lógica usual da intimidade. O(a) leitor(a) deve entrar no jogo da autoria feminina que o(a) escreve, aceitando a ausência de explicações sobre os acontecimentos dessa literatura:

Penso pouco no Thomas. Passou o frio dos primeiros dias. Depois, desgosto: dele, do pau dele, da política dele, do violão dele. Mas não tenho mexido no assunto. Entrei de férias. Tenho medo que o balanço acabe. O Thomas de hoje é muito mais velho do que eu, não liga mais, estuda, milita e [faz] amor na sua Martinica de longos peitos e dentes perfilados, tanta perfeição (Cesar, 2016a, p. 93).

A partir da construção de um lugar próprio na literatura, por meio de sua individualização, lidamos com as questões ordinárias da juventude crítica ao governo ditatorial, e que foram tomadas das organizações de esquerda por estas estarem presas aos dinamismos conjunturais do AI-5 e do autoritarismo. Diferentemente de propor uma leitura em que a poesia de Ana Cristina Cesar é antagônica aos movimentos sociais dos anos 1970, buscamos, a partir dos próprios desafios das mulheres organizadas politicamente, compreender a literatura da poeta marginal. Entrar de férias, perder o tesão em Thomas, o militante sem graça, e em seguida expor desejos controversos que desafiam as certezas sobre o que constitui a liberdade feminina: “Atraída pelo português de camiseta que atendeu no Departamento Financeiro. Era jacaré e tinha bigode de pontas. Ralhei com tesão que me deu uma dor puxada” (Cesar, 2016a, p. 94). Ana C., em intenso trânsito de

pensamentos, fala abertamente sobre desejo, sexualidade e contradições do corpo em um período marcado pela ideologia conservadora e pela censura. Podemos afirmar que Ana Cristina Cesar multiplica os significados do feminino na literatura e na realidade social da ditadura.

Ontem fizemos um programa, os três. Nessas ocasiões o ciúme fica saliente, rebola e diz gracinhas que nem eu mesma posso adiantar. Ninguém sabe mas ele tem levezas de um feto. É maternal, põe fraldas, enquanto o trio desanca seus caprichos. Resulta um show da uva, brilhante microfone do ciúme! Há sempre uma sombra em meu sorriso (Roberto). A melancólica sou eu, insisto, embora você desaprove sempre, sempre. Aproveito para pedir *outra* opinião (Cesar, 2016a, p. 94).

O movimento da escritora de não ter posição marcada, sempre fugindo dos esquadros, nos leva à teoria da desconstrução de Derrida (2001), pois para ele a possibilidade de ação nas estruturas da sociedade não se desenvolve através do apagamento ou da superação das formas e lógicas estabelecidas na linguagem e na produção de pensamento – embora reconheça a divisão hierárquica do poder dominante – mas sim na produção, movimento e inversão de novas configurações para a realidade. É por meio do reconhecimento do jogo que há na estruturalidade da estrutura. Como diz o autor,

não podemos enunciar nenhuma proposição destruidora que não se tenha já visto obrigada a escorregar para a forma, para a lógica e para as postulações implícitas daquilo mesmo que gostaria de contestar (Derrida, 1995a, p. 233).

À luz dessa teoria, e com base no que apresenta sobre sua compreensão sobre literatura, Ana C. desenvolve uma espécie de escrita e crítica marginal ao marginal – um entre-lugar. Pois, mesmo que evidenciando características próprias da geração AI-5, se apropriou da dinamicidade conflitante, paradoxal e instável que há nas vivências cotidianas de uma mulher para, assim, afirmar a literatura que não deseja simbolizar a verdade sobre o mundo, mas explorar a distância irrecuperável entre a linguagem e o real. A poética marginal tornou-se um componente criativo importante no processo de mudanças que ocorreu nos anos 1970, embora não tenha encontrado lugar central no feito dessas mudanças. Como Mannheim (2013, p. 6) argumenta, “a dinâmica histórica do pensamento deve ser compreendida como um processo social”.

Em síntese, a escritora apresenta uma literatura que abre margem para os estudos sobre literatura e gênero, deixando em suspenso as discussões tradicionais desse aspecto. Em sua concepção, o(a) escritor(a) deve *intervir* na realidade, diferentemente de *transpô-la* para o literário, como escreve em “quatro posições para ler”, publicado no *Opinião* em 1976. E este(a) escritor(a) interfere, a partir de sua prática, tanto no plano ideológico quanto no plano de trabalho com a linguagem (Cesar, 2016b, p. 179). É dessa maneira que a literatura de Ana Cristina Cesar contribui com um novo lugar na literatura feita por mulheres.

No ensaio “Literatura e mulher: essa palavra de luxo” [1979], deixa-nos evidente um olhar atento sobre o lugar da mulher na literatura:

A dicção e os temas devem ser belos: ovelhas e nuvens. Falando ou de preferência se insinuando sobre o segredo das coisas ocultas. Intimidade, dom mágico, pudor, meios? tons, surdina, véus, nuance. O ocluso, o velado, o inviolado. A tentativa de “apreensão da essência inapreensível” das coisas. A função tradicional da poesia (de mulher?): “elevação” além do real. Tons fumarentos. Nebulosidades. Reflexos crepusculares. Luz mortiça, penumbra. Belezas mansas, doçura (Cesar, 2016b, p. 257).

Como ir além da essencialização do feminino na literatura? É a questão que se coloca em suas reflexões intelectuais e se desdobra no amadurecimento de sua voz autoral. Ainda no ensaio, Ana C. afirma:

[...] o feminino só existe na sexualidade. Em todos os outros aspectos da vida é o social que domina, é o ser construído pela cultura do meio e da época. Todas as vezes, pois, que nos distanciamos da sexualidade pura, será difícil distinguir o feminino do masculino, a não ser por certos detalhes difíceis de serem definidos: — o gosto pela música oposto ao da plástica, uma certa prolixidade oposta à rigidez da forma. Mas mesmo assim ainda estamos no social e podemos encontrar a prova disso em que segundo as épocas ou o pudor ou o exibicionismo serão considerados caracteres da sensibilidade feminina (Cesar, 2016b, p. 260).

Existe algo de epistemológico sobre contar histórias em um tempo, como argumenta Andrea Barrett (apud Anzaldúa, 2015, s/p), pois é o jeito que conhecemos um ao outro, nós mesmo e o mundo. Finalizamos este capítulo apontando que a literatura de Ana Cristina Cesar, por meio da liberdade poética, possibilitou um outro lugar para a poética feminina na sociedade brasileira e, conseqüentemente, uma outra perspectiva para as questões da vida social das mulheres durante os anos de chumbo. Italo Moriconi reforça-nos este aspecto:

A questão do gênero na poesia de Ana não funciona se analisada na pauta dos jogos rígidos das identidades fixas e essencializadas, mas “fora de pauta”, para usar uma expressão dela. Na chave errante do travestismo como modo de vida imaginário associado à mascarada irônica e desconstrutora. A identidade se constrói, se desconstrói e se reconstrói num processo interminável de negociação e conflito entre masculino e feminino. A identidade é texto, espaço de concretização de uma ambivalência que Ana não quer ou não pode “resolver”, “superar”, “curar” (Moriconi, 1996, p. 108).

Em síntese, o percurso pessoal e intelectual de Ana C. face às mudanças sociais da ditadura civil-militar nos permite afirmar *mulher* como categoria que acontece simultaneamente em vários lugares e não cabe em uma concepção de história unificante e reguladora que considere apenas um campo de batalha (Cixous, 2022). Afinal, a partir de sua literatura, alcançamos a busca por uma agência permanente que visou a ação do indivíduo na estrutura social – ou, como no conceito derridiano, a estruturalidade da estrutura. Isto é, a literatura marginal de Ana C. delineou um deslocamento no discurso político dominante, seja no de direita, seja no de esquerda dos anos 1970, pois em sua atuação literária e intelectual, os poderes passaram a ser reconhecidos para além das representações totalizadoras, mas também pelos indivíduos – vide a interferência das teorias pós-estruturalistas na compreensão e reflexão da vida social. A literatura, em si, era o campo de batalha, o vir a ser, onde o embaralhamento da vida na fantasia auxiliaria a elaboração de uma linguagem social para a geração AI-5 face aos anos de chumbo.

Considerações finais

“É sempre mais difícil/ ancorar um navio no espaço”, foi o trecho do poema “recuperação da adolescência” de Ana Cristina Cesar (2016a) que selecionamos para dar nome ao nosso trabalho e para guiar nossas reflexões até aqui. Isso porque, de acordo com nossa investigação, falar de escrita de mulheres durante os anos 1970 é se referir a uma outra coisa a se dizer e a um outro jeito de se ver determinada realidade. Ao compreendermos o deslocamento da crítica social dos poetas marginais e a forma como a escritora Ana C. se apropriou de determinados elementos de sua geração para desenvolver sua singularidade na poesia, encontramos uma outra história possível para as mudanças sociais, a literatura e o feminino durante a ditadura civil-militar.

Através de sua individualização, pela concepção de Mannheim (2013, p. 67), foi possível identificar a) a relação de suas motivações sociais com as estruturas de pensamento do contexto cultural e político dos anos 1970 do Brasil; b) a importância dos grupos sociais na criação dos pontos de vistas e o impacto das estruturas sociais para a formação dos conceitos e percepções sobre a realidade; e b) a importância da mudança social para a dinâmica concreta do pensamento – pois determina desafios, dilemas e disputas para os contextos e seus agentes sociais. De acordo com o autor, a personalidade de um indivíduo só pode ser compreendida como um processo contínuo de integração múltipla na sociedade (Mannheim, 2013, p. 30).

Devido ao tempo de realização dessa investigação de mestrado, focamos somente na maneira com que a literatura de Ana Cristina Cesar, ao mobilizar as discussões teóricas e as referências internas de seu percurso formativo, delineou outra perspectiva para o cenário cultural e intelectual dos anos de chumbo. Embora pareça incoerente analisar Ana Cristina Cesar, escritora marginal e crítica dos movimentos políticos e sociais convencionais dos anos 1970 a partir das discussões

sobre gênero ou a partir dos desafios dos movimentos sociais face às mudanças sociais da ditadura civil-militar, consideramos que sua literatura nos permitiu alcançar os aspectos da esfera íntimo-privada que também foram impactados pelo autoritarismo, como a imaginação e o desejo, mas não tiveram espaço nas discussões políticas convencionais, devido à necessária condição de alerta dos movimentos de oposição ao regime ditatorial.

Em sua maioria, as bibliografias sobre a ditadura realizaram investigações em que os movimentos políticos e culturais foram afirmados e organizados de acordo com posições polarizadas e contrastivas. Como exemplo disso, citamos a tradicional separação entre movimentos de esquerda/direita, engajados/alienados e revolucionários/inconformados. Nossa intenção foi buscar a reconstrução dessa história, por meio da revisão bibliográfica, propondo o exercício de superação do dualismo ao mostrar que os processos sócio-históricos são complexos e abrigam, por vezes, elementos contraditórios, mas que são importantes para a aprendizagem social.

Afinal, as visões de mundo são ativas e diversas, e não estáticas e determinadas (Williams, 2011, pp. 34-35). As próprias ciências humanas, na busca por interpretações sobre essa realidade, são tecidas por discordâncias empíricas e ideológicas e, como argumentou Jeffrey Alexander (1999), é essa condição que permite que as complexidades da vida social sejam operacionalizadas por proposições diversas. Estamos lidando com um campo em que não há verdade inteligível, pois “é baseado em coerência lógica, amplitude de campo, visão interpretativa, relevância de valores, força retórica, beleza e textura de argumento” (Alexander, 1999, p. 38).

Existem muitos contextos dentro de um mesmo contexto, e a escolha por traçar as diferentes posições políticas e culturais dos anos 1970 nesta pesquisa teve a intenção de mostrá-los a partir da pluralidade de atuações durante esse período histórico – e não a partir das diferenças elementares. O movimento cultural *literatura marginal* é apenas uma das terceiras possíveis vias do cenário cultural dessa década. Quisemos mostrar que a elaboração dessa literatura foi parte da busca dos poetas marginais por uma nova linguagem social e que estava coerente com a circulação das teorias críticas que emergiram durante os anos 1960 e 1970. Ou, sociologicamente dizendo, buscamos resolver o conflito entre indivíduo e sociedade a partir do que Williams (1961) sugeriu em “*Individuals and societies*”: afirmando o

processo interligado entre eles e abarcando as formas de pensar que revelam esta relação contínua durante os processos sociais.

A estrutura de sentimentos de Ana Cristina Cesar, inserida no movimento de literatura marginal, é materializada a partir da nova postura do(a) poeta marginal frente ao processo de criação e concepção literária. Ou seja, o cotidiano enquanto material bruto e, ao mesmo tempo, o descompromisso com a realidade, fizeram com que forma e conteúdo tornassem sobrepostos nesta literatura. Portanto, a literatura marginal era composta pelo modo de ver, de pensar e de sentir determinada realidade, pela perspectiva da geração AI-5 e pelo desbunde.

Ana C. viveu em um tempo de diversas rupturas e construções, e sua literatura com traços marcantes de subjetividade é bastante investigada pelos estudos literários e pela Comunicação (Boaventura, 2007; Britto, 2012; Lima, 2010; Malufe, 2018; Queiroz, 2002; Riaudel, 2014, Sússekid, 1995). Parte dos nossos desafios foi compreendê-la em sua totalidade, para além de um estilo literário, como parte da circulação de ideias em um contexto em que os conflitos sociais estavam ainda mais sobrepostos devido à ditadura. O processo de individualização de Ana Cristina Cesar nos possibilitou olhar por outra perspectiva as transformações da organização social em que viveu.

Assim, o movimento e a poesia de Ana Cristina Cesar puderam ser compreendidos por nós para além da visão contrastiva, pois consideramos que fizeram parte da diversidade de posições sociais, culturais e políticas que decorreram dos conflitos engendrados pela ditadura. A respeito das mudanças sociais desse período, vimos que sua trajetória familiar e intelectual levou-nos diretamente aos embates da classe média intelectualizada do Brasil face às transformações sociais, políticas, econômicas e culturais durante os anos 1960 e 1970.

As falas da entrevista de Waldo Aranha Cesar presentes no livro *Memória Ecumênica Protestante* (2014), e até mesmo a significativa obra de Italo Moriconi (1996), *Ana Cristina Cesar: o sangue de uma poeta*, evidenciaram que o cotidiano familiar da poeta era atravessado pelas emoções causadas pela ditadura e pelas perseguições, prisões, revisões e inquéritos. Bem como, expôs a centralidade do âmbito cultural e intelectual para este segmento: os livros, as discussões políticas e as publicações na imprensa sempre foram aspectos presentes para a família. A esfera cultural era vista como espaço para oposição política ao regime ditatorial e

Ana tornou-se escritora incentivada pelos pais desde criança e lidou com a literatura como espaço de atuação e transfiguração da realidade.

Ao nosso ver, este é um dos fatores que impulsionou a poeta a buscar autonomia intelectual a partir de seu próprio processo criativo na literatura marginal, se desvinculando daquilo que sempre esteve dado para ela. Através da formação de Ana Cristina Cesar em Letras na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e de toda sua produção na imprensa alternativa no decorrer da década de 1970 (Cesar, 2016b), encontramos outra história das ideias sobre a relação entre literatura e sociedade durante os anos de chumbo. Isto é, diversas organizações e movimentos sociais estavam atentos ao lugar da cultura e das produções artísticas neste período, e as discussões pós-estruturalistas que chegaram no Departamento de Letras da PUC-Rio permitiram debates para além das críticas literárias tradicionais no meio acadêmico ou das tendências políticas convencionais entre a esquerda e a direita.

Uma das principais mudanças, neste aspecto, foi descentralizar as críticas sobre a relação direta entre texto e contexto e forma e conteúdo nas análises literárias, para propor um olhar baseado na *desconstrução* e mais preocupado em apontar as “ausências” e “presenças” dos discursos da literatura. Quem poderia definir quais teorias, ideologias e questões da vida social eram mais importantes? O que ficaria de fora dessa escolha? Para a geração de escritores marginais, as relações de poder eram manifestadas também fora das estruturas e instituições da sociedade, como nas relações pessoais, familiares e profissionais. Por isso, hierarquizar o que seria mais importante em relação a outros aspectos deveria ser tratado como uma ação ideológica e que levaria ao ofuscamento de determinadas questões “recalcadas”.

Para além da hierarquização das questões cotidianas e relações pessoais, no artigo “Os professores contra a parede” [1975], Ana Cristina Cesar (2016b) pensou o lugar do poder nos estudos literários do Brasil durante os anos 1970, pois, segundo sua perspectiva, a escolha dos professores sobre o que ler e o que discutir deveria também ser vista como política e discutida como tal. “Toda produção e toda produção de conhecimento estão vinculadas a uma posição ideológica e à posição de produtor dentro da instituição”, escreveu a poeta (Cesar, 2016b, p. 168). Através de seu ponto de vista, a *ação* dos sujeitos – suas escolhas e recusas – era importante para compreender a relação entre literatura e a realidade. Bem como, a

concepção de *atuação política* deveria ser alargada para além das instâncias oficializadas.

Essas são as características de maio de 1968, por exemplo, quando estudantes reivindicaram uma nova forma de fazer política, recusando as representações tradicionais a partir de uma nova atuação dos movimentos sociais. No entanto, diante de uma ditadura em um país como o Brasil, localizado na periferia do capitalismo, um dos grandes desafios para os movimentos sociais e culturais dos anos 1970 foi se desvencilhar da condição de oposição do regime militar, pois recuperar os direitos institucionais diante de tanta desigualdade social era questão de sobrevivência.

Nosso esforço analítico foi o de nos voltarmos para as consequências e impactos do autoritarismo e de suas mudanças sociais para a vida social dos escritores marginais. É significativo apontar que o estado de alerta dos movimentos sociais e culturais devido ao autoritarismo interferiu diretamente nas produções artísticas, nas reivindicações políticas, na compreensão do “social” e ofegou a geração AI-5. A poesia foi um meio de elaborar uma linguagem social que desse conta dos novos problemas que surgiram. Ao negarem o compromisso com a *representação* da realidade, os marginais exploraram a liberdade que há entre a linguagem e o real. Dessa maneira, outra forma de falar e pensar sobre a vida social nasceu para tratar das necessidades dessa geração: uma voltada para questões individuais, seus sentidos e experiências vividas.

Consideramos que nos foi apresentado uma outra linguagem política e social que não era imediatamente traduzível pelos códigos dominantes dos movimentos culturais e políticos dos anos de chumbo – e entendemos por dominantes as tendências comumente representadas pelas análises sobre esquerda e direita na ditadura. O que nos levou à singularidade de Ana Cristina Cesar face aos conflitos das mudanças sociais da ditadura, foram os elementos que compõem o movimento cultural *literatura marginal* terem sido absorvidos pela voz autoral feminina de sua obra poética e se transformado em uma linguagem singular até mesmo entre a geração mimeógrafo.

Logo na introdução desta pesquisa indicamos que a seleção de seus poemas através da posição presente verso de “sete chaves” (Cesar, 2016a): “Não sou dama nem mulher moderna. Nem te conheço”. De acordo com nossa hipótese, este poema

já evidenciava outra tendência de atuação social e feminina na literatura durante as mudanças sociais da ditadura:

Vamos tomar chá das cinco e eu te conto minha grande história
passional, que guardei a sete chaves, e meu coração bate
incompassado entre *gaufrettes*. Conta mais essa história, me
aconselhas como um marechal do ar fazendo alegoria. Estou tocada
pelo fogo. Mais um *roman à clé*?

Eu nem respondo. Não sou dama nem mulher moderna. Nem te
conheço.

Então:

É daqui que eu tiro versos, desta festa – com arbítrio silencioso e
origem que não confesso – como quem apaga seus pecados de
seda, seus três monumentos pátrios, e passa o ponto e as luvas.

[Ana Cristina Cesar, *A teus pés*].

Destacamos, agora nas considerações finais, também o trecho “É daqui que tiro versos, desta festa – com arbítrio silencioso e origem que não confesso” (Cesar, 2016a). Ana Cristina Cesar movimentou os limites entre ficção e realidade, entre esfera pública e privada, no período em que a institucionalização e naturalização da desigualdade social e de gênero eram questões latentes na organização da ditadura civil-militar. As bibliografias sobre a experiências das mulheres face ao autoritarismo nos evidenciou que o regime dispôs de normas e instituições baseadas em valores ideológicos conservadores que intensificaram a divisão das esferas pública e privada no Brasil a partir de seus pressupostos.

Mesmo as mulheres organizadas a favor do golpe de Estado foram apartadas dos espaços de direção e reivindicações próprias, devido à normalização da condição de seres privados e passivos. Já as organizadas em oposição à ditadura, como nos grupos de guerrilhas ou dos movimentos feministas, também tiveram suas questões próprias negligenciadas devido àquelas consideradas emergenciais. Ana Cristina Cesar, constitui, a partir das potencialidades da literatura marginal, outra atuação frente ao contexto dos anos de chumbo: recuperando um lugar próprio no mundo intelectual usualmente masculinizado para *intervir* nas definições estáticas sobre as identidades e as relações sociais.

A literatura marginal trouxe em suas características a indefinição – em metáforas e abstrações – quase que como manifesto de oposição ao definido e determinado das instituições e/ou organizações formais da sociedade brasileira daquele período. E nos apontou as disputas e as transformações de um tempo,

como é o exemplo do poema a seguir, ao abordar as diversas visões de mundo dentro de um mesmo contexto:

o poeta que há em mim
não é como o escrivão que há em ti
funcionário autárquico

o profeta que há em mim
não é como a cartomante que há em ti
cigana fulana

o panfleta que há em mim
não é como o jornalista que há em ti
matéria paga

o pateta que há em mim
não é como o esteta que há em ti
cana a la kant

o poeta que há em mim
é como o vôo no homem pressentido

[Chacal, *26 poetas hoje*]

“Como já disse Antonio Candido, e como bem sabem os novos poetas, a literatura não existe na gaveta: só vive como relação inter-humana, quando se completa o triângulo autor/obra/público”, escreveu Ana Cristina Cesar (2016b, p.187) em seu artigo “Nove boca da nova musa”, publicado em 1976 no *Opinião*. Para cada escritor, obra e leitor desse tempo se abrem múltiplas outras possibilidades, por se tratar de sujeitos ativos nos processos históricos dos anos 1970. Incluir os poemas do movimento cultural *literatura marginal* como outra via de oposição ao regime ditatorial e, dessa forma, como parte da discussão teórica desta pesquisa, foi pertinente para alcançarmos os objetivos da nossa reflexão sociológica.

Afinal, encontramos nas visões de mundo dos escritores marginais e, especificamente de Ana Cristina Cesar, formas de agências sociais ativas e diversas durante a ditadura – ou a estrutura de sentimentos, no conceito de Williams (2011) – e que compuseram o movimento cultural e sua literatura. Nessa estrutura é perceptível especialmente o embaralhamento da vida na arte e certa subversão à prática da literatura convencional no que diz respeito à linguagem coloquial, ao método de impressão e distribuição. Uma nova postura frente às relações sociais e à realidade política e social, marcada pelo cinismo e pela descrença, caracterizou o comportamento de *desbunde* da geração AI-5.

Ao afastar a prática literária da institucionalização e da interpretação fixa sobre as estruturas sociais, a literatura marginal proporcionou espaço para as interpretações não-oficializadas sobre as mudanças sociais da ditadura e por meio da reivindicação da liberdade criativa exploraram o não-dito, o opaco e o não assumido da cultura brasileira desse período. Esperamos que nossas reflexões provoquem outros caminhos de investigação que tenham como ponto de partida o caráter processual da literatura e das esferas sociais. Mesmo as “perturbações” da ordem social, como o movimento da literatura marginal, são importantes para a compreensão de uma realidade que não está dada, mas em constante construção.

Referências bibliográficas

AGUILAR, Gonzalo; CÁMARA, Mario. **A máquina performática**: a literatura no campo experimental. 1a ed. - Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

ALEXANDER, Jeffrey. "A importância dos clássicos". *In*: Giddens, A. & Tuner, J (orgs.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999, pp. 23-89.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luís. "Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar". *In*: Schwarcz, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. v.4.

ANZALDÚA, Gloria. **Light in the dark / Luz en lo oscuro**. Edited by Analouise Keating. Durham and London: Duke University Press, 2015.

ARMSTRONG, Nancy. "A moral burguesa e o paradoxo do individualismo". *In*: MORETTI, Franco (org.). **A cultura do romance**. São Paulo: Cosac Naify, p. 335-374.

ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Moraes de; TRAPP, Rafael Petry. É possível indisciplinar o cânone da história da historiografia brasileira? Pensamento afrodiaspórico e (re)escrita da história em Beatriz Nascimento e Clóvis Moura. **Revista Brasileira de História**, v. 41, n. 88, p. 229-252, 2021.

BASTOS, Elide Rugai. A sociologia e o entre-lugar. **Revista Aletria**: Belo Horizonte, v. 30, n. 1, p. 31-43, 2020.

BASTOS, Elide Rugai. A sociologia como coragem. **Blog da Biblioteca Virtual do Pensamento Social**, 2023, n.p. Disponível em: <<https://blogbvps.com/2023/03/28/a-sociologia-como-coragem-por-elide-rugai-bastos/>> Acesso em 23 jan. 2024.

BENHABIB, Seyla. CORNELL, Drucilla. "Introdução: além da política do gênero". *In*: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla. **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos ventos, 1987, pp. 7-22.

BEZERRA, Kátia da Costa. **Vozes em dissonância**: mulheres, memória e nação. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007.

BOAVENTURA, Cristina Tiradentes. **A crítica de Ana Cristina Cesar em Escritos no Rio**. Dissertação (Mestrado) em Literatura Brasileira – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8149/tde-30012008-114029/pt-br.php>. Acesso em 18 dez. 2023.

BOTELHO, André; HOELZ, Maurício. **O modernismo como movimento cultural**: Mário de Andrade, um aprendizado. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2022. E-book.

BOTELHO, André. Minas mundo: hermenêutica de uma subjetividade individual. **Sociol. Antropol.**, Rio de Janeiro, v. 10, n.02, pp. 707-729.

BOTELHO, André; HOELZ, Maurício. “Sociologias da literatura: do reflexo à reflexividade”. In: BOTELHO, André; HOELZ, Maurício; BITTENCOURT, Andre. **A sociedade dos textos**. Belo Horizonte: Relicário, 2022, pp. 23-47.

BOTELHO, André; HOELZ, Maurício. 2016. Sociologias da literatura: do reflexo à reflexividade. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 28, n. 3, pp. 263-287, 2016.

BRASIL, R. F. Ato Institucional número 5 (AI-5). Promulgado em 13 de dezembro de 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em 18 jun. 2023.

BRITTO, Clovis Carvalho. Mulheres nos interstícios de uma “geração mimeógrafo”: itinerário de Ana Cristina Cesar. **Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo**, pp. 121-141, mai. de 2012.

BRUTA aventura em versos. Direção de Leticia Simões. Brasil, 2011. Documentário disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=lg5dzgD_1l8&ab_channel=%2F%2Fensaios%2F%2F (75 min.).

Acesso em: 18 jan. 2021.

CABAÑAS, Teresa. A poesia marginal brasileira: uma experiência da diferença. **Revista Artífara**, n. 5, pp. 31-50, 2005.

CABAÑAS, Teresa. Os surpreendentes caminhos da estética: *a poesia marginal dos anos 70*. **Revista chilena de literatura**. [online], n. 88, pp. 9-36, 2014.

CAPELLARI, Marcos Alexandre. **O discurso da contracultura no Brasil: o underground através de Luiz Carlos Maciel**. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP. São Paulo, 2008.

CASTRO, Bárbara; CHAGURI, Mariana. Um tempo só para si: gênero, pandemia e uma política científica feminista. Blog DADOS, 2020 [publicado em 22 de maio de 2020]. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/pandemia-cientifica-feminista/>. Acesso em: 13 ago. 2023.

CESAR, Ana Cristina. **A teus pés**. – 1. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2016a.

CESAR, Ana Cristina, 1952-1983. **Crítica e tradução** / Ana Cristina Cesar; [prefácio Alice Sant’Anna]. – 1a. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2016b.

CESAR, Waldo Lenz. “O itinerário de vida de um coração ecumênico”. In: **Memórias ecumênicas protestantes** – Os protestantes e a Ditadura: colaboração e resistência. Zwinglio Mota Dias (organizador). – Rio de Janeiro: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2014.

CEVASCO, Maria Elisa. **Para ler Raymond Williams**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CIXOUS, Hélène. **O riso da Medusa**. 1ª. ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

CORRÊA, Diogo Silva. Esboço de uma sociologia dos problemas íntimos. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 415-444, 2021.

COSTA, Jurandir Freire. **Violência e Psicanálise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

CZARKJ, Rodrigo; FARIA JÚNIOR, Walmir B.; NEVES, Dédallo; RAMOS, Eduardo R. Raymond Williams e a cultura como problema ordinário. **Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 13.01, 2023, pp. 1-21, 2023.

DANTAS, Vinícius; SIMON, Iumna Maria; Poesia ruim, sociedade pior. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 12, p. 48-61, 1985.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2a. ed., 1995.

DERRIDA, Jacques. O intelectual da discordância. Entrevista concedida a Vinícius Torre Freire. **Folha de S. Paulo**, 1995b. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/entrevista_filosofia_derrida.htm. Acesso em 13 mar. 2024.

DERRIDA, Jacques. **Posições**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

DERRIDA, Jacques. **Força de lei: o fundamento místico da autoridade**. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DIAS, Zwinglio Mota (Org.) **Memórias ecumênicas protestantes** – Os protestantes e a Ditadura: colaboração e resistência. Zwinglio Mota Dias (organizador). – Rio de Janeiro: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2014.

DI LEONE, Luciana. Não ter posição marcada: Ana C. nos anos 70. **Remate de Males**, Campinas-SP, v. 36, n. 2, p. 559–579, 2016.

DORLIN, Elisa. **Sexo, gênero e sexualidades**: introdução à teoria feminista. São Paulo: crocodilo / Ubu Editora, 2021.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FERNANDES, Florestan. “As mudanças sociais no Brasil”. *In: Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. São Paulo – Rio de Janeiro: DIFEL / Difusão editorial S.A, 1979, p. 19-57.

FERNANDES, Florestan. “A sociologia como contestação”. *In: A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 127-139.

FERRAZ, Eucanaã (org.). **Inconfissões**: fotobiografia de Ana Cristina Cesar. São Paulo: IMS, 2016.

FICO, Carlos. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FOUCAULT, Michel. “Preface by Michel Foucault”. *In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Anti-Oedipus: capitalism and schizophrenia*. Minnesota Press, 1983, p. 11-14.

FRANÇA, Julia de Paula. **PUC-Rio e a resistência universitária à ditadura militar brasileira**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/2012005_2022_completo.pdf. Acesso em 13 mar. 2024.

FRASER, Nancy. “Que é crítico na Teoria Crítica?” *In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla. Feminismo como crítica da modernidade*, 1987. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1987.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, v. 70, pp. 101-138, 2007.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, pp. 223-244.

HOELZ, Maurício. “Apresentação”. *In: BASTOS, Elide Rugai. A sociologia como coragem. Blog da Biblioteca Virtual do Pensamento Social*, 2023, n.p. Disponível em: <https://blogbvps.com/2023/03/28/a-sociologia-como-coragem-por-elide-rugai-bastos/> Acesso em 23 jan. 2024.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **26 poetas hoje**. –1a. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Impressões de viagem**: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/70. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

JUNIOR, Neurivaldo Campos P. **Jacques Derrida e a desconstrução**: uma introdução. Recife: Encontros de Vista, v. 5, 2010, 48-59.

KLIEN, Julia. “Na poesia”. In: **Explosão Feminista**: arte, cultura, política e universidade. / Heloísa Buarque de Hollanda – 2a. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p.105-137.

LIMA, Daniel Wallace de Souza. O entre discurso de Ana Cristina César: uma análise do poema Arpejos. **Mafuá**, Florianópolis - Santa Catarina, n. 14, 2010.

LIMA, Viviane de Souza. **Solidariedade atlântica** [manuscrito]: movimento brasileiro em apoio às independências africanas, entre percursos e conexões (1961-1975). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2017.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Hebert S. “Mudanças sociais no período militar (1964-1985)”. In: **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964/organização Daniel Aarão Reis Filho, Marcelo Ridenti, Rodrigo Patto Sá Motta. - 1º ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 66-91.

MALUFE, Annita Costa. “Ana Cristina Cesar: o poema-corpo ou o poema voltado para fora de si”. In: BOSI, Viviana; NUERNBERGER, Renan (organizadores). **Neste instante**: novos olhares sobre a poesia brasileira dos anos 1970. São Paulo: Humanitas: FAPESP, 2018, p. 431-446.

MANNHEIM, Karl. “O problema do intelectual”. In: MANNHEIM, Karl, 1983-1947. **Karl Mannheim**: sociologia / org. Marialice Mencarini Foracchi. São Paulo: Ática, 1982, p. 101-106.

MANNHEIM, Karl. “O problema sociológico das gerações”. In: MANNHEIM, Karl, 1983-1947. **Karl Mannheim**: sociologia / org. Marialice Mencarini Foracchi. São Paulo: Ática, pp. 67-95, 1982.

MANNHEIM, Karl, 1893-1947. **Sociologia da cultura / Karl Mannheim**; tradução Roberto Gambini. – São Paulo: Perspectiva, 2013

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação e Sociedade**: Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, 2009.

MARTINS, Luciano. **A “Geração AI-5” e Maio de 68**: duas manifestações intransitivas. 1. ed. – Rio de Janeiro: Livraria Argumento, 2004.

MATTOSO, Glauco. **O que é poesia marginal**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

MIGLIEVICH, Adelia. Sobre “estruturas de sentimentos” e contra-hegemonia em Raymond Williams. **Blog Labemus**, 2016. Disponível em:

<<https://blogdolabemus.com/2016/09/28/sobre-estruturas-de-sentimentos-e-contra-hegemonia-em-raymond-williams/>>. Acesso em: 24 fev. 2024.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Feminismo e política: dos anos 60 aos nossos dias. **Estudos De Sociologia**, Araraquara, v. 17, n. 32, pp. 107-121, 2012.

MORETTI, Franco. **A literatura vista de longe**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2008.

MORICONI, Ítalo. **Ana Cristina César**: o sangue de uma poeta. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, p. 5-150, 1996.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política”. In: **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964 / Daniel Aarão Reis Filho, Marcelo Ridenti, Rodrigo Patto Sá Motta (orgs.). - 1º ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NASCIMENTO, Evandro. **Derrida** / Evandro Nascimento. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2004.

ORTIZ, Renato. “Revisitando o tempo dos militares”. In: **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964/organização Daniel Aarão Reis Filho, Marcelo Ridenti, Rodrigo Patto Sá Motta. - 1º ed. - Rio de Janeiro: Zahar, pp. 112-127, 2014.

PAZ, Octavio. **O Arco e a lira**. Tradução de Olga Savary – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **Retrato de época**: poesia marginal anos 70. Rio de Janeiro: Funarte, 1981.

QUEIROZ, Vera. “Pactos do viver e do escrever: Ana Cristina Cesar”. In: **Gênero e literatura brasileira**: ensaios / Constância Lima Duarte; Eduardo de Assis; Kátia da Costa Bezerra (org.). – Belo Horizonte: pós-graduação em Letras Estudos Literários: UFMG, pp. 64-69, 2002.

QUINALHA, Renan. Censura moral na ditadura brasileira: entre o direito e a política. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 03, pp. 1727-1755, 2020.

QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes**: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 2017. Tese (doutorado) - Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RABATÉ, Jean-Michel. “O estranhamento de uma língua – Os estilos do modernismo”. In: MORETTI, Franco (org.). **A cultura do romance**. São Paulo: Cosac Naify, pp. 887-918.

RAGO, Margareth. "Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos". *In: Poéticas e políticas feministas*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2004, pp. 31-42.

RÉGARD, Frédéric. "Ao!. Prefácio". *In: CIXOUS, Hélène. O riso da Medusa*. 1ª. ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022, pp. 1-25.

RIAUDEL, Michel. Malditos vs marginais?. *Teresa: Revista de Literatura Brasileira*, São Paulo, n. 15, 2014, p. 88-100.

RIBEIRO, 2006. Ricardo Alaggio. **A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-EUA**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s.n.], 2006.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira** - 2º ed. - Revista Ampliada - São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SANTIAGO, Silviano. A falta que ama. **Blog da Biblioteca Virtual do Pensamento Social**, 09 de mar. de 2023. Disponível em: <<https://blogbvps.com/2023/03/09/ocupacao-mulheres-2023-ana-cristina-cesar-a-falta-que-ama-por-silviano-santiago/>>. Acesso em 17 jun. 2023.

SANTIAGO, Silviano. **Uma literatura nos trópicos**: ensaios sobre dependência cultural. – 2a ed. – Rio de Janeiro, Rocco, 2000.

SANTIAGO, Silviano (Org.). **Glossário de Derrida**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

SANTIS, Rodrigo de; SOUZA, Rosali Fernandez de. "Uma proposta de diálogo entre o conhecimento praxiológico de Bourdieu e a organização do conhecimento". *In: MARTELETO; PIMENTA (Orgs.). Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação*. Rio de Janeiro: Garamond, 2017, pp. 154-178.

SANTOS, Beatriz Gregório dos. **O conto Bliss, de Katherine Mansfield, e três de suas traduções para o português brasileiro**: uma análise feminista. Campinas: Unicamp / Publicações IEL, 2020.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, pp. 35-50, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Brasil: uma biografia** / Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling – 1a ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCOTT, Joan Wallach. **Gender and the politics of history**. New York: Columbia University Press, 1999.

SILVA, Elizete. Protestantes no Brasil: entre a omissão e o engajamento político. **Revista Esboços**, Florianópolis-SC, v. 24, n. 37, pp. 126-148, 2017.

SILVA, Meire Oliveira. Cinema tropicalista ou as diversas conjecturas em torno do filme Macunaíma. **Itinerários**, n. 42, pp. 289-307, 2016. Disponível em: <<https://www.usp.br/bibliografia/modernismo/obra.php?cod=33578>>. Acesso em 21 fev. 2024.

SILVEIRA, Lea. A mãe preta e o Nome-do-pai: questões com Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 30, n. 3, pp. 1-13, 2022.

SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, pátria e família**: as mulheres no golpe de 1964. – Petrópolis: Vozes, 1985.

SISCAR, Marcos. **Jacques Derrida**: literatura, política e tradução. Campinas: Editora Autores Associados, 1a. ed., 2013.

SOUZA, Eneida Maria de. A recepção de Jacques Derrida no Brasil. **Revista Ipotesi**: Juiz de Fora, v. 9, n. 1, n. 2, pág. 11-18, 2005. Disponível em:

SOUZA, Eneida Maria de. Silviano, autor de Derrida. **Revista Aletria**, Belo Horizonte, v. 30, n. 1, p. 6-81, 2020.

SORJ, Bila. “Feminismos: conversa entre gerações”. In: **Diálogos feministas**: gerações, identidade, trabalho e direitos / Aparecida F. Moraes, Anna Bárbara Araújo e Maria Clara Gama [orgs]. – Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2020, p. 19-36.

SÜSSEKIND, Flora. **Até segunda ordem não me risque nada**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1995.

SÜSSEKIND, Flora. **Literatura e vida literária** : polêmicas, diários & retratos / Flora Sussekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Violação dos direitos humanos das mulheres na ditadura. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis-SC, v. 23, n. 3, pp. 1001-1022, 2015.

VASCONCELOS, Sandra Guardini. Movimentos de um crítico: Antonio Candido e a tradição anglo-americana. **Revista USP**, São Paulo, s/p, 2014. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/especial/revista-usp-118-dossie-6-movimentos-de-um-critico-antonio-candido-e-a-tradicao-anglo-americana/>>. Acesso em 18 dez. 2023.

VIZENTINI, Paulo. “A Guerra Fria”. In: REIS, Daniel Aarão et al. (org.). **O século XX – vol. 2**, O tempo das crises, revoluções, fascismos e guerras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 195-225.

WILLIAMS, Raymond. “*Individuals and Societies*”. In: **The Long Revolution**. Chatto & Windus, 1961, p. 89-119.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WILLIAMS, Raymond. Literatura e sociologia: em memória de Lucien Goldman. *In*: **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 15-42.